



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**SILEIDE DIAS DAS NEVES**

**50 ANOS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO E  
AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DOS SEUS IMPACTOS A PARTIR DA  
GESTÃO SOCIAL**

JUAZEIRO/BA

2023

**SILEIDE DIAS DAS NEVES**

**50 ANOS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO E  
AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DOS SEUS IMPACTOS A PARTIR DA  
GESTÃO SOCIAL**

Tese apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Juazeiro Espaço Plural, como requisito para obtenção do título de doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, na linha de pesquisa a Linha de Pesquisa I, Identidade, Cultura e Territorialidades.

Orientadora: Profa. Dra. Eva Mônica Sarmiento Silva

Coorientador: Prof. Dr. Denes Dantas Vieira

Coorientadora Externa: Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro

JUAZEIRO -BA

2023

Neves, Sileide Dias das  
N518c 50 anos da construção da Barragem de Sobradinho e agricultura familiar: uma análise dos seus impactos a partir da gestão social / Sileide Dias das Neves. – Petrolina-PE, 2023.  
xiv, 175 f.: il.; 29 cm.

Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial)  
- Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro-BA, 2023.

Orientador (a): Profa. Dra. Eva Mônica Sarmento da Silva.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro, Profa. Dra. Clecia Simone Gonçalves Pacheco, Prof. Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes, Prof. Dr. Jânio Roque Barros de Castro, Profa. Dra. Marcia Bento Moreira.

Inclui referências.

1. Administração Política. 2. Gestão Social. 3. Agroecologia. 4. Barragem de Sobradinho 5. Participação Social. I. Título. II. Silva, Eva Mônica Sarmento da). III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 320.6



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

## FOLHA DE APROVAÇÃO

SILEIDE DIAS DAS NEVES

### 50 ANOS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DOS SEUS IMPACTOS A PARTIR DA GESTÃO SOCIAL

Tese apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Juazeiro Espaço Plural, como requisito para obtenção do título de doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, na linha de pesquisa a Linha de Pesquisa I, Identidade, Cultura e Territorialidades.


Aprovada em: 04 de julho de 2023

#### Banca Examinadora

*Eva Mônica Sarmiento da Silva.*

---

Profa. Dra. Eva Mônica Sarmiento da Silva (orientadora)  
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Documento assinado digitalmente  
 ELIZABETH MATOS RIBEIRO  
Data: 05/07/2023 15:06:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro (coorientadora externa)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

---

Profa. Dra. Clecia Simone Gonçalves Pacheco  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF SertãoPE

**ERBS CINTRA  
DE SOUZA  
GOMES:9577  
3150549**

Digitally signed by ERBS CINTRA DE SOUZA GOMES:95773150549  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=0154285000175, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=ERBS CINTRA DE SOUZA GOMES:95773150549  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2023.07.06 21:26:02-03'00'  
Foxit PDF Reader Version: 12.1.1

---

Prof. Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF SertãoPE – Campus Zonal Rural



---

Prof. Dr. Jânio Roque Barros de Castro  
Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

---

Profa. Dra. Marcia Bento Moreira  
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

## DEDICATÓRIA

À Deus e à minha família! Aos meus pais que são meu espelho de vida e que sempre foram meu apoio em toda jornada, trajetória familiar, profissional e acadêmica. Meu esposo pelo apoio incondicional oferecido em todos os aspectos nesses anos. Aos meus 03 (três) filhos amados, razão do meu viver. Ao Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos que nos deixou em outubro de 2022 pela contribuição nessa obra e em especial, aos descendentes de atingidos por barragens no Brasil, em especial ao atingidos pela barragem de Sobradinho-BA a minha gratidão.

## AGRADECIMENTO

Nossa caminhada do conhecimento foi longa e desafiadora, pude contar com muitas pessoas, especialmente, com meus colegas do doutorado os discentes Bruno Cezar Silva e Eugênio Bispo da Silva Junior que se tornaram quase irmãos, e ao meu lado vivenciamos e aprendemos a importância das práticas e saberes populares, das relações humanas, de uma convivência humanizada, do respeito ao outro, da participação popular e especialmente, do pensar no outro. Gratidão a todos os amigos e amigas ao longo deste processo.

Deixo o meu sincero agradecimento à minha instituição, a UNIVASF, foi uma honra como servidora desta instituição participar do primeiro curso de doutorado profissional desta Universidade. Acredito como profissional que para a região nordestina, esse programa profissional é uma ferramenta de transformação social, cultural, ambiental, econômica e política, para nós, discentes uma transformação de vida, participar deste grande desafio, de remodelagem e novos ensinamentos acadêmico-profissional, e assim, também agradeço aos queridos professores e professoras da UNIVASF e da UNEB pelo aprendizado coletivo.

A minha gratidão aos meus orientadores e coorientadores do programa de doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: à professora **Dra. Eva Mônica Sarmiento Silva** e ao Professor **Dr. Denes Dantas Vieira**, pela paciência, companheirismo e parceria construída ao longo do curso de doutorado e à minha coorientadora externa **Professora Dra. Elizabeth Matos Ribeiro** pela imensa contribuição nesse projeto tão desafiador, a senhora é uma pessoa e servidora pública de um coração humano incomensurável, sempre disposta ajudar, que me ensina a compreender a vida administrativa e acadêmica de uma forma mais humana, com uma visão diferenciada de mundo, apresentando-nos um olhar individualizado para essa dinâmica administrativa do planejamento de governamental, especialmente a partir da introdução de mudanças relevantes na concepção e modo de administrar a 'coisa pública', cada momento de convivência ao seu lado é uma oportunidade de aprendizado de vida, pois certas coisas são para além de títulos e da academia. Meu muito obrigada!

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar os impactos após 50 anos nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais sofridas pelas famílias atingidas pela barragem de Sobradinho que viviam da agricultura familiar no município de Casa Nova-BA na década de 1970. Fundamenta-se na investigação e análise dos impactos às famílias, caracterização do seu contexto social e econômico, verificação da percepção dos atingidos e seus impactos no contexto atual e elaboração de uma metodologia inclusiva, com bases teórico-metodológicas da Administração Política, da Geografia, do Desenvolvimento Territorial e da Agroecologia. São vários os relatos de memórias e experiências vivenciadas por essas famílias de populações ribeirinhas com relatos de saudosismo dos idosos, de expulsão forçada, de benefícios para os políticos da região e para o capital estrangeiro, das lutas vivenciadas pela comunidade que resistiu ao movimento de expulsão e até hoje vive sem energia elétrica, e ameaçada continuamente com a possibilidade de uma nova desapropriação compelida para o desenvolvimento de outras fontes de energias, em nome do progresso. Como resultado, foi elaborado um Relatório Técnico Conclusivo com as perspectivas das famílias atingidas para ser entregue ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, ao Governo do Estado da Bahia, ao Governo do Município e Casa Nova – BA para que possam implementar uma política pública reparadora para beneficiar essa população atingida, com a participação da sociedade civil, das universidades compostas pela UNIVASF, UFBA e UNEB e do IF SERTÃO – Campus Zona Rural, fundamentada no espírito de cooperação, cultura e o modo de produção das famílias atingidas, garantindo a sobrevivência e bem-estar das populações ribeirinhas por meio do fomento à produção agroecológica, bem como, ao acesso de infraestrutura, renda, educação, cultura e respeito ao território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Política, Sobradinho, Agroecologia, Participação Social



## ABSTRACT

This research aims to present the impacts after 50 years on the social, economic, environmental, political and cultural dimensions suffered by the families affected by the Sobradinho dam who lived from family farming in the municipality of Casa Nova-BA in the 1970s. It is based on the investigation and analysis of the impacts on families, characterization of their social and economic context, verification of the perception of those affected and their impacts in the current context and elaboration of an inclusive methodology, with theoretical and methodological bases of Political Administration, Geography, Territorial Development and Agroecology. There are several reports of memories and experiences lived by these families of riverside populations with reports of nostalgia for the elderly, of forced expulsion, of benefits for the politicians of the region and for foreign capital, of the struggles experienced by the community that resisted the expulsion movement and to this day lives without electricity, and continuously threatened with the possibility of a new forced expropriation for the development of other energy sources, in the name of progress. As a result, a Conclusive Technical Report was prepared with the perspectives of the affected families to be delivered to the Movement of People Affected by Dams – MAB, to the Government of the State of Bahia, to the Government of the Municipality and Casa Nova – BA so that they can implement a reparative public policy to benefit this affected population, with the participation of civil society, the universities composed of UNIVASF, UFBA and UNEB and the IF/SERTÃO – Campus Zona Rural based on the spirit of cooperation, culture and the mode of production of the affected families, ensuring the survival and well-being of the riverine populations through the promotion of agroecological production, as well as access to infrastructure, income, education, culture and respect for the territory.

**KEYWORDS:** Political Administracion; Sobradinho; Agroecology; Social Participion,

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAGRO - Agência Defesa Agropecuária da Bahia  
BM - Banco Mundial  
BNB - Banco do Nordeste  
CDDPH - Comissão Especial. Atingidos por Barragens  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
CFFC - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados  
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco  
CNAEE – CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CRAB - Chambre Regional e agricultura de Bretagne  
DNAEE - Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica  
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público  
Eletrobrás - Centrais Elétricas do Brasil  
FAO – Food and Agriculture Organization  
IDEA - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Socioambiental  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MAB - Movimento de Atingidos por Barragens- MAB  
MI - Ministério da Integração  
MME - Ministério das Minas e Energia  
MST – Movimento dos Sem Terra  
ONG – Organizações não governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PEp - Planejamento Estratégico Participativo  
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente  
PNE - Plano Nacional de Eletrificação  
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
SEMA - Secretaria do Meio Ambiente  
SINDICERV - Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja  
UHE – Usina Hidroelétrica  
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco  
UNB – Universidade Federal de Brasília  
UNEB – Universidade Estadual da Bahia

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 01– Conceitos associados à Governança Territorial*
- Figura 02: Diagnóstico da Dívida Social*
- Figura 03: A Construção da Barragem*
- Figura 04: Dívida Social Sobradinho IPEA*
- Figura 05: Audiência Famílias*
- Figura 06: Destino das Famílias Atingidas*
- Figura 07: Recorte de Jornal*
- Figura 08: Reunião em Remanso*
- Figura 09: Moradores resgatando alvenarias das casas submersas*
- Figura 10: Rua do Comércio Inundada*
- Figura 11: Recorte de jornal destaca solidão dos idosos*
- Figura 12: Interior das residências*
- Figura 13: Mapa das cidades atingidas*
- Figura 14: Mapa da cidade de Casa Nova*
- Figura 15: Atores Sociais que fizeram parte da pesquisa*
- Figura 16: Roda de Conversa na Comunidade de Riacho Grande*
- Figura 17- Mapa da Comunidade de Fundo de Pasto*
- Figura 18: Imagem da Comunidade de Riacho Grande*
- Figura 19: Riacho Grande x Dunas do Velho Chico*
- Figura 20: Projeto de Extensão IF Zona Rural*
- Figura 21: Horta em plena produção em Riacho Grande em 2017*
- Figura 22: Horta em Riacho Grande em setembro de 2022*
- Figura 23: Estrutura Escolar*
- Figura 24: Merenda e Bebedouro Escolar*
- Figura 25- Mapa das Usinas Eólicas construídas e em andamento*
- Figura 26: Sítio Cascavel – Desenvolvimento Territorial*
- Figura 27: Horta e Produção do Sítio*
- Figura 28: Produção Ovo do Sítio e Tratamento Água*
- Figura 29: Capela de Santa Dulce*
- Figura 30: O Sertão Vai Mar*
- Figura 31: Dunas do Velho Chico e o Sertão virou Mar*

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

QUADRO 01- Planejamento das Ações 5W2H

QUADRO 02 – Planejamento x Execução

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01 – Indicador de Faixa Etária
- Gráfico 02 – Indicador de Gênero
- Gráfico 03 – Indicador da Construção da Barragem
- Gráfico 04 – Indicador de Parentesco
- Gráfico 05 – Indicador de Atividade Exercida pelas Famílias
- Gráfico 06 – Indicador de Impactos Sociais
- Gráfico 07 – Indicador de Renda atual das Famílias
- Gráfico 08 – Indicador de Retorno para Família Atingidas
- Gráfico 09 – Indicador de Perda da Identidade
- Gráfico 10 – Indicador de Origem da Família Atingida
- Gráfico 11 – Indicador de Memória da Família
- Gráfico 12 – Indicador de Identidade e Pertencimento
- Gráfico 13 - Indicador de Retorno de Renda para as Famílias Atingidas
- Gráfico 14 – Indicador de Retorno para as cidades Atingidas
- Gráfico 15 – Indicador de Impactos Ambientais, Sociais e Culturais
- Gráfico 16 – Indicador de Impactos Políticos
- Gráfico 17 – Indicador do destino das Famílias
- Gráfico 18 – Indicador Faixa etária dos Entrevistados na Fase 2
- Gráfico 19 – Indicador –da Família Representada na Fase 2
- Gráfico 20 – Indicador da Profissão do Atores Sociais na Fase 2
- Gráfico 21 – Indicador do Parentesco na Fase 2
- Gráfico 22 – Indicador Gênero dos Atingidos na Fase 2
- Gráfico 23 – Indicador da Renda Atual do Entrevistado na Fase 2
- Gráfico 24 – Indicador da Idade na época da Construção
- Gráfico 25 – Indicador de Necessidade da Construção na Fase 2
- Gráfico 26 – Indicador de Retorno para as Famílias atingidas na Fase 2
- Gráfico 27 – Indicador de Perda Econômica para Famílias na Fase2
- Gráfico 28 – Indicador dos Impactos na Construção da Barragem na Fase 2
- Gráfico 29 – Indicador de Falta Atuação Política na Fase 2
- Gráfico 30 – Indicador de Perda de Identidade dos descendentes com os acontecimentos na Fase 2

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO-HISTÓRICO.....</b>	<b>22</b>
2.1. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E DA GESTÃO SOCIAL PARA A ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO	22
2.1.1. REDISCUINDO OS CONCEITOS DE GESTÃO, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E DA GESTÃO SOCIAL	28
2.1.2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO E APRENDIZAGEM SOCIOTERRITORIAL	30
2.2. - A GESTÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO IMPULSIONADORA DE CIDADANIA	33
2.2.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESCENTRALIZAÇÃO NO BRASIL NO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988	37
2.2.2. AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	40
2.3. REVISITANDO AS BASES TEÓRICAS E HISTÓRICAS QUE SUSTENTARAM A CONSTRUÇÃO DAS BARRAGENS NO BRASIL	46
2.3.1. A HISTÓRIA DA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DESTACANDO OS IMPACTOS PERVERSOS PARA OS ATINGIDOS NO BRASIL	50
2.4. IMPACTOS DOS PROCESSOS DE ‘DESTERRITORIALIZAÇÃO’ E ‘RETERRITORIALIZAÇÃO’ NA IDENTIDADE E CULTURA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA	59
2.5. INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DESTACANDO A REALIDADE DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA	70
2.5.1. INDICADORES SOCIAIS DA INFRAESTRUTURA: DESTACANDO OS IMPACTOS PARA OS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO	70

2.5.2. INDICADORES SOCIAIS DE CONFLITOS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: DESTACANDO OS IMPACTOS PARA OS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO	71
2.5.3 INDICADORES SOCIAIS DE JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS: DESTACANDO OS IMPACTOS PARA OS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO	72
2.6. A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA SUSTENTÁVEL PARA AGRICULTURA FAMILIAR	73
<b>3. MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>79</b>
3.1. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	79
3.1.2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	80
3.1.3. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	83
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>83</b>
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS DESCENDENTES DAS CIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO	83
4.2. RESULTADOS DA SEGUNDA FASE DA PESQUISA	94
4.2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE CASA NOVA-BA	94
4.2.2. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA	98
4.2.3. PERCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PELOS ENTREVISTADOS REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA	100
4.3. RESULTADOS ENCONTRADOS, APÓS OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	109
4.3.1 – SUGESTÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DESTACADO DE GESTÃO INCLUSIVA	109
4.3.2 - RIACHO GRANDE A HISTÓRIA DE UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E ESPÍRITO AGROECOLÓGICO	128
<b>5. SÍNTESE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS.....</b>	<b>146</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>151</b>
REFERÊNCIAS.....	157

## 1.INTRODUÇÃO

A obra literária de Sá e Guarabira com o lançamento em 1977 da música “Sobradinho” retrata o drama vivido pela população expulsa das antigas cidades baianas de Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Sento-Sé e Pilão Arcado. A submersão dessas municipalidades possibilitou a formação do lago de Sobradinho, no estado da Bahia. Os poetas-cantores conseguiram com sua sensibilidade, retratar de forma poética e política a tristeza vivida pela população expulsa dos seus territórios e privados, de forma dramática, de seus espaços de convivência, referência, sociabilidade e sustentabilidade material. Os dramas individuais, familiares e coletivos são muito bem representados pela letra que eternizou os gritos de protestos que não foram ouvidos, em sua essência, até a atualidade:

*O homem chega e já desfaz a natureza  
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar  
O São Francisco, lá pra cima da Bahia  
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar  
E passo a passo vai cumprindo a profecia  
Do beato que dizia que o sertão ia alagar  
E o sertão vai virar mar, dá no coração  
O medo que algum dia o mar também vire sertão  
Vai virar mar, dá no coração  
O medo que algum dia o mar também vire sertão  
Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé  
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir  
De baixo d'água lá se vai a vida inteira  
Por cima da cachoeira o gaiola vai subir  
Vai ter barragem no salto do Sobradinho  
O povo vai-se embora com medo de se afogar  
E o sertão vai virar mar, dá no coração  
O medo que algum dia o mar também vire sertão  
Vai virar mar, dá no coração  
O medo que algum dia o mar também vire sertão  
Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé  
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir  
De baixo d'água lá se vai a vida inteira  
Por cima da cachoeira o gaiola vai subir*



*Vai ter barragem no salto do Sobradinho*  
*O povo vai-se embora com medo de se afogar*  
*E o sertão vai virar mar, dá no coração*  
*O medo que algum dia o mar também vire sertão*  
*Vai virar mar, dá no coração*  
*O medo que algum dia o mar também vire sertão.*  
*Remanso, Casa Nova, Sento-Sé*  
*Pilão Arcado, Sobradinho*  
*Adeus, adeus, adeus*  
*Remanso, Casa Nova, Sento-Sé*  
*Pilão Arcado, Sobradinho*  
*Adeus, adeus, adeus*  
*Adeus, adeus, adeus*  
*Adeus, adeus, adeus, adeus*  
*Adeus, adeus, adeus, adeus, adeus*

*Fonte: Compositores Guttemberg Nery Guarabyra Filho e Luiz Carlos  
 Pereira de Sá (1977)*

Como revela bem a poética de Sá e Guarabira, as antigas cidades baianas ficaram submersas no lago e as comunidades que ali habitavam foram transferidas para novas sedes dos municípios e para outras regiões brasileiras. Segundo Costa (1990), foram deslocadas, aproximadamente, 70 mil pessoas, forçadas a abandonar suas casas, propriedades rurais e muitos também perderam seus empregos ou fontes de renda. O sacrifício dessas pessoas e famílias foi justificado pela importância socioeconômica da criação da barragem de Sobradinho, que integrava as ações estratégicas da política desenvolvimentista nacional, liderada pelos governos militares (1964-1979). A literatura nacional ressalta que o desenvolvimentismo difundido, na época, sustentava-se no discurso de levar progresso às regiões menos desenvolvidas do país (BARROS, 2016).

Merece destacar, que a barragem de Sobradinho foi um dentre outros projetos hidrelétricos implantados no Brasil naquele período, a exemplo das usinas de Itaipu (na fronteira entre o Brasil e o Paraguai) e de Itaparica (BA). Ao situar Sobradinho no contexto do planejamento governamental brasileiro, reconhece-se que qualquer interpretação crítica sobre os impactos dessa política nos territórios, nos indivíduos e nas famílias, exige uma abordagem teórico-metodológica ampliada que permita observar os diversos aspectos envolvidos (social, político, econômico,

administrativo, cultural e ambiental) nesse evento sócio-histórico nacional. Esse reconhecimento permitirá, portanto, reconhecer os aspectos políticos de gestão (estratégicos) e gerência (técnico-operacionais) que orientaram a concepção e implantação do referido projeto.

No que diz respeito ao aspecto estratégico, a literatura nacional (BARROS; RODRIGUES, 2021) apresenta diversos estudos críticos nos campos da economia, da administração, da geografia e de outros campos interessados em analisar as ideias que orientavam, entre os anos de 1964 e 1979, corroborando com o entendimento de Santos e Ribeiro (2009), que classificam o modelo de Administração Política brasileira do período da ditadura militar como perverso e sem planejamento estatal.

E, com esse prognóstico, propõem a implantação de projetos com a finalidade de alavancar o “progresso econômico” sob a liderança do Estado com a intenção de promover a integração da economia brasileira à economia internacional. Para objetivar o êxito desse planejamento, o Projeto Nacional liderado pelos militares proporcionou diversas reformas estruturais, incluindo a criação de uma nova política de financiamento das políticas públicas de desenvolvimento baseadas no endividamento externo, na centralização da gestão pública no governo central, no reforço do discurso nacionalista e preservando o controle político nas negociações com as elites locais mantendo vivo o tradicional patrimonialismo (CANCLINI, 1997).

Segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2018), apresentado em uma Audiência Pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC da Câmara dos Deputados, a construção da obra pública da barragem de Sobradinho, na Bahia, deixou uma dívida social, com essa população e foi originada pela forma como foi planejada e executada na época, sem uma gestão social.

A pesquisadora Marta Rodrigues dos Santos, em 2018, em audiência pública, referente ao Produto 2 do Termo de Descentralização Orçamentária 25/2014, denominado de Diagnóstico da Dívida Social Econômica e Cultura dos Atingidos pela barragem de Sobradinho apresentou - Trechos da Carta enviada em junho de 1972, pelo Diretor da CHESF ao presidente da Eletrobrás descrevendo a situação social das famílias do entorno do lago que:

(...) A desocupação de uma área dessas, implica apenas, na desapropriação. Em Sobradinho, pela sua extensão, aridez das terras e

vultoso contingente humano - pobre e subdesenvolvido - apresenta-se um problema social, que está a exigir uma consideração toda especial quanto à assistência que deve ser dada às populações atingidas (...) (CHESF, 1972, p. 03).

Na carta do Diretor da CHESF ao presidente da Eletrobrás, o barranqueiro é tratado como um [...] “o tipo rural, extremamente pobre e subdesenvolvido”, que não era o proprietário da terra, ocupando apenas uma “simples posse” por “uso comum” decorrente da fragmentação de antigas sesmarias (...), segundo o IPEA (2018). Existe ainda a posse reconhecida ou consentida de lagoas, carnaubais etc. Sua qualificação profissional limita-se ao trabalho nas lavouras de subsistência, na pesca para o uso próprio e em pequenas atividades extrativas, ou seja, da agricultura familiar que habitava naquele território nacional<sup>1</sup> atingido.

O engenheiro da CHESF, ao narrar a situação social dos moradores daquele território às margens do rio São Francisco, apresenta-os como um homem condicionado ao rio que tudo lhe dá, isolado e autossuficiente. Analfabeto, sem usufruir qualquer benefício de comunicações de massa, seus contatos humanos restritos ao seu próprio nível, com os vizinhos e nas feiras, sua mentalidade não pode evoluir, conservando-se primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido e agarrado ao rio que lhe assegura a sobrevivência e às crenças que o confortam (CARTA DA CHESF, 1972).

Percebe-se, que tal visão era meramente tecnicista e com falta de um entendimento interdisciplinar sobre o assunto, além da gestão desfocada nas necessidades dos indivíduos que habitavam naquele território, tendo em vista que abordava as pessoas como peças descartáveis; não oferecendo uma agenda participativa de diálogo com a comunidade, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, respeitando os valores, cultura e crenças e a soberania dos povos associados que habitavam aqueles territórios.

Diante do problema dos impactos causados para as famílias atingidas pela barragem de Sobradinho que viviam da agricultura familiar, essa pesquisa-ação, concebeu uma associação, em que a pesquisadora e os participantes da situação-problema estiveram envolvidos de modo cooperativo ou participativo, envolvendo

---

<sup>1</sup> território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação, em que se delimita uma ordem jurídica e política, medido e “marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras” (RAFFESTIN, 1993).

técnicas de coleta padronizadas, tais como, observação in loco, entrevistas e investigação das dimensões social, econômica, ambiental, política e cultural, caracterização do contexto social e econômico de algumas famílias, verificação da percepção dos atingidos e seus impactos no contexto atual e, elaboração de uma metodologia inclusiva com os familiares dos agricultores, nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas com a participação destes atores sociais.

Dessa forma, a justificativa deste estudo refere-se ao fato de que, após 50 anos do início da construção da obra da barragem de Sobradinho em 1973, faz-se imperioso uma análise desses impactos aos ribeirinhos oriundos da agricultura familiar e do enigma social gerado pela ausência de um planejamento estratégico, sem a inclusão da participação social, ainda que, não fosse obrigatório naquela época. Ademais, como pesquisadora e servidora pública que atua na área de administração pública, políticas públicas governamentais, contabilidade governamental, gestão social, desenvolvimento territorial e contratações públicas sustentáveis, almeja proporcionar à sociedade situada no Vale do São Francisco, através do programa de doutoramento profissional da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), um retorno sobre o impacto gerado a esse grupo de agricultores na percepção de seus herdeiros.

A apresentação com as perspectivas das famílias de agricultores atingidas é uma inovação interdisciplinar que fará parte das ciências administrativas, contextualizada por uma visão da academia e, profissionalmente, através dos estudos de várias ciências, como Administração (com ênfase na administração política), da Geografia (com ênfase na geografia política), na Agroecologia (saberes populares) e no Desenvolvimento Territorial (participação social).

O capital, simplesmente, não é sujeito autônomo, mas, sim, deve ser subordinado, ou no mínimo, andar em conjunto com as dimensões da coletividade e do Estado para atender as necessidades dos mais carentes na pirâmide da sociedade, já que, a economia, como fator do modo de produção capitalista, não pode se constituir como única forma de organização social.

Dessa maneira, ressalta-se a importância do conceito de temporalidade da Administração Política ao estabelecer que a prática administrativa se materializa em duas dimensões articuladas e integradas entre si: a temporalidade teórica e a

temporalidade administrativa, que só pode ser realizado com os objetivos e metas planejadas pela sociedade e/ou organização; assim, articulando uma gestão social.

Nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa foi definido com a utilização de bases teórico-metodológicas interdisciplinares que analisam os impactos às famílias atingidas há 50 anos pela construção da barragem de Sobradinho, em Casa Nova e seu contexto atual, privilegiando na perspectiva dos familiares dos atingidos de contribuições para (re) orientar futuras políticas de desenvolvimento sustentável, nas áreas rurais onde vivem atualmente os herdeiros da população que foi desterritorializada, na cidade de Casa Nova.

À vista disso, o trabalho foi norteado pelos objetivos específicos: analisar os impactos causados pela barragem de Sobradinho, em Casa Nova, as famílias atingidas após 50 anos; caracterizar o contexto social e econômico de algumas famílias atingidas pela barragem Sobradinho que habitavam na cidade de Casa Nova; verificar a percepção dos atingidos que viviam da agricultura familiar, sobre os impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos causados pela construção da barragem de Sobradinho; e elaborar, com os familiares dos agricultores atingidos pela barragem de Sobradinho, uma metodologia inclusiva que inspire a concepção e a implantação de políticas inovadoras de desenvolvimento territorial sustentável em áreas rurais.

Por conseguinte, a tese foi estruturada com os seguintes capítulos: 1. Introdução, 2. Referencial Teórico-Histórico com as contribuições da teoria da Administração Política e da Gestão Social do Desenvolvimento, 2.2. A Gestão Social na Governança Territorial como Impulsionadora e Cidadania, 2.3 – Revistando as Bases Teóricas e Históricas que sustentaram a construção de barragens no Brasil. 2.4. Impactos dos Processos de Desterritorialização e Reterritorialização na Identidade de Cultura dos Atingidos por Barragens em Sobradinho-BA, 2.5. Indicadores Sociais e Econômicos destacando a realidade dos Atingidos pela barragem de Sobradinho-BA, 3. Materiais e Métodos, 4. Discussão e Análise dos Dados, 5. Resultados Esperados e 6. Considerações Finais.

Todos os capítulos estão associados aos aspectos da gestão social e das consequências da execução com a não participação das pessoas envolvidas, essa teoria social/administrativa que ajuda a sustentar a análise crítica e contextualizada do projeto nacional desenvolvimentista que inspirou a concepção e implantação da barragem de Sobradinho e como produto do doutoramento, um Relatório Técnico

Conclusivo para ser entregue à Universidade (através do PGGADT), ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, ao Governo do Estado da Bahia, Governo do Município de Casa Nova e sociedade civil após 50 anos do início da construção da barragem de Sobradinho-BA, convocada por uma **Audiência Pública**, para propor uma agenda participativa através de um grupo de trabalho (GT) para construção de uma política pública reparadora para esta população que vivem da agricultura familiar sobre o olhar da gestão social e participação da sociedade civil.

## 2.REFERENCIAL TEÓRICO-HISTÓRICO

### 2.1. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E DA GESTÃO SOCIAL PARA A ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Ao tomar o conceito de Administração Política como umas das bases teóricas e metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa, considera-se fundamental trazer uma breve discussão sobre as fronteiras entre os conceitos e métodos de pesquisa, com a definição e campo de ação própria da Administração Pública. Nesse sentido, para Santos *et al.* (2009) muito mais do que avançar na investigação sobre os embates e/ou as reciprocidades conceituais e institucionais entre ambos os conceitos – objeto de futuros estudos – objetiva-se, aqui, muito mais esclarecer para o leitor certa confusão que tem sido perpetrada por algumas interpretações referentes ao conceito de Administração Política.

Talvez, ao introduzir o adjetivo política<sup>2</sup> acredita-se que, devido ao pouco tempo de existência do conceito de Administração Política, e, desta forma, é natural a contestação da cientificidade desse novo campo do conhecimento. Há, ainda, uma confusão natural com a compreensão não apenas sobre o conceito, como também, em relação aos respectivos espaços de atuação que acabam sendo confundidos com o próprio conceito de Administração Pública. Essa confusão se amplifica devido

---

<sup>2</sup> política como ênfase ou qualidade da administração, leve alguns leitores a questionar se esse novo campo do conhecimento seria uma abordagem diferente da Administração Pública. Santos *et al.* (2009).

ao papel que o Estado contemporâneo tem assumido no contexto socio político-econômico e cultural, em âmbito internacional e nacional.

As mudanças no cenário da economia internacional e nacional, a partir dos anos 70 do século XX, têm contribuído para trazer uma desordem ainda maior sobre essas fronteiras, especialmente, devido à hegemonia do pensamento (neo) liberal que tem confundido a sociedade, e de acordo com Santos *et. al.* (2009), de modo geral, na compreensão, efetivamente, dos limites da relação complexa entre Estado-Sociedade-Mercado (isto é, entre interesses públicos e interesses privados). Em relação a essa dinâmica, cabe esclarecer que coexistem diversas formas (híbridas ou não) de intervenção na esfera social caracterizando, pois, diferentes perfis da Administração Política de diferentes sociedades.

Essa dificuldade de compreensão da relação entre Estado-Sociedade<sup>3</sup> é ainda mais complexa, ao cidadão comum, no caso brasileiro e da maioria dos países Latino-Americanos, por serem espaços sociais onde o Estado assumiu lugar de destaque na concepção dos padrões de modernização socioeconômica na contemporaneidade. Com essa breve introdução ao tema, espera-se trazer alguns relevantes esclarecimentos sobre as fronteiras conceituais e de ação entre Administração Política e Administração Pública. Nesse sentido, avaliar o padrão sócio-histórico da Administração Pública implica, pois, avançar na compreensão de uma concepção mais ampla do que denominamos aqui de Administração Política.

Sobre este último conceito Santos *et. al.* (2009), abriga e fundamenta as formas e movimentos complexos entre organizações públicas, privadas e sociais, os padrões de Administração Pública<sup>4</sup> refletem o comportamento do poder público

---

<sup>3</sup> No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (Evans, Rueschmeyer e Skocpol, 1985).

<sup>4</sup> A Administração pública é uma ciência e representa uma ferramenta fundamental para a concretização dos objetivos do Estado, visto que consiste em um conjunto de órgão e entidades que se responsabilizam essa tarefa. É o meio para a realização das atividades tanto dos órgãos governamentais, aqueles imbuídos de traçar os planos de ação do Estado, quanto dos órgãos administrativos, responsáveis por colocá-los em prática. Administração Pública como um dos elementos onde a Administração, como ciência, está presente. Caderno de Administração. Revista do Departamento de Administração da FEA ISSN 1414-7394 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Alexandrino e Paulo (2005).

(Estado) na concepção e/ou condução (execução) desse Projeto de Nação. Tomam-se como exemplo histórico concreto os padrões de Administração Política e Administração Pública brasileira, entre os anos 1930 e 1970.

Pode-se afirmar, pois, que havia uma concepção (política e técnica) de um novo e complexo Projeto de Nação – o qual denominamos de padrão de Administração Política – que emergia e se consolidava naquele contexto concreto. Cabe indagar, então, qual o papel assumido pela Administração Pública para dar conta daquela nova concepção de relações sociais de produção, circulação e distribuição. Ao responder essa questão, considera-se ser possível delimitar melhor as fronteiras e complementaridades existentes entre os dois conceitos citados.

Desse modo, deduz-se que o novo Projeto de Nação, germinado no Brasil nos anos 1930 e consolidado no final dos anos 1970, teve, no Estado, a sua fonte central de poder e controle de todos os processos sociais, tecnológicos, econômicos, políticos e culturais, o que implica concluir que, o novo modo de Administração Política do Brasil determinou como o Estado deveria se (re) estruturar para resolver os desafios impostos e implantar, com êxito, a nova matriz socioeconômica fundada nos valores e princípios do capitalismo internacional.

Assim, ao se analisar a dimensão da gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição do novo modo de produção nacional, tem-se evidências de que partiu do Estado a responsabilidade pela concepção mais geral (abstrata) do novo modo de produção do país; assim como o poder público assumiu, deliberadamente, a função de conceber e implantar o novo padrão de gerência que iria, pois, garantir a execução do novo modelo de Administração Política.

Com base nessas referências históricas da formação social do Estado brasileiro, é possível, pois, reconhecer a dinâmica recente que tem orientado as concepções dos padrões de Administração Política brasileira, materializadas na percepção e implementação de um novo e transformador modo de produção social, baseadas em investimentos visando à industrialização, com a conseqüente substituição de importações. A partir do exemplo acima, deve-se pressupor que o campo da Administração Política, ao ampliar o conceito das ciências administrativas, incorpora três dimensões indissociáveis que marcam a relação complexa entre Sociedade-Estado-Mercado.

---



Nessa direção, Santos (2009) adverte que, para o entendimento da gestão da materialidade das relações sociais, é fundamental inserir essa discussão num contexto tridimensional, que se apresenta hierarquizado de uma forma lógica pelo referido autor: a primeira dimensão refere-se à sociedade que, por meio das instituições/organizações, se revela na busca permanente pelo bem-estar total (conceito de Arthur Cecil Pigou)<sup>5</sup>, que abrange escolhas sociais, direitos, justiça e liberdades individuais. A segunda dimensão é a do Estado, considerada a mais relevante pelas instituições/organizações, que é responsável pela concepção e condução do Projeto de Nação. E, finalmente, a terceira dimensão relacionada à economia (materialidade), avaliada como a base técnica do Projeto de Nação. Adotando-se como base a terceira dimensão de análise, a da economia, cabe ressaltar o fato de que, o modo de produção capitalista não se constitui na única forma de organização social, capaz de conduzir a base técnica para o alcance da finalidade social.

No contexto social em que se preponderam os princípios e valores capitalistas, como meio dominante para o alcance do desiderato individual e social (bem-estar), há sempre uma oposição em impender essa determinação, pois, a negativa justificada é a de que só por meio de sua própria finalidade (capitalismo) é possível chegar-se ao escopo pretendido socialmente. Nesse sentido, o capitalismo coloca-se como um sujeito autônomo, subordinando as demais dimensões: a da sociedade e a do Estado, o que é contraditório do ponto de vista do cumprimento da finalidade do bem-estar social da humanidade.

Para delimitar melhor as fronteiras entre os conceitos e domínios das duas áreas de conhecimento e ação, faz-se imprescindível, reconhecer o que Santos *et al.* (2009) definem o objeto científico e fundamenta o conceito de Administração Política como a gestão que, possuindo campo próprio do conhecimento das ciências administrativas, manifesta-se, de forma explícita e/ou implícita, nas ações estatais (materializando, desse modo, os padrões que irão orientar jurídica, administrativa e

---

<sup>5</sup> A corrente de Pigou entende que o objetivo da Economia é maximizar o valor real da renda social com o estabelecimento de uma correlação direta entre bem-estar econômico e bem-estar social. Já, a “nova” Economia do bem-estar caracteriza-se pelo interesse nas questões de produção e troca, sem formular suposições sobre comparações interpessoais de utilidade e defende a isenção de questões éticas no estudo da Ciência Econômica (HICKS, p. 696-712, 1939).

socialmente o papel e funções sociais da Administração Pública) junto às ações corporativas (privadas) e entidades sociais.

Por administração pública compreende-se, a forma complexa de organização do Estado, suas estruturas, funções e funcionamento e, para que possamos reconhecer esse conjunto de ações, é fundamental integrar os aspectos contraditórios que o conformam, assim como suas múltiplas faces, condicionantes, atores e relações. Deste modo, compreende-se, assim, que o conceito de Administração Pública está condicionado ao conceito de Estado e as relações deste com a sociedade.

Apesar de reconhecer a necessidade de aprofundamento da compreensão do papel e funções da Administração Pública com base nos conceitos de Estado, para os objetivos desta pesquisa, destaca-se o conceito de Administração Pública que representa, em linhas gerais, as regras para regulação da ação do Estado e de seus agentes, estabelecida por lei. De acordo com a Constituição Federal brasileira em seu Art. 37, *a Administração Pública deve obedecer aos “princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade [...]” (BRASIL, 1988).*

Pode-se, assim, deduzir que todas as decisões<sup>6</sup> assumidas pelo Estado e o conjunto de órgãos e regras que fundamentam sua administração, devem estar de acordo com o que diz a legislação (desde a Constituição Federal, passando pelas leis complementares e ordinárias, até chegar aos decretos e normas) responsável por especificar os procedimentos e regulamentar o chamado Estado de Direito.

É fundamental compreender, que as ações/políticas estatais e/ou públicas resultam de processos e dinâmicas sociais complexas que envolvem agentes situados em outras esferas da sociedade, determinando representatividades formais, como os movimentos sociais<sup>7</sup>, que possuem legitimidade para defender as pessoas de uma categoria da sociedade, como por exemplo o Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, organização social da década de 1980, fruto de um longo trabalho de construção coletiva, que não aceita injustiças, destruição da natureza e acredita

---

<sup>6</sup> Não se, deve levar em conta aqui a moralidade ou a imoralidade da necessidade à qual atende a coisa útil e que ela permite satisfazer. Que uma substância seja procurada por um médico para curar um enfermo, ou por um assassino para envenenar sua família, é uma questão muito importante sob outros pontos de vista, mas completamente desprezível sob o nosso. A substância é útil, para nós, nos dois casos, e talvez mais no segundo que no primeiro (WALRAS, 1983, p.19).

<sup>7</sup> Para McCarthy e Zald (1977: 1217) os movimentos sociais são um conjunto de opiniões e crenças comuns a uma população que representa preferências pela mudança de alguns elementos da estrutura social e/ou pela distribuição de recompensas numa sociedade).

que podemos viver de uma forma melhor. Deste modo, o MAB se organizou e lutou, com muito sacrifício e enfrentou os poderosos que “só” os exploram, oprimem e expulsam de suas comunidades e seus territórios<sup>8</sup> (MAB, 2018).

Para Santos (2017) há o reconhecimento da existência também de mecanismos informais de acesso aos centros decisórios, como, os agentes econômicos e as elites políticas. Com base nessa breve síntese, o autor finaliza reafirmando o valor de se reconhecerem as fronteiras entre os conceitos de Administração Política e Administração Pública. Entretanto, admite que esses limites devam assumir um papel metodológico, com o objetivo de oferecer ao leitor/cidadão os elementos teóricos e técnicos que permitam identificar as implicações que as duas dimensões refletem uma sobre a outra.

Nesse debate, não se deve delimitar qual o espaço que cada área de conhecimento e de práticas sociais ocupa, mas, somente, reconhecer como se complementam e interagem mutuamente; ou seja, o relevante é elucubrar sobre a seguinte questão: em que medida a concepção de Administração Política que determina ou influencia o padrão, dinâmica e, principalmente, os resultados da ação da Administração Pública?

Ao admitir ser a Administração Política um campo de conhecimento, os autores defendem ser a gestão seu objeto científico próprio, que garante à ciência administrativa, articulada com o campo da Economia Política, e a validam como campo responsável pela concepção e execução da materialidade humana (produção, circulação e distribuição dos resultados da renda e riqueza social).

Desse modo, se à Economia Política cabe responder cientificamente as questões: o que, por que, e para que fazer (produzir), à Administração Política cabe dar sequência às perguntas levantadas pela Economia, respondendo às seguintes questões: como realizar, como organizar, como executar esse modelo de materialidade social, concebido/idealizado no campo da Economia Política.

---

<sup>8</sup> Etimologicamente, a palavra território, territorium, em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado jus terrendi, para designar “pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa”. Outro sentido do termo refere-se à grande proximidade etimológica existente entre terra-territorium e terreo-terror (aterrorizar aquele que aterroriza) (HAESBAERT, 2008, p.43)

### 2.1.1. REDISCUINDO OS CONCEITOS DE GESTÃO, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E DA GESTÃO SOCIAL

Administração Política nasceu na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia-UFBA, em 1993, entretanto, ganha amplitude e densidade a partir do ano 2000, quando estudantes do curso de graduação em Administração da referida escola sugeriram essa abordagem para (re) interpretar, de forma crítica, os aspectos administrativos que anuíam naquele contexto a disciplina Tópicos Avançados em Planejamento (disciplina que integrava o curso de Bacharelado em Administração da UFBA. Os autores registram que, apesar do movimento em torno da existência de bases para a defesa da Administração Política como campo científico, espaço próprio de reflexão e realização dos fenômenos administrativos, desde 1993 – momento em que os autores publicam seu primeiro artigo abordando o tema – somente a partir do ano 2000, foi possível aprofundar nos estudos epistemológicos e metodológicos que pudessem dar maior consistência a esse novo campo científico (SANTOS, 2007).

Entre os principais achados desse esforço preliminar das pesquisas pioneiras sobre o tema, Santos, Ribeiro e Chagas (2009) asseguram que, na perspectiva científica, a administração tem sido estudada na história contemporânea como um campo de conhecimento indefinido. E essa conclusão é motivada no fato de não haver, na literatura contemporânea (do início do século XX aos dias atuais), sobre os fenômenos administrativos, uma consonância entre os estudiosos relacionando as diferenças entre objeto científico e objeto de estudo.

Partindo da negativa ou não da importância de reconhecer a administração como campo científico próprio, observa-se, que múltiplos pesquisadores sobre os temas administrativos não separam o que seja objeto científico e objeto de estudo. Desta forma, a razão de continuar na limitação do campo aplicado do fazer administrativo (dirigido para a prática) e a literatura corrente não desponta interesse em avançar na discussão e produção de um lastro científico que permite a esse campo reconhecer a Administração como uma Ciência Social.

Ao preconizar que a Administração é um campo da ciência social, Ribeiro (2008) está referendando a construção do conceito de Administração Política como campo próprio do conhecimento, ainda que, como as demais ciências sociais,

possui um campo multidisciplinar, ou seja, seus atos e fatos administrativos aproximam-se do campo da filosofia política, e sua 'virtude' é um valor social fundamental para o pensar (filosófico do planejar) e o fazer da administração (executar).

Por sua vez, Santos (2009) acredita que as organizações são espaços privilegiados de confronto e revelação de ideias e pensamentos dos diversos modos de Administração Política, isto é, reconhece que, nas organizações (corporativas, públicas e sociais), ocorrem as diversas manifestações de um dado padrão de gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição e, por isso, o estudo das organizações é disputado por outras áreas do conhecimento, como a psicologia, as ciências sociais, em geral, as engenharias, entre muitas outras.

Ao definir a gestão como objetivo científico da Administração Política, Santos (2009, p. 44) concebe a gestão como sendo o *“padrão/modo das relações sociais de produção, circulação e distribuição”* que irão estabelecer o conteúdo e as formas como uma dada sociedade concebendo e implantando sua materialidade.

Nesse sentido, o autor traz uma grande inovação para a consolidação da administração como campo científico ao integrar, como um mesmo processo, os atos de pensar e fazer administrativo, já que, para as ciências administrativas embasadas na teoria da Administração Política, o ato de administrar compreende duas dimensões articuladas e integradas entre si: a dimensão da gestão, definida como a concepção das formas de condução das relações sociais de produção, circulação, realização e distribuição – observadas em quaisquer níveis (individuais e/ou coletivos) que Santos, Ribeiro e Chagas (2009) denominam de objeto científico deste novo campo de conhecimento; e a dimensão da gerência, definida pelos referidos autores como sendo a capacidade de execução da ação administrativa, o ato de fazer, isto é, a materialização daquilo que fora concebido no plano da gestão, elementos que caracterizam o conceito de Administração Profissional.

Tais autores da teoria da Administração Política, ainda interpretam que o conceito de temporalidade, que estabelece a prática administrativa, se materializa em duas dimensões articuladas e integradas entre si: a temporalidade teórica e a temporalidade administrativa e concebem, também, que essa definição é fundamental para se dimensionar a noção de espaço-tempo para qualquer Projeto Organizacional/Institucional ou Projeto de Nação que necessita ser realizado e

concluído, conforme os objetivos e metas planejadas pela sociedade e/ou organização, articulando uma gestão social com um planejamento estratégico. Desta forma, poderemos atingir o tão almejado desenvolvimento nacional, regional e local por meio da inovação social.

### 2.1.2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO E APRENDIZAGEM SOCIOTERRITORIAL

As organizações são compreendidas por Santos *et al.*, (2015) como locais privilegiados de disputa e manifestação dos diversos modos de Administração Política; e revelam as organizações como, recintos de lutas de classes para tomadas de decisões para um padrão de gestão das relações sociais de produção, assim, o autor assume que as organizações também são os objetos de estudo de pesquisa da ciência administrativa, mas não são exclusivos deste campo, pelo caráter multidisciplinar que envolve várias disciplinas e áreas de pesquisas.

Nesse sentido, o mesmo autor destaca que as organizações também são disputadas por outras áreas do conhecimento, como a psicologia, as ciências sociais, em geral, as engenharias, entre muitas outras áreas. Assim, as organizações fazem parte de objeto de estudos interdisciplinares, logo, a Administração Política é uma das bases teóricas e empírica que sustentam o desenvolvimento deste estudo, pelo caráter transdisciplinar das organizações que se caracterizam como ambientes holísticos, permeados com participação de vários campos do conhecimento e decisões participativas.

Como base nessa reflexão, Santos, Ribeiro e Chagas (2009, p.44) norteiam os estudos teóricos e metodológicos da Administração Política com base nos seguintes pressupostos: *“a administração pode estruturar-se como campo científico próprio, visto que os fenômenos administrativos manifestam elevado grau de especulação filosófica e de subjetividade de seus conteúdos.”*

Essa demanda de planejamento<sup>9</sup> começou a se consolidar no setor público a partir dos anos 1950, com a elevação e a complexidade na diversificação dos fenômenos de exclusão social (SIMÕES *et al.*, 2008) de outro lado, estimulada cada

---

<sup>9</sup> “Planejamento Estratégico é definido como o processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades do mercado” Kotler (1992, p.63).

vez mais pela organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais. A escolha de indicadores sociais para uso no processo de formulação e avaliação de políticas públicas<sup>10</sup> deve ser pautada pela aderência deles a um conjunto de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante da aplicação, que definirá a tipologia de indicadores mais adequada (JANNUZZI, 2001).

Desta maneira, a questão em destaque necessita do acompanhamento da sociedade civil nos processos para cooperar significativamente para o desenvolvimento dessas leituras e da exigência de organismos internacionais bilaterais (interessados em medir o desempenho de seus projetos) e, assim, legitimar as políticas governamentais, sobretudo, a democratização da informação, que amplia o diálogo entre governo e sociedade civil, bem como, monitorar e avaliar as políticas sociais (KAYANO *et. al.*, 2002), considerando que nem sempre é concebida na dinâmica da gestão e do planejamento a realidade em que se quer agir de forma profunda no desenho de políticas sociais, isso é feito, tomando como base um conhecimento sobre a realidade em que se deseja intervir.

Em síntese, Santos, Ribeiro e Chagas (2009) percebem que o 'ato' de administrar traz implicações e é um reflexo (implícito ou explícito), isto é, significa, reconhecer um 'ato' anterior decisivo, que denominam de 'pensar' ou 'conceber um dado padrão/modo/forma de organização e execução das relações sociais de produção, circulação e distribuição com vistas a alcançar uma dada finalidade social; portanto, os autores asseguram que o ato de administrar tem uma finalidade social, caracterizado por uma decisão política e estratégica carregada de ideologia e de intenções individuais e coletivas, exigindo, obviamente, a participação social.

Para Santos *et al.* (2015), deve-se considerar que os processos sociais, no tempo e no espaço, são concebidos, conduzidos e dirigidos, sendo assim, o como queremos fazer é realizável e perfeitamente administrável, porém precisamos ter ou (construir) uma base cognitiva que possibilite tal desiderato e que nossas autoridades, movidas pelos interesses mais particulares e imediatos e menos pelos interesses gerais e futuros da nação, escolheram um modo de pensar e fazer as coisas que lhes são convenientes; com isso, não veem pertinência em estudar o que se disse ou o que se fez no passado, e é imperioso

---

<sup>10</sup> A visão de Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavsky (1992) é que a política pública perdeu parte do seu poder com as profundas reformas ocorridas em vários países, provocadas pelo ajuste fiscal.

fazer o exercício intelectual e compreender que o grande problema do capitalismo, em geral e do nosso em particular (com baixo grau de defesa), é aprender a administrar melhor os processos sociais (gestão social) e menos o exercício de exaustivos e improdutos diagnósticos.

O atraso de se fazer esse exercício se deve, primeiro, à arrogância da Economia que pensa que sabe fazer, mas não sabe; segundo Santos *et al.* (2015) e, segundo, a pequenez intelectual da Administração que segue à risca o prescrito pelo Divino Mestre que parece lhe ter reservado a eterna tarefa de capataz das relações de trabalho na linha de produção — extraindo do trabalhador o máximo de produtividade para proporcionar o maior rendimento possível desejado pelo capital.

Pode-se concluir, pois, que o retorno a essas questões leva a uma reflexão crítica sobre a própria natureza do Estado capitalista, marcada por princípios e lógica próprias que orientam as relações de produção material e social e os autores assumem uma visão crítica sobre a relação complexa entre Estado-Sociedade-Mercado, fundamentada em uma divisão de classes, onde, conforme definido por Karl Marx (1867), algumas classes sociais detêm o poder econômico e, por extensão, o poder político sobre as demais. Ou seja, em síntese, cabe destacar o fato de que o sistema capitalista se realiza sobre a premissa da exploração privada dos meios de produção, base que tem garantido, historicamente, a reprodução do modelo de acumulação privada de riqueza e renda.

Ao tomar como referência ideológica e teórico-metodológica os padrões que têm fundamentado e orientado a Administração Política do capitalismo contemporâneo, o passo seguinte é situar a compreensão de políticas estatais e/ou públicas dentro desse contexto. Nessa direção, os autores partem da seguinte premissa (SANTOS, 2009).

[...] se o Estado capitalista representa e assegura essa lógica de produção social, não expressa a maioria da população e, sim, o poder dos interesses da classe dominante. Logo, é um Estado de classe, que não pode, na prática, ser considerado um ente público defensor dos interesses coletivos e segurador da igualdade social.

A síntese da discussão proposta por Santos, Ribeiro *et al.*, (2009, p.82) encaminha-se, pois, para a seguinte reflexão, tomando como referência uma dada conjuntura social.

[...] não falamos de políticas públicas, pois elas não são definidas pela coletividade, nem sempre estão voltadas para o bem comum e, normalmente, são realizadas para garantir a expansão capitalista ou amenizar os efeitos negativos da irracionalidade da acumulação



privada — o que agrava a sua busca pela legitimidade no encaminhamento de ações que amenizem o grau de insatisfação social.

Se essa situação é visível historicamente nas sociedades desenvolvidas, especialmente tomando como base de análise as crises sociais que se acentuam a partir da crise do capitalismo que se instala nos anos 70 do século XX, e que se agudiza nos anos recentes, conforme apontam Santos e Ribeiro *et. al.*, (2012, p. 29), nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos essa situação é ainda mais dramática porque o Estado tem atuado “*no sentido da funcionalização da pobreza, com suas políticas compensatórias e assistencialistas, e, por outro lado, servido de prestamista de última instância, pelo seu orçamento, para assegurar o processo de acumulação, sobretudo na esfera rentista (...).*”

Há necessidade de uma investigação socioterritorial para conhecimento do que se quer atuar de uma forma profunda, e isso faz parte da dinâmica da gestão e planejamento, ou seja, nem sempre o desenho de políticas sociais se faz tomando como base um conhecimento sobre a realidade em que se deseja. No entanto, é preciso entender melhor a necessidade a partir de um levantamento da realidade da qual se pretende planejar transformações e mudanças, e existe uma relação entre a dinâmica da gestão de políticas e a produção de informações para percebemos que se trata de um campo complexo, novo e ainda em construção, utilizando-se de indicadores sociais.

## 2.2. - A GESTÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO IMPULSIONADORA DE CIDADANIA

O conceito de gestão social, nos Estados Unidos e na América Latina, tem como finalidade de capacitar gestores públicos (BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008; 2009; FISCHER; MELO (2006); FISCHER (2012); FRANÇA FILHO, 2003; 2008; ARAÚJO, 2012; TENÓRIO, 2010) no Chile, Guatemala e Panamá, com a mesma intenção (ARAUJO, 2014), não está pronto porque, tendo a participação como elemento central, requer forte concentração nas ações implementadas no território.

As reflexões sobre a temática de gestão social<sup>11</sup> propõem a articulação de empresários, universidades, organizações não governamentais, pesquisadores, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros, para operar transformação na sociedade, de forma que a atividade econômica seja o meio e o bem-estar social, o fim e são avançadas por Dowbor (1999).

No entendimento sobre a gestão social de Singer e Carvalho (1999), as ações que intervêm nas diferentes áreas da vida social para a satisfação das necessidades da população, são colocadas desde a questão do abandono de crianças até a questão da crise do trabalho. Sua perspectiva é de que a gestão social seja viabilizada através de políticas e práticas sociais articuladas e articuladoras das diversas demandas e organizações populares, universidades, entidades não governamentais e governos. Na mesma visão, Singer e Carvalho (1999) relacionam gestão social à gestão das ações públicas, com respostas efetivas à realidade das populações vulneráveis, destacando o protagonismo da sociedade civil nesse processo, mas apontando a necessidade de o Estado assumir as suas responsabilidades.

A Gestão Social, para Subirats (2007)<sup>12</sup> é definida como um processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. Para França Filho (2003; 2008) a Gestão Social é entendida em duas perspectivas: como processo e como fim. E, enquanto processo busca subordinar as lógicas instrumentais a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais e ecológicas; aproxima-se da gestão pública, tendo como foco as demandas e necessidades da sociedade. Na mesma linha de raciocínio, Fischer e Melo (2006) informam que a Gestão Social é orientada para o social com base nos princípios da ética e da solidariedade.

---

<sup>11</sup> Um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório e transformador. É fundada nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade. Construção realizada em pactuação democrática, nos âmbitos local, nacional e mundial; entre os agentes das esferas da sociedade civil, sociedade política e da economia, com efetiva participação dos cidadãos historicamente excluídos dos processos de distribuição das riquezas e do poder. (MAIA, 2005, p. 15-16).

<sup>12</sup> Os programas de desenvolvimento territorial rural não podem desconsiderar o território como espaço como portador de identidade e de projeto de desenvolvimento socialmente pactuado. Os territórios não existem objetivamente, mas são fruto das intenções compartilhadas entre os atores (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004).

Apresentando os quatro momentos evolutivos da Gestão Social (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009), primeiro, exibem a possibilidade de diferentes atores e organizações alcançarem objetivos sociais por meio do diálogo e da participação. No segundo, atores e organizações passam a ser reconhecidas e valorizadas por suas características inovadoras, iniciando a articulação de práticas antes dispersas. No terceiro, elementos comuns entre experiências diversas passam a ser percebidos como características identitárias de um modo de gerir problemas. No último momento, a Gestão Social<sup>13</sup> alcança certo grau de institucionalização, mesmo não tendo conseguido ainda uma característica própria que a diferencie de outros modelos. Finalmente, Cançado (2011) nos diz que a gestão social busca a emancipação do ser humano, aqui entendida como livrar-se da tutela de alguém e buscar autonomia.

A gestão social contemporânea na realidade brasileira vem colocando em posição de destaque a relação entre o Estado e a sociedade civil, com iniciativas que se propõem a fomentar a gestão de forma descentralizada e compartilhada, considerando-se os processos de democratização da sociedade e a redefinição dos modelos de gestão pública, onde a participação popular é determinante.

Essas práticas sociais, entretanto, via de regra são viabilizadas em nome da solidariedade, que é um valor importante, mas que precisa conter o componente político, contextualizando a ação. Necessário se faz contextualizar o entendimento sobre as concepções de gestão social, no cenário das mudanças ocorridas nas últimas décadas na sociedade brasileira. Estado e sociedade devem partilhar, democraticamente, o espaço público, sem esquecer que, neste, estão em disputa os projetos do Estado com os seus corpos técnicos e os da sociedade civil, das organizações não governamentais, dos sindicatos, das igrejas, dos movimentos sociais, dos partidos políticos e outros; cabendo ao estado o papel de regulador e à sociedade exercer o controle social, a fim de assegurar os direitos de cidadania (LESSA, 2013).

Como afirma Brant Carvalho (2013):

---

<sup>13</sup> Bandeira considera que (1991: 8): “o controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, coparticipação de valores, de práticas culturais e principalmente da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos”.

A Gestão Social refere-se fundamentalmente à governança das políticas e programas sociais públicos; intervém na qualidade de bem estar ofertada pela nação; na cultura política impregnada no fazer social; nas prioridades inscritas na agenda pública; nos processos de tomada de decisão e implantação de políticas e programas sociais; nos processos de adesão dos sujeitos implicados.

Para Carvalho (2013) o social envolve uma dimensão humana e uma dimensão dos direitos humanos, como compromisso inegociável da:

- a. Universalidade - atendendo toda população a que se destina, sem discriminação de qualquer natureza.
- b. Visibilidade e transparência nas decisões - as ações de todos os atores implicados devem se tornar públicas para a população.
- c. Controle social - fiscalização sobre as regras vigentes, a aplicação de recursos públicos e a prestação de contas.
- d. Sustentabilidade - respeito tanto a recursos materiais e humanos como a respostas duráveis às necessidades e demandas da população.
- e. Cultura pública - superação da cultura de privatização do público, do autoritarismo, do fisiologismo, do favorecimento e do clientelismo, tão enraizados na sociedade brasileira.

Com base nesses atributos, será possível analisar se uma política, um programa ou se uma ação é efetivamente pública, tomando como referenciais a interdisciplinaridade, com equipes multiprofissionais de formação diversa, exercitando o diálogo de saberes.

A gestão social, deste modo, cuida da ampliação do acesso à riqueza social<sup>14</sup> – material e imaterial, aqui entendida como direito social sob valores democráticos, como equidade, universalidade e justiça social, onde as parcerias, as redes e a descentralização são formas para operacionalizá-la (SILVA, 2004).

Por fim, sintetizando os conceitos dos vários teóricos que embasaram essa temática da Gestão Social, entende-se que:

---

<sup>14</sup> Para Sahlins (1997), quando se dá a devida importância às constantes mutações históricas que são ocasionadas pelos processos seculares de fronteiras em expansão e aos múltiplos tipos de territórios sociais, mostra-se, que o uso do termo tradicional, refere-se as realidades fundiárias plenamente modernas (e, se quiser, pós-modernas) do século XXI, em respeito às tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação.

- A gestão social tem como objetivo o interesse coletivo de caráter público.
- A gestão social envolve todos os atores sociais, organizacionais e institucionais de um dado espaço.
- A gestão social é um processo participativo, dialógico, consensual.
- A gestão social se materializa pela deliberação coletiva alcançada pelo consenso possível gerado pela argumentação livre.
- As parcerias e redes intersetoriais, tanto práticas como de conhecimentos, são formas de pensar e operacionalizar a gestão social.

### 2.2.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESCENTRALIZAÇÃO NO BRASIL NO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

As experiências históricas acumuladas pela administração pública brasileira em planejamento governamental, que emerge no país no período de 1930 a 1970, fruto das necessidades de concepção e implantação da matriz socioeconômica (industrial) brasileira, fundada na concepção do nacional desenvolvimentismo, é um debate que merece destaque e suas contribuições apresentadas por diversos pensadores brasileiros, a exemplo de Celso Furtado (1974), Maria da Conceição Tavares, Fernando Pedrão, Otavio Ianni (1979), Lafer (1973), entre outros, considerados clássicos do pensamento administrativo brasileiro; vão integrar, em um mesmo processo, Planejamento e Políticas Públicas.

No entanto, os teóricos em políticas públicas, há muito tempo vêm legitimando suas preocupações com a necessidade de o poder público investir em planejamento governamental<sup>15</sup>, de forma a criar as condições políticas e técnicas para que as ações públicas (Políticas Públicas) cumpram sua finalidade e função social, que é a de garantir o bem-estar social.

Em síntese, considera-se que a proposta para (re) discutir o conceito e métodos de conceber, implantar e avaliar políticas públicas (governamentais), com base na teoria da Administração Política, tem por objetivo contribuir para a construção de novas abordagens críticas com vistas a sistematizar informações de análise de

---

<sup>15</sup> Nistch (1994: 508-9) caracteriza essa mentalidade como fruto de uma “aliança eco tecnocrata entre o velho autoritarismo e o novo ecologismo”.

conjuntura em Administração – permitindo, assim, aos acadêmicos e profissionais que atuam no campo administrativo possam refletir, não apenas em relação à concepção e resultados das ações públicas e governamentais, mas, sobretudo, sobre o processo e a dinâmica que fundamenta a dimensão do como estão sendo gestados e gerenciados (operacionalizados) os atos e fatos administrativos.

Tomando como base que, para qualificar o debate sobre políticas públicas, os pressupostos teórico-metodológicos apresentados pela Administração Política visam ganhos efetivos na qualidade da gestão, enfatize-se, que, para que a Administração se situe como um campo científico e técnico importante, é imperioso, não apenas interpretar a realidade, mas que esteja preparada para transformar as práticas profissionais, organizacionais e sociais e, para isso, é fundamental investir em metodologias administrativas que possibilitem avaliar a capacidade de gestão e gerência, de modo a identificar a concepção/conteúdo e, especialmente, as dinâmicas que dão sentido às relações sociais concretas. Isso faz parte do desenvolvimento da sociedade moderna, realizado através de investigação da realidade social, considerando que, nem sempre, os gestores concebem no seu planejamento a ideia de se conhecer a realidade que deve se atuar de forma profunda e, desta forma, o desenho que se apresenta das políticas sociais é baseado apenas no conhecimento sobre a realidade, em que, se deseja intervir e não na realidade social.

Nesse sentido, os teóricos da Administração Política acreditam que a edificação de pressupostos teóricos e metodológicos fundada em ênfases empíricas – evidências que expressem as expectativas da esfera estatal, da esfera corporativa (empresarial) e da esfera social dotam o campo da Administração de competências científicas e técnicas relevantes para contribuir para uma (re) interpretação das relações sociais, bem como para fazer prescrições de ações que contribuam, de forma efetiva, para que os administradores (gestores e gerentes) possam assumir atitudes mais comprometidas com as transformações das práticas sociais.

Em um ambiente de profunda crise econômica, social e política, ou seja, uma crise institucional, organizacional e administrativa do Estado, na América Latina e no Brasil, em particular, o planejamento em políticas públicas ganha contornos ideológicos instrumentais, e passa a refletir os objetivos de garantir a racionalidade da administração pública, através da revisão drástica do papel e funções do Estado.

Ao reconhecer o papel do planejamento estratégico nas políticas públicas, os citados autores avançam esse debate ao afirmar que o objetivo do planejamento é,

portanto, orientar as ações do Estado e da sociedade de modo a mitigar os aspectos de improvisação, desintegração e falta de conclusão, que têm marcado, infelizmente, as práticas de gestão pública no Brasil. Nesse sentido, cabe registrar a necessidade de se refletir sobre os altos custos da decisão de não fazer planejamento em políticas públicas, que, além de impedir o alcance da finalidade das ações públicas, contribui para a má alocação de recursos, desperdiçando, desse modo, o esforço social que tem sido empreendido pela sociedade brasileira no sentido de construir um projeto de desenvolvimento socioeconômico que já consumiu mais de 75 anos da nossa história recente.

Um aspecto relevante para a compreensão do conceito de Administração Política é o conceito de temporalidade, definida por Santos, Ribeiro e Chagas (2009) como um dos princípios e leis gerais que fundamentam a ciência administrativa dando, assim, destaque para uma reflexão teórico-metodológica do que tem sido denominado, na literatura, por “continuidade administrativa” e que, aqui, se classifica como a compreensão sócio histórica dos atos e fatos administrativos e/ou dos saberes e práticas administrativas (SANTOS; RIBEIRO; CHAGAS, 2009).

Consideram que essa definição é fundamental para se dimensionar a noção de espaço-tempo que um dado Projeto Organizacional/Institucional ou Projeto de Nação necessita para ser executado e concluído, conforme os objetivos e metas planejadas pela sociedade e/ou organização.

Essa discussão tem recebido, ainda, reduzida atenção nos estudos da administração e os poucos esforços nessa direção estão concentrados no campo da administração pública, que tem como referência teórica e metodológica central a Ciência Política, que, quando introduz elementos da chamada administração científica, o faz com base nas teorias weberianas (com ênfase na racionalidade instrumental ou burocratização da administração estatal).

Trata-se, pois, da relevância dada à temporalidade administrativa comprometida, fundamentalmente, com a execução do projeto socioeconômico. Assim, tomando como referência as reflexões trazidas por Santos, Ribeiro e Chagas (2009), pode-se concluir que definem temporalidade administrativa como o tempo burocrático, tempo normativo associado ao mandato do eleito pelas regras em vigor para governar/gerenciar uma empresa, um sindicato, um partido político, uma nação ou outra organização qualquer.

Partindo do pressuposto de que a temporalidade administrativa está

diretamente vinculada à concepção tradicional de administração (Administração Profissional), Santos, Ribeiro e Chagas (2009, p. 935-937) compreendem o conceito de temporalidade teórica como “[...] temporalidade não associada ao tempo regulamentar do mandato, mas como tempo técnico e político necessário para o cumprimento da finalidade expressa na concepção (Administração Política) do projeto de ‘bem-estar da humanidade’” (grifo nosso). Nesse aspecto, os autores chamam a atenção para o fato de que a temporalidade administrativa, burocrática ou normativa deve subordinar-se à temporalidade teórica.

Ao destacar o conceito de espaço-tempo como fundamental para a compreensão da Administração Política como campo científico próprio da administração, os teóricos abrem espaço para que a comunidade científica se aproprie dessa discussão e conceitos, contribuindo, desse modo, com os estudos comprometidos em colocar a administração em um novo patamar de discussão e produção acadêmica.

### 2.2.2. AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Desde a última década do século XX, o mundo tem sido marcado por mudanças nos paradigmas econômicos e políticos, que têm interferido nos mecanismos de organização pública e privada do território no qual faz parte. Nesse contexto, destaca-se a descentralização político-administrativa do Estado com a distribuição de responsabilidades entre a união, o estado e o município, trazendo, como consequência, a reprodução e reconstrução permanentes dos territórios locais e regionais.

Estas transformações territoriais foram influenciadas pela reestruturação produtiva das atividades agrícolas, industriais e de serviços, mas também, pelas políticas de integração mundial dos estados, das cidades e dos hábitos de consumo em um mundo cada vez mais destituído de fronteiras reais, bem como, o aumento do número de regiões bem-sucedidas, o que demanda novas estratégias coletivas de governança territorial na busca do desenvolvimento, nesse processo de globalização (RAFFESTIN, 2009). Vale fazer uma retrospectiva sobre as teorias do desenvolvimento, lembrando que elas surgiram e se modificaram sob a influência de dois contextos distintos: o capitalismo, com sua ideologia liberal e individualista e o socialismo, pautado na coletividade.



No capitalismo, a noção de desenvolvimento apresentava, à época, como ideia central, as diferenças entre os povos e entre as sociedades, justificando-as pelos estágios de vida a que cada um tinha chegado. No socialismo, a noção de desenvolvimento era tida como uma ideologia que justificava o estado de exploração dos países ricos sobre os pobres. Entretanto, a reflexão mais elaborada sobre desenvolvimento ocorreu nos anos 1940, na Europa, na perspectiva da reestruturação dos países devastados pela guerra, porque, até então, o padrão do progresso de cada país era medido pelo seu crescimento econômico.

Nos seus estudos, Paul Singer (1982), já apontava a distinção entre desenvolvimento e crescimento, onde o crescimento se caracteriza como um processo de expansão quantitativa, mais comumente observado nos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos prevalentes nos países subdesenvolvidos. Sobre o desenvolvimento em países subdesenvolvidos, Celso Furtado (1974) afirma que o desenvolvimento econômico é um simples mito, pois a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais ricos é simplesmente irrealizável.

Até a metade da década de 1980, os grandes planos de desenvolvimento efetuados pelo Estado, priorizavam a política industrial, bem como, o fortalecimento da agricultura patronal, ignorando as características regionais e a organização social local, o que determinavam resultados pífios do ponto de vista geral, isto porque, segundo Pires *et al.*, (2011), no processo de desenvolvimento territorial, há relação de mobilização de atores, recursos e instituições com forte vínculo espacial, para despertar atividades econômicas e desenvolver o bem-estar social e cultural à comunidade.

Esse movimento era realizado por meio de políticas que incentivavam a modernização, o aumento da produção e, conseqüentemente, uma elevada concentração de terra e de riqueza que, por sua vez, gerava expropriação da população do campo, que acabava se mudando para as periferias dos centros urbanos, na expectativa de melhores condições de vida e de trabalho, o que não se concretizava, sobretudo pelo seu despreparo para o mercado de trabalho no comércio e na indústria.

Foi a aceleração da mundialização do capital que determinou novas formas de planejamento, evidenciando a importância dos fatores locais na sua diversidade,

consolidando, assim, um novo cenário concorrencial, onde o coletivo torna-se prioridade. Nessa perspectiva, Saquet (2011) define o território como produto da relação sociedade-natureza, constituindo um campo de forças que envolvem relações sociais permeadas pela dimensão econômica, política e cultural através do exercício do poder. Dessa forma, o território pode ser considerado como um espaço socialmente organizado e configurando-se como um ator importante na promoção do desenvolvimento e para a teoria do bem-estar<sup>16</sup>.

O conceito de território pode fornecer importantes subsídios para se ‘pensar’ não apenas a intervenção estatal em seus diferentes níveis, especialmente para o município, mas também, para ação de atores que buscam espaços de atuação e representação para interesses coletivos e públicos (SAQUET, 2011).

Foram as ciências naturais quem primeiro elaborou o conceito de território, estabelecendo a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física. Posteriormente, o conceito foi incorporado e ampliado pela Geografia<sup>17</sup>, relacionando-o a espaço, recursos naturais, sociedade e poder. Atualmente, diversas outras disciplinas passaram a incorporar o debate, entre elas a sociologia, a antropologia, a economia, a ciência política e tantas outras, tendo o cuidado de fazer a diferenciação entre espaço e território. Como explica Raffestin (1993), o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida, enquanto o território é um processo de construção social que envolve diferentes atores públicos e da sociedade civil<sup>18</sup>.

Numa abordagem mais próxima da sociologia do desenvolvimento, Abramovay *et al.*, (2013), apresentam a ideia de que um território é uma relação com raízes históricas, desenhos políticos e identidades que exercem uma ação pouca conhecida no próprio desenvolvimento econômico. Logo, o território é construído como um espaço de relações sociais, com fortes laços de solidariedade e de pertencimento entre os atores (BRUNET, 1990).

---

<sup>16</sup> O bem-estar deve ser avaliado no âmbito da valoração, uma vez que é indispensável levar em conta aquilo que tem valor intrínseco para o indivíduo (SEN, p. 317, 1999).

<sup>17</sup> O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

<sup>18</sup> Segundo Fontana (2011) para aqueles que defendiam um conceito gramsciano de sociedade civil, tentaram fortemente ficarem concentrado na ideia de conflito e na ideia de uma luta pela hegemonia cultural no seio da sociedade civil.

Esse sentido de solidariedade é definido por Scheren-Warren (1998) como o começo do encargo individual e coletivo com o social e o bem comum, cujas implicações práticas são a investigação de cooperação e da complementaridade na ação coletiva, portanto, para o trabalho em parceria. Para Albagali (2004) traz no sentimento de pertencimento o jeito que o indivíduo age em um espaço geográfico, ou seja, o local, onde, à territorialidade é dependente por normas sociais e valores culturais, podendo variar de uma sociedade para outra.

Para enfatizar a importância do território, Milton Santos (1996), considerava fonte de vida, capaz de refutar a alienação e a perda de sentido da existência individual e coletiva, definindo-o como:

Suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores (SANTOS, 1996, p.207)

Já Pires, Muller, Verdi (2006), afirmam que o território pode ser interpretado além de uma rede, como um espaço abstrato de cooperação entre diferentes atores com uma fixação geográfica, para engendrar os processos de criação dos recursos sociais, econômicos e virtuais, com os objetivos de resolver problemas e apontar para soluções inéditas. Dizem eles:

O território é um produtor de normas e de ordens implícitas que constituem um quadro regulador, um espaço geográfico fundado na proximidade organizacional particular (...). Ele é a constituição de um espaço abstrato de cooperação entre diferentes atores com uma ancoragem geográfica estabelecida, dista a engendrar os processos de criação dos recursos particulares (...). O território se constitui em um produtor de externalidades complexas, uma escala geográfica de proximidades organizacionais, um espaço de coordenação de ações entre os atores sociais. (PIRES et. al., 2006).

Na concepção dos autores Vilela, Costa, Cançado (2014), o conceito de território é resultante dos modos de como a sociedade se organiza para usar os sistemas naturais que apoiam sua reprodução. Comentando esse conceito, Abramovay (2013) fala o quanto ele contribui para o entendimento do capital social para o território.

No Brasil, essa ideia só começou a ser esboçada a partir da Constituição Federal de 1988, quando o país iniciou mudanças estruturais importantes, provocando uma descentralização das funções da união para estados e municípios. No seu Art. 30, fica evidenciado que o planejamento para o desenvolvimento, antes ditado tradicionalmente pelo governo central, passou a observar competências e atribuições legadas aos municípios e regiões (BRASIL, 2013).

O novo marco constitucional, não só tirou do setor público federal o monopólio na condução dos assuntos relacionados ao desenvolvimento (PETERS, 2003), como passou a reconhecer a relevância de outros atores e a pertinência de propostas formuladas a partir do espaço local e da escala regional, demandando articulações e parcerias para a construção de territórios (BENKO; LIPIETZ, 1994; PAIVA, 2004), o que veio a atender as prerrogativas conceituais de governança territorial. Esse novo cenário e as demandas por uma organização mais eficaz têm induzido novas formas de promoção do desenvolvimento, especialmente, na perspectiva da sustentabilidade territorial, onde se busca a introdução de novos padrões tecnológicos que atenuem os efeitos negativos sobre o meio ambiente, causados pelas ações produtivas, sem que se promovam alterações na lógica capitalista de acumulação.

Entretanto o desafio de desconstruir os modelos exógenos de crescimento para, enfim, construir arranjos capazes de promover as transformações requeridas pelo país, considerando a complexidade do desenvolvimento a partir das dimensões econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional não têm sido fáceis, até porque não é possível discutir desenvolvimento sem a participação da sociedade civil com as várias organizações e atores presentes no território e o poder público nos seus vários níveis municipal, estadual e federal.

Neste enfoque, para se construir um processo de desenvolvimento sustentável, é necessário o enfrentamento dos conflitos entre os diferentes grupos de atores que são direta ou indiretamente afetados por ações locais, produzindo um processo solidário e de cooperação coletiva (CAZELLA, 2005). Como se vê, a governança implica naturalmente uma gestão social enquanto processo gerencial dialógico compartilhado e pautado no bem comum (TENÓRIO, 1998; 2005), e guarda estreita relação com o enfoque territorial do desenvolvimento (PEREIRA et. al., 2011; FISCHER, 2012; TENÓRIO, 2014).

Na continuidade dos seus estudos sobre a temática, Cançado, Pereira e Tenório (2015) sistematizaram categorias teóricas centrais da gestão social, a saber: democracia deliberativa, dialogicidade, emancipação, esfera pública, interesse bem compreendido, intersubjetividade, racionalidade, solidariedade e sustentabilidade, consideradas como modos de organização.

Na mesma compreensão, Guerra e Teodósio (2015) informam que a finalidade da gestão social é exercitar a participação, a emancipação e o desenvolvimento social. Esse conceito é explicitado na figura 1 por eles elaborada.

**Figura 01**– Conceitos associados à Governança Territorial



Fonte: Adaptado de Guerra e Teodósio (2015)

Hoje, com tantas mudanças nacionais e internacionais, o território surge, não apenas, como aglomeração de muitos indivíduos e atividades humanas concentradas em regiões, mas consiste, na relação entre indivíduos e localidades distintas, que só se humanizam e se harmonizam quando aprendem a agir, falar e sentir no convívio com os outros (indivíduos e localidades), dentro e fora do “seu” território, dada a sua complexidade e a diversidade de concepções culturais e identitárias, bem como o nível de pertencimento das comunidades (PIRES, 2015).

Foi, a partir dessa compreensão, que as principais estratégias de desenvolvimento territorial passaram a considerar o potencial humano dos territórios, após a constatação de que esse processo não se faz por decretos, mas pela vontade das pessoas e grupos. Assim, o desenvolvimento territorial precisa se readaptar às exigências nacionais e internacionais no seu sistema de produção, considerando a descentralização imposta pela globalização da economia.

Diante deste contexto institucional e histórico, desde o início do século XXI, pelo menos dois elementos passaram a marcar esses processos de desenvolvimento: o papel do Estado na definição das políticas em função do capitalismo brasileiro e o caráter estratégico adotado em relação às expectativas do estilo de desenvolvimento integrado, participativo e sustentável, o que demanda governança, novos esquemas de regulação, alianças e articulação dos atores para a geração de trabalho, renda e bem-estar social das populações (PIRES, 2015).

No Brasil, o desenvolvimento territorial não é uma política de caráter nacional, ainda que os colegiados procurem reunir pessoas de várias instâncias governamentais e da sociedade civil. As ações dos mais importantes ministérios que se relacionam com o interior do país ignoram a própria existência destes colegiados, contratando projetos com recursos públicos por meio de emendas parlamentares, demonstrando que as velhas práticas clientelistas se sobrepõem à lógica participativa (ABRAMOVAY *et al.*, 2013).

### 2.3. REVISITANDO AS BASES TEÓRICAS E HISTÓRICAS QUE SUSTENTARAM A CONSTRUÇÃO DAS BARRAGENS NO BRASIL

Para Fainzilber (1980), o grande avanço da construção de hidrelétrica no Brasil se deu com uma agenda desenvolvimentista centralizada de Vargas e seu projeto de implantação da indústria de base no país, onde, as infraestruturas de energia e transportes representariam uma função essencial.

A nacionalização da produção colidiu-se com a sua incapacidade de autofinanciamento, estabelecendo, ainda na década de 1950, a assinatura de empréstimos internacionais com o Banco Mundial (BM), que impunham a importação de equipamentos com parte dos recursos alcançados, outorgado pelo Eximbank e o BM, que financiou projetos na área da energia elétrica por um total de 102,2 milhões de dólares, sob os conselhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de 1951. Contudo, a deficiência elétrica resistiu e, em 1955, a situação foi agravada por uma longa estiagem na região Sudeste, gerando racionamentos e como consequência, a cidade de São Paulo-SP ficou sujeita a "apagões" que chegaram a durar entre 5 (cinco) e 7 (sete) horas por dia (TENDLER, 1968).

Foi no governo do presidente Juscelino Kubitschek, segundo Lima (1995), que, em 1956, para atender seu juramento de desenvolver o país "50 anos em 5",

que se deu o pontapé inicial do ciclo significativo de expansão na indústria. Para isso, o governo fez uso de um plano de metas com investimento estatal na construção de infraestruturas e proporcionou um papel central com a aplicação de investimentos em infraestrutura, energia e transportes que custearam 73% dos recursos planejados, dos quais, destaca-se que o custo do setor elétrico representou quase 24% do Plano de Metas.

Para fortalecer esse movimento das hidroelétricas em 1960, de acordo com Oliveira (2018), foi criado o Ministério das Minas e Energia (MME), tornando-se o órgão governamental responsável por todas as questões relacionadas à produção de minerais e energia daquele período. Esse elemento governamental foi responsável pela incorporação das antigas estruturas que regulavam a eletricidade (o CNAEE e a Divisão de Águas), bem como, também, das empresas públicas regionais de energia elétrica, as quais, consecutivamente, integraram o sistema Eletrobrás como distribuidoras. Aconteceram, nesse período, as ampliações das obras da barragem de Paulo Afonso pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, dando início à construção de duas hidrelétricas de grande porte por estatais: Furnas, pela companhia federal Furnas; e Três Marias, pela estadual Cemig.

A Hidroelétrica Furnas, iniciada em 1958 e finalizada em 1961, foi inaugurada somente em 1965 e, hoje, apresenta um reservatório da paisagem da região sul de Minas Gerais, com possibilidades de exploração econômica, através do turismo e da piscicultura. Furnas está localizada no Rio Grande, entre os municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, no estado de Minas Gerais, foi a pioneira na geração central do país com capacidade superior a 1.000 MW; idealizada como peça-chave da interligação de sistemas elétricos até então isolados entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2018).

Furnas teve sua expansão hidrelétrica estatal no período afiançada pelo investimento de recursos orçamentários da União e dos estados da ordem de 78%, apresentando alguns pontos favoráveis à instalação de usinas, com um local conhecido como "corredeiras de Furnas". Teve enfrentamento na sua construção pela extensão de seu reservatório, que obrigava a desocupação de mais de 35.000 (trinta e cinco mil) pessoas, bem como, perda de terras cultiváveis; mas como, sua construção, alcançaria mais de um terço da energia gerada no país, fez parte do desenvolvimento industrial planejado pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Para Oliveira (2018), a Cemig – MG, que foi responsável pela construção da UHE Três Marias, laborou na construção de diversos grandes projetos, alcançando sozinha, em 1960, uma capacidade de geração que superava os 250 MW. Três Marias localizam-se na parte central de Minas Gerais, compreendendo os municípios de São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Pompéu, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias que tiveram partes de seus municípios alagados para a formação do Circuito Turístico do Lago de Três Marias, iniciado em 1957 e inaugurado em 1962.

Essa estatal auferiu a pertinência de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do país. Quando foi criada, essa nova empresa passou a cooperar decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e o desenvolvimento do país, entretanto, as reformas institucionais e as privatizações, na década de 1990, acarretaram a perda de algumas funções da estatal e mudanças no perfil da Eletrobrás, empresa estatal brasileira de energia.

A empresa era lucrativa, apresentando uma rentabilidade econômica, com lucro líquido de R\$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre de 2022, contudo passou por um processo de privatização no governo de 2022, segundo informações da estatal, esse resultado, em 2022 (1T22), era de 69% superior a igual período de 2021 (1T21), impactado, positivamente, pelo aumento de 12% da receita bruta, pela redução do custo de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas (PMSO) em 3,4% e pelo desempenho financeiro da companhia, com destaque para o efeito positivo da variação cambial. Todavia houve registro de 1,226 milhões em Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa, decorrente da inadimplência da distribuidora Amazonas Energias (ELETROBRAS, 2022).

A expansão hidrelétrica foi baseada em dois pilares institucionais para Bôa Nova (1985), que foi, o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), criado para substituir a Divisão das Águas, após 1965 como órgão normativo e regulatório do setor elétrico; e a Eletrobrás como a empresa responsável pelo planejamento e execução da política nacional de energia elétrica. Ambos sob a responsabilidade da presidência através do Ministério de Minas e Energia (MME).

Salienta-se que foi durante o período da ditadura militar brasileira que o modelo estatal da geração hidrelétrica foi consolidado por meio de reformas



institucionais e da autonomia institucionalizada pela Eletrobrás nesse processo. De tal modo que, segundo Oliveira (2018), foi no início do regime militar que permaneceu e se acentuou uma rápida expansão da geração de energia pela construção de hidrelétricas de grande porte, já que eram consideradas como essenciais ao projeto econômico do regime e para sua conseqüente legitimação. Desta forma, houve a construção de 61 grandes barragens hidrelétricas durante o regime militar, aumentando sua capacidade instalada de 4.894 MW para 37.437 MW, entre 1964 e 1985, bem como a eletrificação residencial chegou a 75%, em 1985, contra, somente 45%, em 1970.

Com a implantação da CHESF, a energia elétrica iluminou as ruas e as casas de Recife e de toda região nordestina, exceto o Estado do Maranhão, surgindo esperança, desenvolvimento e progresso para esse povo tão sofrido (SOARES, 2017), pois, na década de 1950, era amplo o índice de analfabetismo e mortalidade infantil e, desta forma, a idealização e criação da CHESF contribuíram para o crescimento econômico, político, social e cultural do país. Já para Jucá (1982, p. 36):

[...], a CHESF é avaliada como um grande marco histórico para o país, sobretudo para o Nordeste, suas histórias, os resgates de suas memórias precisam ser levadas mais a sério e contadas em livros, documentários e exposições, para que as gerações mais novas e futuras possam compreender que este patrimônio nacional vale muitos bilhões de reais e corrobora com o entendimento de Oliveira (2018) que a CHESF não foi construída desprovida de qualquer controle operativo, pelo contrário, representava a capacidade de implementação de políticas públicas do Estado brasileiro em uma economia pré-industrializada, como também das reduzidas perspectivas de implantações industriais no Nordeste.

Segundo Hochstetler e Keck (2007), em 1971, surgiu um programa de controle de poluição e, em 1972, o país já oferecia, aproximadamente, trinta e quatro (34) órgãos federais que coordenavam ações em relação ao meio ambiente (direta e indiretamente), incluindo uma Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), subordinada à presidência da República. O autor destaca a aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), com o seu Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) no final do regime, mas existem múltiplas teorias que discutem as razões e o alcance real dessas iniciativas, bem como, se o Brasil fazia parte dessa tendência global de regulação ambiental desse período.

Nesse contexto, Oliveira (2018) salienta que a multiplicação da construção de barragens originou uma insatisfação na população, no regime autoritário, e essas manifestações desfavoráveis à construção de barragens se exacerbaram quando o governo Geisel inaugurou a transição para um governo civil, de forma gradual e segura do regime e a subsequente diminuição da censura e da repressão.

### 2.3.1. A HISTÓRIA DA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DESTACANDO OS IMPACTOS PARA OS ATINGIDOS NO BRASIL

O período do milagre econômico brasileiro<sup>19</sup>, compreendido entre 1969 e 1973, apresentou uma grande influência na ampliação da demanda energética com o aumento vertiginoso do Produto Interno Bruto - PIB, especialmente na presidência de Emílio Médici (1969-1974).

O regime não se absteve de usar o crescimento econômico e os grandes projetos para se legitimar no comando do país, já que na imprensa e na televisão, as palavras de ordem 'Brasil Potência' e 'Para frente Brasil' eram repetidas em um desvario nacionalista como forma de promoção do projeto político do governo militar, que era fundamentado no pensamento de que um enorme território, com uma população gigantesca e com recursos naturais abundantes chefiados pelos militares, ergueria o Brasil entre as grandes potências do mundo (BÔA NOVA, 1985).

Nesse período, projetos hidrelétricos gigantesco foram construídos ou aprovados, como a usina de Sobradinho no rio São Francisco, a usina de Itaipu, na fronteira com o Paraguai, a usina de Tucuruí, no Pará, e a usina de Ilha Solteira, no Paraná. Porém, segundo Bôa Nova (1985), o milagre econômico brasileiro principiou o seu abatimento com a crise do petróleo que atingiu o mercado internacional e fez disparar o preço do barril a partir de 1973, gerando avanço da inflação e desequilíbrio do saldo comercial.

Partindo do pressuposto de múltiplos projetos de construção de hidroelétricas, segundo Andrade (2005), a CHESF tornou-se de grande importância para o investimento no rio São Francisco, servindo como um órgão de integração nacional

---

<sup>19</sup> O termo "milagre econômico" foi muito utilizado principalmente pela imprensa oficial nacional e internacional, buscando explicar o crescimento rápido de dados da economia brasileira no período referido (HERBERT, 1992, p.11).

para edificar uma nova história para o país, deixando como herança um acervo patrimonial.

Para Jucá (1982), a CHESF é uma estatal ligada ao sistema Eletrobrás que representa a maior rede de geração e transmissão de energia elétrica em alta tensão do país, com sua energia originada a partir das águas do rio São Francisco. Lins (1973) a classifica como uma empresa resposta para toda uma região Nordeste, atrasada em seu desenvolvimento, em comparação às demais regiões do Brasil, salientando ainda que, desde meados de 1801, o naturalista J. V. Couto já avocava para o potencial existente no rio São Francisco no tocante à exploração de suas águas, com o objetivo de beneficiar a agricultura de suas regiões ribeirinhas.

O contexto histórico narrado da construção da barragem de Sobradinho-BA pela CHESF, iniciada no ano de 1973 e suas implicações para a população ribeirinha, relata que foram atingidas cerca de 12.000 famílias deste território, perfazendo um total aproximado de 72.000 pessoas; e, desse universo, 8.619 famílias habitavam na zona rural (ALBANO, 2018). O autor ainda salienta que esse desalojamento de pessoas ocorreu de forma imperativa, sobretudo para os moradores das áreas rurais, na sua maioria, camponeses pobres que viviam nas barrancas do rio, cultivando os solos aluviais das ilhas e margens do rio, onde pescavam e criavam seus animais, enquanto Itaparica deslocou aproximadamente 65.000 pessoas, das quais, 169 eram indígenas que foram obrigados a sair de suas terras para formar a Bacia do São Francisco, ilustrada na figura 02 e sua dívida social.

A construção das barragens no rio São Francisco, segundo Menezes (2017), alcançou imensas populações rurais e urbanas, desfazendo seus espaços de sociabilidade, derivando em prejuízos materiais, além da devassidão de aniquilamento do patrimônio ambiental, histórico e paisagístico, com o desígnio para a construção de formar o maior lago artificial da América Latina em espelho d'água na época.

Figura 02– Diagnóstico da Dívida Social



Fonte: MAB (2018)

De acordo com Marques, Wagner e Menezes (2018), no Brasil, mais de um milhão de pessoas foram expulsas de suas terras devido à construção de hidroelétricas, destas, mais de 250.000 pessoas foram atingidas e deslocadas para outras áreas organizadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, uma sociedade anônima de capital que explora a bacia hidrográfica do rio São Francisco, criada no período do Estado Novo, pelo presidente Getúlio Vargas.

Para entendermos melhor esse contexto sócio-histórico e destacar os impactos perversos para os atingidos por barragens no Brasil, analisamos um estudo sobre os impactos da barragem de Sobradinho-BA, realizado por pesquisadores do IPEA que elaboraram um diagnóstico da dívida social do Estado brasileiro com a população atingida pela construção da barragem da hidrelétrica de Sobradinho na Bahia, relatando os impactos sociais, territoriais, culturais e econômicos da usina da CHESF, após 37 anos de sua entrada em operação comercial, resultante de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional-MI e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Teve a participação de profissionais da Universidade de Brasília e do Movimento dos Atingidos por Barragens–MAB, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas para os atingidos por barragens, apresentada pelo IPEA, fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia.

O IPEA disponibiliza para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas, impressas e em eventos cujas atividades de pesquisa abastecem de suporte técnico e institucional as ações governamentais para a

formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. O resultado da pesquisa foi objeto de uma Audiência Pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle-CFFC da Câmara dos Deputados, em 11 de dezembro de 2018, e anteriormente, adveio de uma Audiência Pública em Juazeiro-BA com participação de Famílias Atingidas.

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB (2018), a pesquisa foi apresentada em uma sessão solene pública para expor uma dívida social do país para com essas populações atingidas, consequência de mais de dois (02) anos de pesquisa documental e de campo, realizada por cerca de quarenta (40) pesquisadores que expuseram as informações resultantes do trabalho, primeiramente em 25 de maio de 2018, em uma audiência pública denominada “Diagnóstico da Dívida Social, Econômica e Cultural dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Sobradinho/BA”, em Juazeiro-Bahia, para, aproximadamente, duzentos (200) atingidos pela Barragem de Sobradinho com a presença de representantes dos oito (08) municípios afetados. Foram pesquisados os municípios de Sento-Sé, Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Barra, que computam o total de mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes em 2017, segundo estimativas do IBGE Cidades.

A partir dos resultados do trabalho, a equipe de pesquisa elaborou um relatório com as proposições de políticas públicas para a região, de acordo com a metodologia do Diagnóstico. Dentre elas, a regularização fundiária, o fomento e projetos de produção à agricultura familiar e à universalização da água e energia elétrica convencional, foram as principais demandas com a participação e debate dos presentes, em mais de uma hora da chamada Fila do Povo, com o microfone aberto e com muita vivacidade, os presentes festejaram a pesquisa e referendaram seu resultado (MAB, 2018).

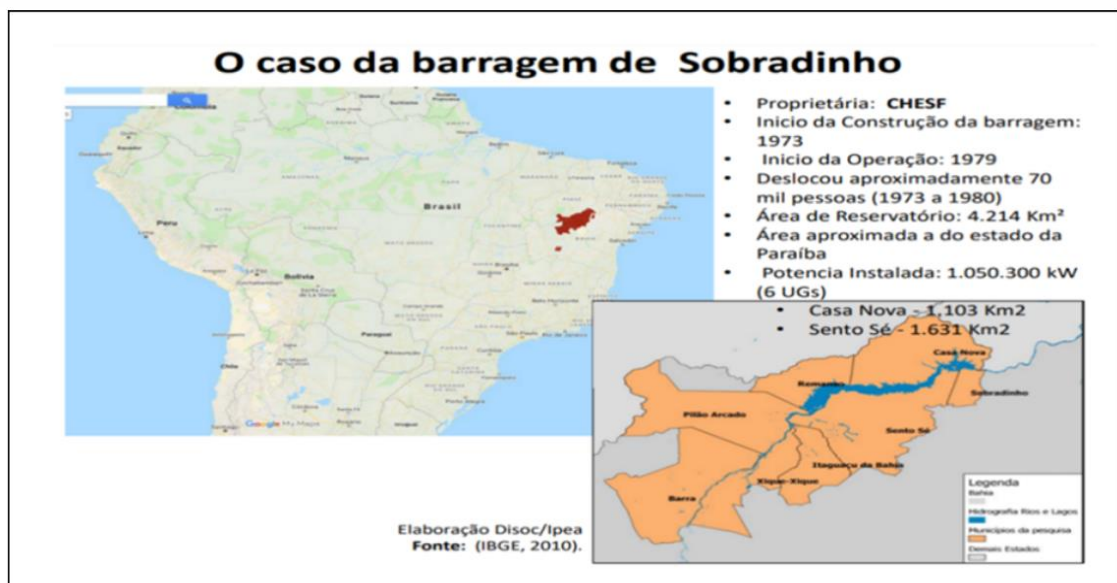
Para Porto-Gonçalves (2012) “a racionalidade hegemônica no mundo ocidental com relação ao meio ambiente foi forjada por um projeto civilizatório de origem europeia que tem na ideia antropocêntrica de dominação da natureza um dos seus pilares” (2012, p.19). E desse modo:

[...] como é da natureza das relações de dominação, todo ser que é dominado não é respeitado em seu próprio ser, nas suas virtualidades e potencialidades, porquanto é considerado somente nas suas qualidades que podem servir ao dominador. Dominação é, sempre, em algum grau, a

negação do outro, convalidado para povos, etnias, grupos e/ou classes sociais como para a natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.21).

O diagnóstico dos impactos das barragens é resultado de um acordo realizado em 2012, com o MAB, pela Secretaria Geral da Presidência da República e com os resultados alcançados na pesquisa. Segundo o movimento, foi plausível para geração de uma cadeia de indicadores sociais e econômicos que refletem o que seria a dívida social com essa população. Segundo Ana Paula Moreira, pesquisadora do IPEA e coordenadora do Diagnóstico (MAB, 2018), a Audiência Pública buscou produzir a visibilidade dos resultados e validação da investigação, sendo entregue seu Relatório Final ao Ministério da Integração - MI parceiro e financiador da pesquisa.

**Figura 03 – A Construção da Barragem**



Fonte: IPEA (2018)

A Coordenadora Ana Paula salienta que caberia, ao Ministério da Integração-MI, o abarcamento das necessidades de políticas públicas apontadas no Diagnóstico, bem como, reencaminhar aos Ministérios relacionados às demandas, as quais precisam ser internalizadas na estrutura do Estado, com outros Ministérios correlatos a essa estrutura, proposta pelo trabalho de pesquisa realizado (MAB, 2018). Dessa forma, foram exibidos os dados pelo IPEA, em uma Audiência Pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, da Câmara dos

Deputados, em de dezembro de 2018, como visto na Figura 3. Além de todos esses entraves, segundo Bruckmann (2011), os conflitos pertinentes aos recursos hídricos tomam tensionamentos gigantescos, pois, o domínio sobre a água na América do Sul, representa o controle de uma das maiores fontes renováveis de água doce do planeta, e essa região ainda concentra uma agigantada biodiversidade do mundo (floresta amazônica, lagos interandinos e picos ecológicos da região andina); logo, nesse confronto, expressa, também, o controle sobre um enorme potencial de energia elétrica.

Abrangendo esse pressuposto da problemática da construção de empreendimentos hidrelétricos, é importante ressaltar que a sujeição da disponibilidade de energia não é uma faculdade de países em desenvolvimento, ao contrário, os países considerados como desenvolvidos demandam cada vez mais energia para manter seus níveis de industrialização e consumo, e reconhecem que a energia elétrica detém um papel fundamental na produção dos mais diferentes setores da economia e, a sua disponibilidade, elemento-chave para o desenvolvimento de uma nação (BORENSTEIN; CAMARGO,1997).

Para Santos *et al.* (2015), essa é a questão central depois que se estruturou o Estado Capitalista, que foi aperfeiçoado com a crise de 1929/1933, em que, o Estado tendeu a ser a locomotiva do capitalismo (centralizando e executando todas relações fundamentais). A partir daí, passaram a ocorrer grandes disputas políticas por um pedaço do orçamento público e da fatia do poder. Essa é a grande questão da Administração Política que tem de superar e ser responsável pelo bem-estar da sociedade, dando-lhe as mínimas condições para que sobrevivam.

Entre o projeto neoliberal e o democrático participativo, para Rocha (2012), nota-se a demarcação por conflitos e alianças entre os múltiplos agentes sociais com interesses variados, onde, cada agente utiliza estratégias, considerando que o ambiente democrático é marcado pela tensão entre legalidade e legitimidade, cujo resultado significa a instalação — ou não — de uma hidrelétrica.

O MAB expõe a realidade das populações ribeirinhas e tradicionais, fazendo resistência<sup>20</sup> à forma como vem ocorrendo a expansão elétrica no Brasil, reivindicando, entre outras coisas, o respeito aos direitos dos atingidos tais como: direito à informação, à participação, à liberdade de reunião, à associação e expressão, ao trabalho e a um padrão digno de vida, à moradia adequada, à educação, a um ambiente saudável e à saúde, à melhoria contínua das condições de vida, à plena reparação das perdas, à justa negociação e ao tratamento isonômico, conforme critérios transparentes acordados coletivamente, ao direito de ir e vir, às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; de grupos vulneráveis à proteção especial; de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; à reparação por perdas passadas; de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2006); ou seja, uma gestão social participativa.

Esse agrupamento de indivíduos atingidos trouxe várias conquistas em nível regional, balizou-se como exemplo para o resto do país. Um desses avanços ocorreu em 1987, quando as famílias atingidas pela construção UHE Itá conquistaram um acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos. Nesse acordo constavam:

[...] regras de quem eram os atingidos e também sobre os padrões de casa, terra, assistência técnica para as famílias reassentadas. O acordo é uma referência até hoje para a luta por reassentamentos nas várias regiões onde os atingidos estão organizados. (MAB, 2013).

O Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens foi realizado em 1989, com a presença de representantes de movimentos semelhantes ao CRAB de várias regiões do país, então decidiu-se pela

---

<sup>20</sup> O Brasil apresenta uma imensa diversidade sociocultural e de uma diversidade fundiária, com diversas sociedades indígenas, de várias formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formando núcleos mais importantes dessa diversidade, e mais, as centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro (LITTLE, 2002, p. 2). Deste modo, emergem formas de luta pela terra (para resistir, recuperar e/ou entrar na terra), bem como novas formas de organização da unidade de produção (com mudanças na base técnica, diversificação de atividades, aumento na escala de produção etc.). Esses processos vêm possibilitando a reconstituição, em novas bases, da diversidade encontrada entre as configurações camponesas existentes no país (MARQUES, 2008, p. 60).



constituição de uma organização mais robusta, em nível nacional, para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. Em 1991 “fundou-se o MAB- Movimento de Atingidos por Barragens, hoje o principal movimento popular brasileiro de resistência à construção de barragens (VIANA, 2003). É na bacia do rio Uruguai, onde considera-se o berço do movimento, “ou seja, onde parte significativa de suas lideranças é formada, onde se desenvolveram complexos e profundos laços com outros movimentos sociais de trajetórias semelhantes” (LOCATELLI; ROCHA, 2013, p. 28), como o Movimento dos Sem Terra (MST).

É quase impossível evitar o deslocamento compulsório das populações localizadas ao longo dessas áreas atingidas por barragens. Segundo Rocha (2012), isso provoca uma reconfiguração da realidade local, não apenas no aspecto físico, geográfico e ambiental, mas no aspecto social. Para o autor, essa ação reflete em efeitos que extrapolam sua área de alcance, gera mudanças na configuração territorial, desgastam estruturas e relações sociais construídas historicamente, acrescidos, ainda, dos impactos sociais, ambientais e econômicos que não foram diferentes na construção da barragem de Sobradinho-BA.

**Figura 04** – Dívida Social Sobradinho IPEA      **Figura 05** – Audiência Famílias (b)



Fonte: IPEA (2018)



Fonte: MAB (2018)

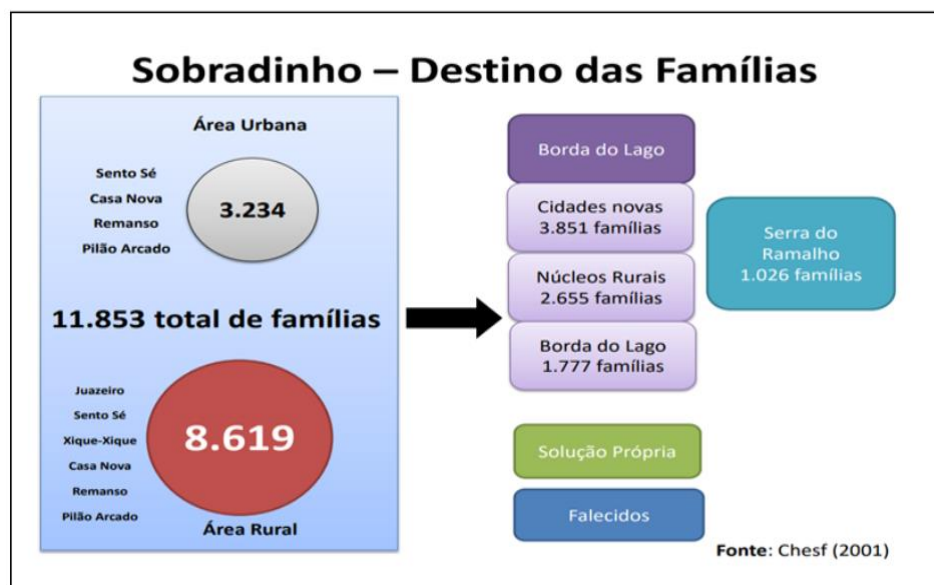
O MAB (2020) define-se, também, como um movimento de caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, com rostos regionais, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução, sendo uma organização com participação e protagonismo coletivo em todos os níveis, objetivando organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos), como foi na barragem de Sobradinho-BA.

Para Nascimento *et al.* (2003):

“[...] não se trata somente de uma luta de camponeses, muito embora seja essa a base fundamental do movimento”. Envolve também outros setores sociais interessados na; contestação do modelo de desenvolvimento vigente em nosso país, modelo esse que expropria o campesinato, destrói a natureza e está vinculado a uma política industrial que coloca o Brasil no sistema capitalista internacional como grande exportador de energia em produtos” (NASCIMENTO *et al.*, 2003).

Como mostrado no Figura 06 a maioria da população atingida eram da área rural, a grande maioria da agricultura familiar. Nota-se a existência de dois “projetos políticos antagônicos”, do neoliberalismo e o democrático-participativo, gerando uma problemática complexa com vários conflitos, surgindo a necessidade de representatividade na sociedade. Um ponto importante é o conceito de atingidos que, segundo Vainer (2008), refere-se à legitimação de direitos de seus detentores.

**Figura 06 – Destino das Famílias Atingidas**



Fonte: Ipea (2018)

Em nosso país, o MAB reivindica os direitos das populações atingidas pelos empreendimentos elétricos no Brasil, que praticamente se resume a construção de grandes hidrelétricas, bem como, os interesses das populações atingidas pelo sistema de geração, distribuição e venda da energia elétrica, tendo como prática, a

orientação de princípios e valores que encontram na pedagogia do exemplo e na solidariedade entre os povos a melhor forma de convencimento (MAB, 2018)

A construção de uma hidrelétrica, segundo Bermann (2007) deve ser medida pela sua capacidade de produção de energia, pelo tempo que a energia produzida estará disponível para o consumo da sociedade e pelos problemas de ordem social e ambiental que essa usina representa, levando assim a discussão para além dos aspectos meramente compensatórios (BAQUERO *et al.*, 2013), necessitando sim, de uma avaliação do nível de alteração na qualidade de vida das dessas comunidades.

Benincá (2011) relata que, nos três grandes períodos da trajetória do MAB, há discursos e diversas práticas de seus militantes. De 1970 a 1991, na consolidação do Movimento Nacional na ditadura militar, e após a transição para a democracia, de 1991 a 2002, com a expansão de suas bases nacionais e internacionais, com a Comissão Mundial de Barragens (*World Commission on Dams*). E, posteriormente, em um terceiro momento, com o neoliberalismo instalado, o Movimento começa questionar o modelo energético da época, e busca fontes alternativas de energia e, assim, ampliando o debate sobre o meio ambiente e empreendimento hidrelétrico do mundo globalizado do capital.

Para o MAB, são várias as questões que devem ser avaliadas no Brasil. Uma delas é o planejamento e o gerenciamento do sistema elétrico, já que, se basear em experiências de outros países, não reflete nossas necessidades e nem as características do Brasil, mas apenas, reproduz um modelo colonial de importação, em sua maioria, inadequados à realidade do nosso país.

#### 2.4. IMPACTOS DOS PROCESSOS DE ‘DESTERRITORIALIZAÇÃO’ E ‘RETERRITORIALIZAÇÃO’ NA IDENTIDADE E CULTURA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA

Nesta seção, apresentaremos os impactos para os atingidos da barragem de Sobradinho, especialmente, dos que viviam da agricultura familiar e vivenciaram o processo de desterritorialização<sup>21</sup> e reterritorialização<sup>22</sup>, considerando que o termo

---

<sup>21</sup> Um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticos de integração. Também os indivíduos, classes e

“Território” possui um conceito geográfico, utilizado em vários campos de conhecimento como sociologia, política, planejamento e, desta forma, surgem várias concepções e usos que demonstram um significado polissêmico. Sabedores que no território são estabelecidos os relacionamentos, trocas de diálogos, negociações, pactuações, bem como, a geração de conflitos entre pessoas e grupos distintos que tentam implementar uma ideia, pensamento inovador, projetos ou intervenções para toda a população do território.

Como nas relações sociais “o poder” é apresentado como um elemento central, é precípua que se definam normas para convivência no território, como forma de organizar e estabelecer regras – sejam formais ou informais – de uso e de poder para o controle e a convivência social. Destaque-se que regras sociais formais são estabelecidas pelo Estado e devem ser escritas, e todos os sujeitos estão obrigados ao seu cumprimento, enquanto as regras informais, ao contrário, não se expõem de forma escritas, mas são reconhecidas e, se aceitas, são seguidas pelo coletivo, como modos de viver, salientando que, esses regramentos são valores que possuem significados e orientam e exprimem o modo de viver de um território, afetando povos, culturas e comportamentos sociais (MAB, 2018). Neste sentido a:

“[...] implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial. Entende-se que na identificação dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos, devem ser consideradas as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc.” (CDDPH, 2010, p. 30-31).

A construção da Barragem de Sobradinho, localizada no Submédio São Francisco, iniciada na década de 1970, para Amaral (2012), fez parte das políticas do Governo Federal para implementação de grandes projetos hidrelétricos, entre os

---

grupos sociais incorporam sempre, embora em diferentes níveis e escalas, perspectivas desterritorializadas/desterritorializantes (HAESBAERT, 2003, p.181)

<sup>22</sup> Entendemos a desterritorialização como o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização, como o movimento de construção do território (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p.224 apud HAESBAERT, 2008, p.127).

quais Itaipu (1974), Balbina (1989), Itaparica (1988) e Sobradinho (1973). Segundo o autor, após a construção da hidrelétrica de Sobradinho, em 1977, houve uma remoção forçada de 72.000 pessoas que foram deslocadas dos municípios de Pilão Arcado, Casa nova, Remanso e Sento-Sé para outros lugares e espaços distintos<sup>23</sup>, deixando sob as águas, os seus espaços de referência, de identidade, de sociabilidade e o seu habitat natural.

**Figura 07:** Recorte de Jornal (a)



Fonte: Guimaraes e Telles (2009)

**Figura 08 –** Reunião Remanso (b)



Fonte: Mendes (2010, p. 173).

Considerando o termo atingido, de Santos (2014), vale salientar que, da população alcançada na construção da Barragem de Sobradinho, 60% eram de pequenos produtores que residiam em alguns desses municípios - territórios. Essas mazelas aglomeradas foram estabelecidas pelo governo da época, que buscavam o crescimento econômico a qualquer custo, financiados pelo capital estrangeiro do Banco Mundial, deste modo, não mediram esforços para impor e afastar os ribeirinhos da margem do rio São Francisco.

Segundo Santos (2014), o termo atingido é utilizado em diferentes instâncias: (i) no campo da declaração de direito e do reconhecimento de abusos, contestando sobre processos indenizatórios, (ii) no seio dos movimentos sociais como identidade, política coletiva e na disputa por contra hegemonia na sociedade; bem como, (iii) no meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito.

<sup>23</sup> O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Essa problemática das barragens envolve as populações locais, pois, em sua maioria, são retiradas dos territórios<sup>24</sup>, que habitavam por gerações, acarretando perdas socioculturais irreparáveis (ALIMONDA, 2011), além de presenciarem a destruição de todo um ecossistema, aos quais pertenciam, ou seja, a *“ausência de lugar — como uma condição generalizada de desenraizamento”*, como alguns a denominam – transformou-se no fator essencial da condição moderna, uma condição aguda e dolorosa em muitos casos” (ESCOBAR, 2005, p. 69), gerando uma dívida social com essa população atingida. Portanto, a desterritorialização é a quebra de vínculos, perda ou afastamento de território e há um desfazimento da territorialidade no contato com a coletividade no sentido de grupo, de influenciar ou de controle sobre suas relações políticas, pessoais, culturais, religiosas, econômicas e ambientais.

Para Haesbaert (2008), onde há vida a todo momento haverá um constante movimento de desterritorialização/reterritorialização e, sempre passando de um território a outro, abandonando territórios, criando novos territórios. Para Santos (2014), as identidades<sup>25</sup> individuais ou coletivas não são estáticas, nem nascem já formadas como se originassem do nada. Pelo contrário, são frutos de interações sociais, políticas, culturais, que dão significado e forma a um povo que é edificado por toda uma vida, ou por todo o período de existência de um sujeito que vive na coletividade.

No entanto, quando o assunto é a construção de hidrelétricas, para Rocha (2012), notam-se, claramente presentes, os conflitos na América Latina e no Brasil, especialmente no que diz respeito à eletricidade que se apresentam como ponto estratégico da economia global. Ademais, essas construções acarretam impactos da perda de solos, de espécies de plantas e animais, de recursos madeireiros e modificações da geometria hidráulica do rio (modificações na hidrologia, alterações da carga sedimentar, mudanças florísticas e faunísticas abaixo e acima da represa,

---

<sup>24</sup> (...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

<sup>25</sup> O estatuto de identidade difusão surge quando o indivíduo não tem, nem pretende ter, qualquer investimento, nem passou por qualquer período de exploração prévia, levando a que as questões desenvolvimentos que foram levantadas não sejam resolvidas ou tenham sido abandonadas. Esta classificação refere-se a formas de resolução de tarefa de construção da identidade (COSTA, 1991).

impactos para a pesca e a aquicultura, deterioração da qualidade da água e problemas sanitários (JUNK; MELLO, 1990), como aconteceu em Sobradinho-BA.

Para definir o conceito do termo desterritorialização, faz-se necessário perpassar pelas migrações nacionais ou internacionais no século XXI, focando na globalização que afeta os deslocamentos espaciais da população, e que o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, tão pouco, à capital do estado ou do país, mas, sim, seu horizonte é o mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor (MARTINEILLI, 2005).

Daí, a importância da construção de uma identidade coletiva, que, segundo Castells (1999), é considerada uma “identidade de resistência”, representada pelos movimentos sociais, sendo o mais importante tipo de construção de identidade na nossa sociedade, já que há um contexto de relações de poder que gera conflitos e tensões no âmbito de afirmações ideológicas desse coletivo.

Como visto na figura 06, o realojamento populacional de 8.619 (oito mil, seiscentos e dezenove) atingidos rurais pela barragem de Sobradinho, foi realizado pelo mandatário da CHESF e, notadamente, alcançando os camponeses pobres, que, como já relatado: viviam nas barrancas do rio, cultivavam nos solos aluviais nas ilhas e margens do rio, pescavam, criavam seus animais, trocavam suas mercadorias etc.; ou seja, tinham seu modo de vida em sociedade comunitária que foi impactada pela carência, falha de planejamento e de gestão social, fruto deste pensamento capitalista na década de 1970, para construção de um novo modelo de agricultura baseada no lucro e na centralização de terras.

[...] Em certas circunstâncias também devem ser consideradas como atingidas as comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentamentos de deslocados pelo empreendimento. Devem ser considerados os efeitos a jusante da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório. A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais, etc.), assim como todas as interferências a jusante deverá ser

considerada para efeito da identificação dos impactos” (CDDPH, 2010, p. 30-31).

Essa forma autoritária de agir provocou a submersão compulsória dos moradores destas áreas, a ecologia da região passou por mutações ocasionando mudança da temperatura na fauna aquática e poluição do rio; e foi verificado que as promessas do governo federal de desenvolver a região, chegaram ao formato de desintegrações e desorganizações de várias comunidades que conviviam nas áreas ribeirinhas.

Esse modelo de desenvolvimento social vivido por essa população ribeirinha era contrário ao modelo de desenvolvimento econômico da década de 1970 e, por isso, não são raros os relatos da população atingida de violência, baixas indenizações, desorganização da produção e ausência de expectativas para os trabalhadores rurais e danos ambientais, como também, de alterações climáticas e desmatamento para a relocação das cidades.

A CHESF não constituiu canais de interlocução com esses moradores e para, Andrade Neto (2019), todas as decisões abarcando o empreendimento foram tomadas de forma unilateral. Inicialmente, a estatal almejava transferir, aproximadamente, 5.000 mil famílias para o Projeto de Colonização Especial Serra do Ramalho, construído no município de Bom Jesus da Lapa, situado a aproximadamente 700 km das margens da represa, sem qualquer consulta prévia com esses ribeirinhos que habitavam naquelas localidades e dali tiravam seu sustento.

Quando eram os anos das grandes enchentes, as terras fertilizadas pelas águas do rio São Francisco aumentavam na região alagada, possibilitando a expansão dos plantios de vazantes, e essas águas submergiam as grandes depressões próximas às margens do rio, assim, surgindo grandes lagoas repletas de peixes e as plantas forrageiras da caatinga floresciam, legando pasto abundante para os rebanhos que circulavam livremente. E, segundo Andrade Neto (2019), era nesses períodos que as famílias conviviam com a fartura proporcionada por essas fontes.

Entretanto a vida dos ribeirinhos foi impactada, após a construção da barragem de Sobradinho (SILVA, 2010), pelas modificações com o fluxo da navegação no curso do rio, dinâmica da alteração das águas que ocasionou a fuga



dos peixes, bem como, a mudança da sazonalidade das vazantes, além da quantidade de material orgânico que foi jogada no reservatório, gerando poluição ao rio.

**Figura 09** – Moradores resgatando alvenaria das casas submersas

(a)



Fonte: Guimaraes e Telles (2009)

**Figura 10** – Rua do Comércio Inundada

(b)

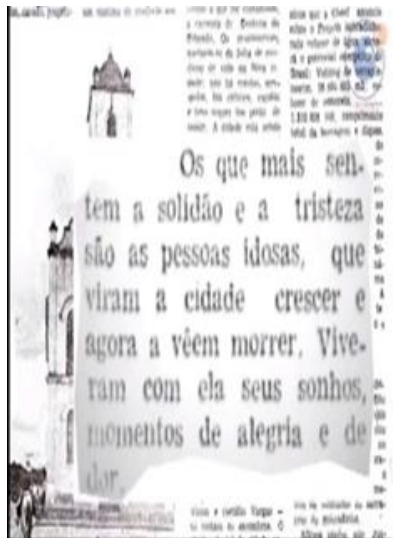


Fonte: Silva (2010, p. 194)

As principais modificações no processo de desterritorialização em Sobradinho-BA sucederam nas referidas estratégias produtivas que movimentavam, segundo Andrade Neto (2019), as águas arrastaram parte dos rebanhos de ovelhas, as lagoas piscosas foram permanentemente alagadas pelo imenso reservatório que se formou, e os movimentos naturais de enchentes e vazantes do rio foram extintos pelo barramento. O autor salienta que, para retomar as atividades produtivas, a CHESF distribuiu para as famílias lotes de 7,5 (sete e meio) hectares, nas terras de sequeiro próximas às comunidades, apesar disso, havia carência das chuvas que insidiam sobre a produtividade dos cultivos. Deste modo, um certo número de famílias migrou para os centros urbanos mais próximos como: Petrolina, Juazeiro, Salvador etc.

**Figura 11 – Recorte de Jornal**

(a)



Fonte: Guimaraes e Telles (2009)

**Figura 12 - Interior da residência**

(b)



Fonte: Silva (2010, p. 251)

Para Marques *et al.*, (2020), as indenizações, em vez de servirem ao menos para repor parcialmente seus patrimônios, foram utilizadas para o consumo, bem como, para custear os deslocamentos dos moradores que foram impostos à força pela inundação da cidade. Ainda, segundo Sigaud (1986), as famílias que arranjaram um meio de transportar suas criações com segurança, não tiveram facilidade para mantê-las saudáveis, devido às dificuldades para obtenção de água, que foi poluída pela formação do lago, das distâncias entre as glebas e as fontes. Da mesma forma, a alimentação era insuficiente de pastos e não havia, até aquele momento, roças que propiciassem restos para as criações.

No que se refere ao processo de reterritorialização, ou seja, de permanência no território, de acordo com Andrade Neto (2019), algumas famílias permaneceram na comunidade, ocorrendo uma luta acirrada, pleiteada por vários atores sociais: fazendeiros, grileiros e empresários estrangeiros que lutavam pelas terras na borda do lago. E que os ribeirinhos tiveram o apoio dos agentes da Pastoral da Terra, especialmente, da Arquidiocese de Juazeiro-BA, à época, liderada pelo Bispo Dom José Rodrigues, bem como, foram amparados pelos agentes pastorais.

Destaca-se, ainda, que essas famílias ocuparam por 04 anos a sede do escritório da CHESF, na cidade de Sobradinho-BA, onde reivindicavam que fossem liberadas terras nas margens da represa do lago de Sobradinho para essa população e, somente, em 1980, após esses anos de ocupações esporádicas, a

agência do governo fez a transferência de um montante estimado de cerca de 6.000 lotes produtivos, nas bordas do lago. Com este desenho, tentou amenizar os impactos causados para as famílias atingidas e, a partir daí, a agência finalizou suas atividades da estatal e transferiu a responsabilidade ao Governo da Bahia, através do instrumento público de convênio.

Não obstante, Andrade Neto (2019) descreve que os lotes produtivos que foram distribuídos para as famílias, entre o município de Sobradinho e Sento-Sé, não apresentavam as condições naturais que eram oferecidas anteriormente aos agricultores, ocasionado pelo barramento das águas, e, desta forma, as famílias tiveram dificuldade para voltar aos seus plantios como eram antes, tornando-se impraticáveis pela vazante das águas do rio. Como consequência, os agricultores tiveram que tentar se adequar ao modelo da agricultura tradicional oferecida pela Revolução Verde e contraíram empréstimos junto ao Banco do Nordeste – BNB.

Os custos operacionais para a produção, mais a parcela dos empréstimos contraídos junto ao banco elevou os preços das culturas no mercado e, ainda, exigiram das famílias a adequação rápida para o modelo de culturas tradicionais como a cebola, ocasionando mudanças significativas na forma de produção (tempo), bem como, na relação com o meio ambiente que ficou prejudicado. No que se refere ao tempo, Andrade Neto (2019) diz que, os agricultores atingidos tiveram que se especializar no cultivo da cebola, que demandava um cumprimento pontual de procedimentos: plantios das mudas, transplante, irrigação, adubação, aplicação dos agrotóxicos e colheita. Descumprir seus prazos comprometeria toda a produtividade das lavouras, gerando prejuízos para famílias que necessitavam quitar seus débitos nas lojas que comercializavam, a prazo, os agroquímicos.

Nesse pressuposto social e dentro de uma metodologia de dominação e/ou apropriação, para Sack (1986), o território e a territorialização precisam de pesquisas que interajam com as pluralidades de suas manifestações, especialmente, na multiplicidade de poderes neles incorporados, por meio dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos, devendo, primeiramente, ser distinguidos os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, instituições como a Igreja etc., bem como, das razões do controle social pelo espaço, que variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”,

ou seja, o “território”, visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos.

E, para que se alcancem os novos paradigmas do desenvolvimento sustentável, exige-se, uma atenção à ação social coletiva e a necessidade de incorporar-se, ao manejo dos recursos naturais, elementos de ordem política e socioeconômica, apresentada na Teoria de Sistemas (TS), como instrumento adequado a esta finalidade (LEFF, 2002).

Sigaud (1986) ainda traz os efeitos de longo prazo, derivados das transformações infra estruturais instigadas pelo “processo de modernização” do Vale do São Francisco. Dentre efeitos, Maia (2020) destaca o contraste entre os volumosos recursos para a construção de rodovias, perímetros irrigados, redes de transmissão de energia elétrica, dentre outras obras infraestruturas, e as dificuldades encaradas pelas populações deslocadas para conseguir a regularização de suas terras e acesso a programas de irrigação voltados para o pequeno produtor (SIGAUD, 1986, p. 60). Além da exclusão de benefícios, o processo de “modernização” brotou enormes dificuldades para a reestruturação dos modos de vida e das categorias de produção das populações atingidas, “expulsas de suas terras”, “sem condições de se reproduzir” e sem “livre acesso às pastagens e fontes de água” (id. *ibid.*, p. 60-62).

Com o processo de “desterritorialização” causando a ruptura definitiva das famílias, com esse modelo de organização espacial do território às margens do “Velho Chico”, foi deixada, nos espaços destinados, a construção de novas comunidades, as quais, tiveram que construir com as adversidades de lugares inóspitos, “levantaram” suas novas casas, e ainda tiveram como abrigo as árvores da caatinga: faveleiras e umbuzeiros (ANDRADE NETO, 2019).

Andrade Neto (2019) descreve que os atores sociais que eram contrários, os grupos domésticos que habitavam naquele território e decidiram permanecer nas terras próximas à represa que se formaria, tiveram que arcar com essas consequências da operação que não foi planejada pela C, e isso causou diversos transtornos às famílias, pois, em março de 1976, o fluxo das águas do “Velho Chico” foi parcialmente bloqueado para iniciar a formação da Barragem e, desse modo, as águas começaram a avançar rapidamente, frustrando os cálculos que previam um período maior para o alagamento das localidades.

Fica explícito, segundo Maia (2020) que a prioridade para a produção de energia foi e é o sinal transparente da ausência de cuidados para essas populações, tratadas como “entrave”, como “empecilhos a serem removidos”, com deslocamento compulsório imposto para abandonar suas terras, o rio e as ligações vitais que faziam parte de suas existências. Foi e é o sinal translúcido de que o Estado, atravessado pelos interesses privados dos poderosos, em nenhum momento, colocou em questão seu próprio objetivo econômico, ou seja, os interesses do capital acima do interesse da coletividade.

Para Andrade Neto (2019), essas relações sociais que eram desenvolvidas às margens do rio antes da barragem, correlacionam-se com a origem da palavra território, que nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, e, etimologicamente, aparece tão próxima de *terraterritorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo, especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva.

Outros fatores perversos, para Sigaud (1986, p. 46), foram, acréscimo geral dos preços, queda nos investimentos produtivos na área a ser alagada e modificações populacionais decorrentes da adesão de parte da população à “solução própria” e da atração de força de trabalho para as obras de construção da barragem. Essa combinação agravou um efeito nefasto produzido pelo anúncio: insegurança e medo generalizados.

Para Sigaud (1986), as indenizações aconteceram em circunstâncias de arbitrariedade, com variação de 1.000% dos valores pagos e uma das reclamações acerca das indenizações é que não levou em conta o processo inflacionário em curso, reduzindo as benfeitorias e, apenas 13,9% da população atingida, dispunha de títulos que comprovavam a propriedade da terra (*id. Ibid.*, p. 48).

Maia (2020) aponta que, em muitos casos, essas indenizações foram pagas quando a população já se encontrava impedida de cultivar suas roças e ainda não tinha sido reassentada, transformando-a de produtores autossuficientes em consumidores pauperizados. Maia destaca, que esses pequenos produtores eram responsáveis por parte do fornecimento de gêneros alimentícios nas feiras das cidades locais, contribuindo para aumentar a inflação regional e que, no tocante “às

indenizações, a CHESF custeou apenas 70% dos custos relativos à construção das moradias da população rural removida, enquanto a população urbana removida pôde contar com a indenização total de seus imóveis ou com a construção de habitações populares” (SIGAUD, 1986, 49).

Para aquelas famílias que habitavam neste território, o tempo que viviam nas localidades não era uma dimensão abstrata, era apartada do espaço, haja vista que, sua passagem estava estreitamente relacionada com as mudanças ambientais motivadas pelos movimentos naturais de enchentes e vazantes do “Velho Chico”, os quais, sinalizavam a alternância cíclica entre dois períodos, sintetizada na expressão de “seca e a verde” (COSTA, 2013, p. 109).

## 2.5. INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DESTACANDO A REALIDADE DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA

### 2.5.1. Indicadores sociais da infraestrutura: destacando os impactos para os atingidos pela barragem de sobradinho

Segundo o MAB (2018), a pesquisa apresentada na figura 06, foram acessadas por 493 localidades, onde 255 foram selecionadas para a etapa quantitativa e aplicados questionários em 3.133 domicílios, representando um universo de quase 11.000 mil pessoas. Entre os dados, os que mais chamam a atenção, são os relacionados com a infraestrutura, principalmente, no acesso à energia elétrica. Os indicadores apontam que não há acesso à energia em 82 (oitenta e duas) comunidades espalhadas entre esses municípios pesquisados, sendo a maioria em Casa Nova - BA e Sento-Sé - BA.

Para o movimento, esse indicador representa uma violação de direitos, considerando que essa população foi retirada do seu território para a criação de uma hidrelétrica, e muitos dos entrevistados apenas recebem uma placa solar, que não dá para suprir a demanda em quase nada, afirma Fernanda Rodrigues, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e pesquisadora bolsista do IPEA. Os pesquisadores afirmam ainda que, dos que recebem energia elétrica, quase 10% (dez por cento) é proveniente de placas solares, sem ocorrência expressiva em Barra, Itaguaçu, Xique-Xique e Sobradinho, e que, mais de 80% afirmam não ser

suficiente o que recebem da energia solar. Ainda, no tocante aos indicadores da infraestrutura, 14% do total pesquisado só possuem acesso à água a partir de outras fontes que não rede comum ou poços, sendo que em sua maioria, são abastecidos por cisternas ou caminhão pipa.

Outro indicador relevante é o número de 77% destes entrevistados que narram a falta de água com frequência. Dos indicadores de infraestrutura, o de “não tem água pra agricultura”, é o mais prejudicial, pois, segundo os agricultores, caso houvesse água disponível, poderiam produzir e plantar para ter o alimento para suas refeições, bem como, também vender né, ou seja, ter um meio de vida melhor porque é difícil, relata uma moradora de Xique-Xique, durante Audiência (MAB, 2018).

O indicador da “falta de água para produzir”, segundo o MAB, é contraditório com a construção da barragem de Sobradinho, pois, na região de Sobradinho-BA, “há projetos de irrigação enormes, que usam a água da barragem, mas só beneficiam o agronegócio<sup>26</sup>, enquanto o produtor familiar fica sem água até para cozinhar”, indigna-se Fernanda uma participante da pesquisa.

## 2.5.2. INDICADORES SOCIAIS DE CONFLITOS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: DESTACANDO OS IMPACTOS PARA OS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO

Segundo o MAB (2018), durante a etapa qualitativa, foram realizadas entrevistas com pessoas, organizações e lideranças que tiveram contato direto com a construção da Barragem de Sobradinho e suas consequências. Marta Rodrigues, pesquisadora bolsista do IPEA, apresentou o resultado desta etapa, demonstrando como as marcas deixadas pela barragem ainda estão muito presentes e ainda afetam a vida dos atingidos.

---

<sup>26</sup> Como consequência da adoção deste modelo do Agronegócio, houve significativo aumento do êxodo rural e a acentuação dos conflitos por terra, uma vez que os incentivos financeiros para os latifundiários em detrimento dos agricultores familiares e camponeses. Além de impactos ambientais, do uso intensivo de agrotóxicos: a contaminação e compactação dos solos, que geram perda progressiva da microfauna e da fertilidade, e favorecem os processos de salinização e erosão; a poluição dos rios, cursos d'água e lençóis freáticos; a contaminação dos animais e pessoas e a perda da biodiversidade dos ecossistemas. (GABOARDI; CANDIOTTO, 2014).

Foram ouvidas histórias de luta e resistência, mas também, de muito sofrimento para esse povo viver aquela data. Um morador de Sento-Sé expôs que, entre as questões mais fortes está a regularização fundiária, prometida, pouco cumprida pela CHESF. De acordo com o morador, a CHESF dava uma declaração e não regularizava a terra de ninguém e que, até hoje, muitas pessoas nos povoados não possuem esse documento, somente, um termo de doação não regularizado, inclusive, essa é uma dívida muito grande da CHESF, suscita o entrevistado. Nos dados quantitativos essa questão também foi destaque.

Grande parte dos domicílios não é regularizada, no máximo os moradores têm conta de água e luz. Não têm algo que garanta segurança jurídica enquanto propriedade, para acesso a alguns projetos e benefícios. Fica sujeita a conflitos de terra, denuncia Ana Paula, e alega que os conflitos não são poucos. Como indicadores sociais e de conflitos e regularização fundiária, é de suma importância apresentar o município de Casa Nova, que possui uma grande extensão e apresenta muitas destas questões. Essa grilagem tem tirado o sossego de muitas famílias aqui no município, tem uma empresa que disse que comprou 200 mil hectares de terra no município de Casa Nova e que vai atuar. E tem outra empresa que é na região das Cacimbas, a tal de Super Nova, que diz que vai fazer o plantio de eucalipto naquela área ali. E muitas outras, então essas empresas vêm preocupando muito as famílias desse município, exemplifica morador do município (MAB, 2018).

### 2.5.3 INDICADORES SOCIAIS DE JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS: DESTACANDO OS IMPACTOS PARA OS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO

Nas questões de trabalho e educação, são quase 27% os que cursam a escola atualmente. Em sua maioria, estão abaixo dos 25 anos e cursam o ensino fundamental. Ou seja, muitos jovens ainda foram à escola. Entende-se também que existe falta de acesso à energia elétrica e afeta, principalmente, a juventude, uma vez que dificulta os estudos e acesso às tecnologias de apoio, como computador e internet.

Mas foi na questão de trabalho e renda que a realidade dos jovens teve destaque, e não foi bom, pois, 40% dos pesquisados, entre 16 e 25 anos, estão desempregados, e outros 33% exercem trabalho não remunerado, ou seja,



trabalham na propriedade da família ou própria, com cuidados usuais e a tentativa de plantio. A escassez de trabalho e oportunidade de geração de renda se confirma quando dados apontam que, pouco menos de 50% daqueles em situação de extrema pobreza ou pobreza, os menores de 25 anos, os jovens, como exemplo, a atingida moradora de Sento-Sé, Maria Júlia de Carvalho Souza ajudou na construção da metodologia do diagnóstico e recebeu a equipe na sua casa para a aplicação do questionário. Ela conta que luta pelos direitos dos atingidos pela barragem de Sobradinho há anos, e vê na pesquisa uma importante ferramenta.

Na luta pelo direito dos atingidos por barragens no Brasil, o MAB não tem como objetivo apenas as indenizações, mas, em primeiro lugar, a permanência na terra e o respeito às comunidades envolvidas no conflito expondo “*a relevância e magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens*” (CDDPH, 2006, p.15), além de cobrar estudos mais elaborados sobre impactos socioambientais.

## 2.6. A AGROECOLOGIA COMO BASE SUSTENTÁVEL PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Desde 1930, há a existência do termo agroecologia (PACHECO, 2021), no entanto, como ciência, a agroecologia tem alcançado vários avanços nas últimas quatro décadas (MOREIRA; CARMO, 2004), especialmente, na apresentação de bases teóricas sustentáveis do manejo dos agroecossistemas como alternativa para o modelo de desenvolvimento agrícola e, desta forma, para Caporal (2009), a agroecologia é um elemento sistêmico que torna o agroecossistema como unidade fundamental de análise e seu escopo proporciona os alicerces científicos (princípios, conceitos e metodologias) necessários para a implementação de agriculturas mais sustentáveis.

Do mesmo modo, a agroecologia não é um novo modelo de agricultura, novo modelo de tecnologia, nem de sistema de produção (PACHECO, 2021), pois, segundo Gliessman (2000), a abordagem agroecológica tende a ser definida com a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas mais sustentáveis, ou seja, é um enfoque científico, pensado para

a agricultura de base ecológica, apropriada para fornecer fulcro para uma transição com estilo de agricultura sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a).

A Agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas na compreensão de Altieri (2012), agregando conhecimentos de várias áreas da agronomia, ecologia, economia e sociologia e, segundo Gliessman (2000), com os aspectos agroecológicos, as agriculturas mais sustentáveis são aquelas que apresentam como alicerce uma inclusão holística dos agroecossistemas, adequadas para acolher, de maneira integrada, os seguintes critérios: a) pouca dependência de inputs comerciais; b) utilização de recursos renováveis acessíveis no local; c) emprego dos impactos benéficos do meio ambiente local; d) anuência das condições locais, antes da dependência da aturada modificação; e) conservação, a longo prazo, da competência produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização da informação e da cultura populacional do local; h) produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir para a exportação.

A Agroecologia pode ser reduzida a uma lógica produtivista, enquanto modelo de produção ou determinada técnica agrícola “sustentável”, o que para Caporal e Costabeber (2002), mascara a sua real potencialidade de apoio nos processos de desenvolvimento rural e necessita do aporte de diferentes disciplinas para abarcar o funcionamento dos ciclos minerais, de suas transformações de energia, seus processos biológicos e de suas relações socioeconômicas como um todo na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola (LEFF, 2002).

Do ponto de vista do manejo ecológico dos recursos naturais, a agroecologia é tida como um meio de forma de ação social coletiva na visão de Sevilla-Guzmán (2006), e como alternativa para a crise contemporânea civilizatória, colaborando como um modelo adequado para cooperar para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009). Segundo os autores, existe um desequilíbrio no relacionamento entre a sociedade e a natureza que estão em constante desarticulação. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que “a agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 11).

Os pilares e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, devem partir da aplicação do aspecto agroecológico (GLIESSMAN, 2000), e [...] “partindo sempre do conhecimento local que, interagindo com o conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 12). Os referidos autores, ainda, apresentam o entendimento de agroecologia de Gonzáles de Molina (1992) como um campo de estudos que planeja o manuseio ecológico da natureza.

Assim, a agroecologia se apresenta como uma abordagem transdisciplinar, sistêmica e holística, descrita por Caporal (2009) com o objetivo de juntar os conhecimentos abalizados na experiência dos povos e sociedades, com diversas informações das ciências, harmonizando, tanto a concepção, análise e crítica do modelo vigente de desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de inovações estratégicas para o desenvolvimento rural, apresentando recortes de novos modelos de agriculturas mais sustentáveis, já que a agroecologia não condiz com o paradigma convencional, cartesiano e reducionista; e, desta forma, aporta os pilares para um novo paradigma científico, que, ao contrário do paradigma convencional da ciência, apresenta-se como uma integração transdisciplinar.

O termo agroecologia também representa um contraponto aos modelos convencionais de pesquisa agrícola e assistência técnica e extensão rural (ATER) para Santos (2007), já que se distancia de qualquer perspectiva de concentração de saber e poder por parte do educador.

Na prática, com a adoção dos princípios de respeito aos saberes locais, percebe-se, também, um processo de mudanças na forma de manejo dos recursos naturais, cujas experiências se baseiam numa ação de extensão rural que adota a agroecologia como estratégia para enfrentar os processos de desertificação, melhorar a produção agropecuária e a qualidade de vida da população do Semiárido (ORTEGA, 2006).

Partindo desses conceitos iniciais da agroecologia, destaca-se que, a agricultura familiar brasileira foi desamparada nas décadas de 1960 e 1970 pela política administrada pelo Estado brasileiro no Regime Militar (CEDRO, 2011), que centralizava toda ação estatal nas grandes propriedades, desta forma, os pequenos produtores rurais eram abandonados. Segundo o autor, nesse período teve uma intensa atuação estatal, apoiando a liberação de crédito para os grandes produtores,

com juros negativos, para aumentar a produtividade, pois, não havia interesse do Estado na elevação da agricultura familiar ou de pequena-escala.

Esse padrão de agricultura no formato da Revolução Verde<sup>27</sup> deste período, ocasionou o aumento da concentração da terra e implicou no modelo de monocultivo, com objetivo da exportação e à instalação da agroindústria (CEDRO, 2011). Essa agroindústria era a ferramenta utilizada como argumento para o desenvolvimento regional, acrescentando a oferta de empregos, transferência de renda, bem como, da necessidade de se adaptar à tecnologia e de novos tempos para a região e avançar no equilíbrio entre a indústria e a agricultura e do incremento da renda regional (VIEIRA, 2022).

Até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), segundo Abramovay (2013), esse foi o cenário brasileiro, tendo, sua estrutura significativamente alterada pela inclusão da participação da sociedade nas decisões, criando conselhos, fóruns e outros espaços de descentralização do poder, sendo resultado de lutas dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral.

Para isso, faz-se necessária a participação social da comunidade no planejamento das políticas públicas do Estado, visando, um modelo de gestão descentralizado que, para Costa (2022), é o entrelaçamento da sociedade civil na gestão local, incluindo decisões estratégicas que priorizem as precisões dos moradores de um município ou de uma região, fazendo uma colaboração entre o Estado e a sociedade, que represente o processo democrático a partir da contribuição de todos para a construção do desenvolvimento local.

A economia globalizada tem apresentado questões contraditórias nas áreas agrícolas. Com o objetivo de produzir alimentos para a população, essas demandas necessitam ser acompanhadas por aprendizados ambientalmente apropriados, com zelo pela preservação e conservação da biodiversidade, em que, segundo Pacheco (2021), é latente a necessidade de um paradigma de desenvolvimento agrícola

---

<sup>27</sup> A Revolução Verde teve sua consolidação do capitalismo no campo, pela ideia de desenvolvimento econômico do meio rural e fim da fome mundial, ocorreu a transição dos modelos de agricultura tradicionais para os ditos “modernos”, que se baseavam na aplicação de pacotes tecnológicos padronizados com o Saragoso & Machado & Garcia. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, v. 3, n. 1, 107-113, jan/jul. de 2018. 109 uso intensivo da terra, sementes modificadas, maquinários, insumos químicos e novas tecnologias em todas as fases da produção (GABOARDI; CANDIOTTO, 2014).

alternativo que estimule a prática de agricultura mais ecológica, diversificada, sustentável, economicamente viável e socialmente justa.

Pacheco (2021, p. 20) assegura e traz à lume, o “conceito de agroecologia como um campo do conhecimento científico que, parte de uma abordagem holística e de uma visão sistêmica”, cujo o objetivo é a cooperação para que as sociedades, redimensionem o caminho modificado da evolução social e ecológica, nas mais diversas relações e influência mútua, já que, a economia globalizada tem determinado uma série de demandas conflitantes nas áreas agrícolas existentes, com vistas à produção de alimentos para a população e para o atendimento às crescentes demandas por agro biocombustíveis, contudo, tais demandas precisam vir acompanhadas por práticas ambientalmente corretas, primando pela preservação e conservação da biodiversidade.

No entanto, Pacheco (2021, p. 22) evidencia que “o desafio emergente da geração atual é a transição da agricultura industrial para os sistemas alimentares que não dependam dos combustíveis fósseis”, ou seja, que, já existem na contemporaneidade com milhares de procedimentos e novas alternativas agrícolas em todo o território mundial, e possibilitam uma agricultura ecológica, integrada com a preservação dos meios de vida de pequenos agricultores familiares (ALTIERI, 2012).

Partindo deste o contexto, a década de 1980, de acordo com Machado (2013, p. 73), é marcada pela atuação de movimentos populares como o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [...] ligados à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)” da Igreja Católica e outras organizações sociais, que começaram o movimento pelas “Diretas Já”, em 1983, e a Assembleia Nacional Constituinte que instituiu a Carta Magna de 1988.

Deste modo, “um paradigma de desenvolvimento agrícola alternativo que impulse a prática de agricultura mais ecológica, diversificada, sustentável, e economicamente viável e socialmente justa” (PACHECO, 2021, pag. 22), e ainda, “compatível, com uma época de custos crescentes dos combustíveis fósseis e dos alimentos, de mudanças climáticas, degradação ambiental, contaminação dos solos e dos mananciais” é prioridade para o desenvolvimento mundial

“São os sistemas alimentares dominados por grandes corporações, as pequenas propriedades agrícolas diversificadas e sob manejo agroecológico

são a única forma exequível de agricultura que alimentará as sociedades sob o cenário ecológico e econômico que se apresenta. (Pacheco, 2021, pag. 22).

E para PACHECO (2021, pag. 22), em sua tese de doutorado, há “pelo menos cinco razões (R) pelas quais, deve-se amparar a conservação e revitalização de pequenas propriedades rurais e, assim, impulsionar a agricultura familiar”, que são balizadas em conceitos de Altieri (2012), que são denominadas de: “R1: Pequenas propriedades rurais, que é o botão chave para a segurança alimentar mundial. R2: são as pequenas propriedades rurais, são produtivas e conservam mais os recursos naturais do que grandes monoculturas. R3: Pequenas propriedades diversificadas concebem modelos de sustentabilidade. R4: Pequenas propriedades rurais que são um santuário de agro biodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).) R5: Pequenas propriedades rurais que são componentes para o resfriamento do clima” (Altieri, 2012, p. 363).

No que refere, às pequenas propriedades denominadas de R1 - PACHECO (2021, pag. 22) informa que no Brasil, existe cerca de 4,8 milhões de agricultores familiares, esse número, equivale a 85% do total do número de agricultores e que ocupam 30% do total da terra agrícola do país e, que essas, propriedades agrícolas familiares dominam cerca de 33% da área plantada de milho, 61% da área com feijão, e 64% da área plantada de mandioca, produzindo assim 84% do total de mandioca e 67% de todo o feijão produzido (ALTIERI, 2012).

Segundo Pacheco (2021, pág. 23), as “propriedades autossustentáveis, são as que: “a). apresentam uma produção contínua em pequenas propriedades, e atendem à demanda de consumo interno e de mercado; b). apresentam baixa dependência de insumos externos e utilizam de recursos locais; c). seu rendimento energético é do baixo uso de energia; d) sua mão de obra é familiar, de sua comunidade, qualificada e complementar; e) utiliza-se da ciclagem de biomassa e nutrientes; f) seus cultivos são gerados a partir de processos ecológicos naturais e, g) utiliza-se de sistema agrícola diversificado que lançam mão de consórcios e variedades de uma mesma espécie (ALTIERI, 2012).

### 3.MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa apóia-se no método hipotético dedutivo por considerar o problema como mola propulsora da pesquisa, de um recorte histórico. Também está pautada no método dialético, que é empregado em pesquisas qualitativas, por julgar que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social e as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções (ANDRADE, 2017).

Do ponto de vista de sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada porque objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidos à solução de problemas específicos. No que tange à forma de abordagem ao problema, ela é caracterizada como qualitativa, pois considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números (THIOLLENT, 2009).

Considerando os aspectos dos objetivos elencados, esta pesquisa é exploratória, tendo em vista que objetivou proporcionar maior familiaridade com o problema, e envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos (GIL, 2019).

Também, classifica-se como descritiva, visto que descreve as características dos atingidos pela barragem de Sobradinho, e envolveu técnicas de coleta de padronizadas, tais como, observação *in loco* e entrevistas. E em relação aos procedimentos técnicos esta pesquisa é bibliográfica, levando em conta que foi elaborada a partir de materiais já publicados, como livros, artigos, dissertações e tese, periódicos, etc.; também é de levantamento (de campo) visto que envolveu questionamento direto às pessoas, cujo comportamento se desejava conhecer. Ademais, se considera esta uma pesquisa-ação, por conceber em associação com uma ação, onde a pesquisadora e os participantes da situação-problema estiveram envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2009).

#### 3.1. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Com o intuito de atender aos objetivos estabelecidos para o desenvolvimento da pesquisa, preliminarmente foi realizada com uma ampla coleta de informações em documentos, vídeos e publicações científicas. Isto posto, efetivou-se um

levantamento de literatura da administração (com ênfase na administração política), da geografia (com ênfase na geografia política), da agroecologia (saberes populares) e do desenvolvimento territorial (participação social).

Sequenciando, a pesquisa foi dividida em duas fases: Fase 01 - Aplicação de questionários e Fase 02 - Realização de entrevistas e Roda de Conversa com a utilização da Metodologia Inclusiva de Participação e, posteriormente, com a elaboração de um quadro de Gestão Participativa a partir dos dados coletados.

Do ponto de vista empírico-tecnológico, o levantamento de informações partiu da análise dos impactos causados pela barragem de Sobradinho, em Casa Nova, às famílias atingidas após 50 anos e aplicadas metodologias inclusivas de participação da literatura internacional e nacional que puderam inspirar o desenvolvimento dessa pesquisa com atores sociais desabrigados a partir do ano 1973 pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), para a construção da Barragem de Sobradinho – BA. Na pesquisa documental, utilizou-se, ainda, de acesso a jornais, fotos, filmes e vários documentários, etc. que relataram os acontecimentos, na época, a fim de serem analisados e realizados os cruzamentos das informações na fase de campo.

Do ponto de vista teórico-científico, partiu-se do levantamento de literatura da administração (com ênfase na administração política), da geografia (com ênfase na geografia política), da agroecologia (saberes populares) e do desenvolvimento territorial (participação social) em teses, dissertações, artigos e análise da percepção dos atingidos através do relatório técnico científico da Pesquisa do IPEA (2018), realizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragem-MAB e Universidade Federal de Brasília-UNB denominado de Diagnóstico da Dívida Social, Econômica e Cultura dos atingidos pela barragem de Sobradinho entre 2014 a 2017 com uma amostra de 10.944.

### 3.1.2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A estratégia metodológica adotada e fontes da pesquisa foram definidas a partir das respostas coletadas, na FASE 01, mediante aplicação de questionários semiestruturados, com 15 questões semiabertas, junto aos sujeitos membros das famílias das cidades atingidas pela barragem de Sobradinho-BA (Casa de Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso), denominado instrumento de Planejamento



Estratégico de Novas Territorialidades Rurais e o Desenvolvimento Sustentável: As novas condições a partir da história de vida dos atingidos pela barragem de Sobradinho-BA.

A aplicação do questionário se deu no formato *online*, objetivando analisar os impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos causados pela construção da barragem de Sobradinho, após 50 anos, e caracterizar o contexto social e econômico com 13 (treze) famílias.

Com os resultados obtidos na Fase 01, foram encontrados indicadores como: Faixa Etária Atual, Identidade e Pertencimento, Parentesco, Atividade exercida pelas Famílias, Renda atual das Famílias, Retorno para Famílias Atingidas, etc. e utilizou-se as mesmas perguntas do questionário na fase subsequente, que foram as entrevistas.

Portanto, na FASE 02 de entrevistas, a pesquisa foi delimitada para a cidade de Casa Nova, devido ao maior número de famílias que participaram na fase 01 serem da cidade, considerando, ainda, que foi a primeira cidade inundada e por ser a mais próxima da sede da UNIVASF. Para consecução desse procedimento tivemos o apoio de Movimento Social dos atingidos por Barragens (MAB), representante dos atingidos, que também contribuiu nos demais percursos que a pesquisa demandou para efetivação da metodologia aplicada.

As entrevistas foram virtuais, através da plataforma Google Meet e presencialmente com os representantes de mais de 08 (oito) famílias e roda de conversa na Comunidade de Riacho Grande. Teve duração entre uma hora e trinta minutos e duas horas e foi gravada com autorização dos participantes. Objetivou-se caracterizar o contexto social e econômico de algumas famílias atingidas pela barragem Sobradinho que habitavam na cidade de Casa Nova, verificar a percepção dos atingidos que viviam da agricultura familiar, sobre os impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos causados pela construção da barragem de Sobradinho e elaborar, com os familiares dos agricultores atingidos pela barragem de Sobradinho, uma metodologia inclusiva que inspire a concepção e a implantação de políticas inovadoras de desenvolvimento territorial sustentável em áreas rurais.

Ao final de todas entrevistas virtuais foi entregue aos participantes como “presente”, um papel em branco imaginário para participar de um novo planejamento para este acontecimento nos dias atuais e nesta metodologia, os

atores sociais da agricultura familiar puderam com esse “papel em branco” construir esse contexto social, econômico, ambiental, cultural e político a partir de suas perspectivas e vivência de sua família que foi atingida pela barragem de Sobradinho na década de 1970 e colocaram no papel como deveria acontecer nos dias atuais, como formato de contribuição para refazer e reparar essa história após 50 anos.

Desta maneira, foram mapeados o contexto sócio-histórico da barragem de Sobradinho, por meio da ferramenta administrativa denominada 5W2H, estabelecido um plano de ação baseado nos documentários oficiais de 1976 denominado Região de Sobradinho (BA), antes da construção da barragem - Documento histórico e Serra do Ramalho: Assentamento de colonos de Sobradinho pelo INCRA – 1976, bem como definido o formato da roda de conversa com atores sociais, que fizeram parte do movimento de resistência da época no povoado de Riacho Grande, para a construção de um instrumento participativo, que privilegie as expectativas dos familiares dos atingidos pela Barragem de Sobradinho-BA, na cidade de Casa Nova, a fim de realizar a correlação com os resultados dos questionários e entrevistas coletadas anteriormente.

Prosseguindo, para aplicação da Metodologia Inclusiva de Participação na Roda de Conversa na Comunidade de Riacho Grande, foram disponibilizadas folhas de papel em branco, cartolinas, lápis em cores, pinceis e diversos outros materiais pedagógicos novos para que os atores sociais (adultos e crianças) pudessem demonstrar na fabricação de um produto que representasse seus desafios nos dias atuais e expectativas para o futuro e ao final, todo material pedagógico foi doado para a comunidade para ser utilizado com as crianças.

Assim, foi construído com os familiares dos agricultores atingidos pela barragem de Sobradinho um instrumento com uma metodologia inclusiva de participação social, a partir das perspectivas dos atingidos de Casa Nova para implantação de políticas inovadoras em áreas rurais, com o intuito de ser entregue ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, ao Governo do Estado da Bahia, Governo do Município de Casa Nova -BA como formato de resposta social da academia para estas famílias, 50 (cinquenta) anos após o início da construção da barragem através de **uma “audiência pública” convocada pelo PPGDAT-UNIVASF.**

### 3.1.3. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A técnica utilizada para tradução das falas, foi a análise de conteúdo de Bardin (1977) como formato de abordagem qualitativa das entrevistas semiestruturadas. Depois da organização do conteúdo, a codificação foi realizada pela unidade de registro do objeto da pesquisa, a unidade de conceito constituiu-se das palavras: atingidos, Sobradinho, Geografia, território, planejamento, gestão, identidade, pertencimento e na categorização foram agrupadas em Administração Política, Sobradinho, Agroecologia, Participação Social.

A pesquisa não apresentou riscos sobre aspectos éticos, pois tratou-se de um resgate histórico com mais benefícios do que riscos para os participantes e como resultado da pesquisa, espera-se que o produto final possa relacionar-se com situações do dia-dia, proporcionando verificar as falhas durante o processo realizado anteriormente e aprofundar em um novo estudo sobre tema, com outras investigações futuras, ou seja, com um novo olhar para o homem do campo, com perspectivas de um planejamento do território rural do campesinato, incluindo instrumentos sociais participativos que mensurem esses impactos na vida desses descendentes, contendo indicadores sociais e econômicos que serão construídos de forma participativa, qualificados para os dias atuais com vertentes sociais para este fim como resposta para este público específico.

## 4.RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir desta seção, apresentaremos os resultados da primeira fase da pesquisa que foi balizada nas respostas obtidas por mais de 100 questionários, no formato eletrônico, enviados às famílias dos quatro municípios atingidos: Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento-Sé/BA, que foram impactadas pela barragem de Sobradinho-BA, conforme figura 13 e elencados nos Gráficos de 01 a 14.

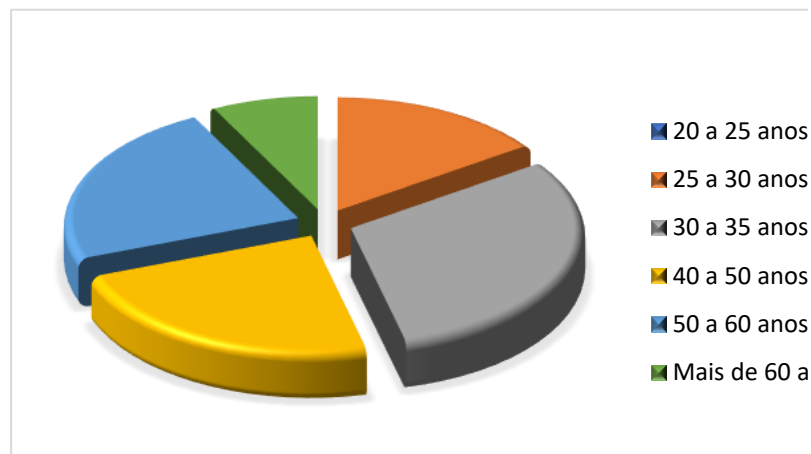
### 4.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS DESCENDENTES DAS CIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO

Enviou-se na primeira parte da pesquisa, mais de 100 questionários online para as famílias das quatro cidades atingidas, mas, como previsto no planejamento

do projeto, houve dificuldades na localização e retorno dessas famílias. A pesquisadora divulgou os questionários online em diversos formatos de plataformas virtuais como WhatsApp, chamamento no Instagram, Facebook das cidades, localização de parentes das famílias atingidas etc. No entanto, houve recusa de algumas famílias, motivadas pela idade atual de seus parentes que fizeram parte da história ou por vergonha de se expor. Deste modo, 13 famílias aceitaram o termo da pesquisa, com indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais.

No Gráfico 01 a maioria dos entrevistados com as quatro cidades atingidas, apresentaram a faixa etária entre 30 e 35 anos.

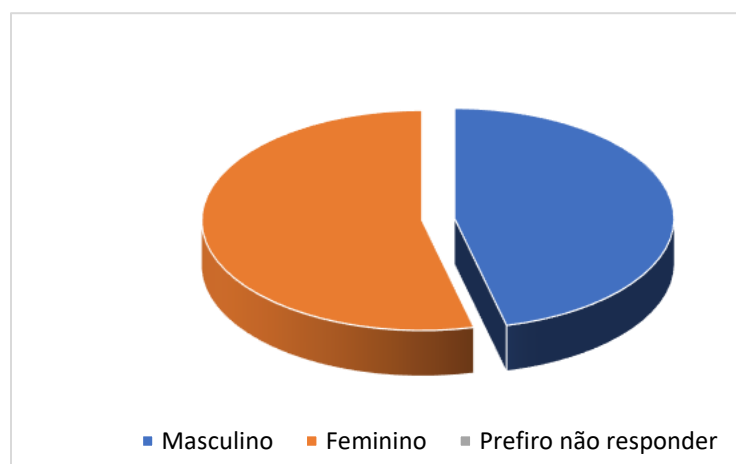
**Gráfico 01 – Faixa Etária**



Fonte: elaboração do autor

No Gráfico 02 houve predomínio das mulheres conforme observado no Gráfico 02.

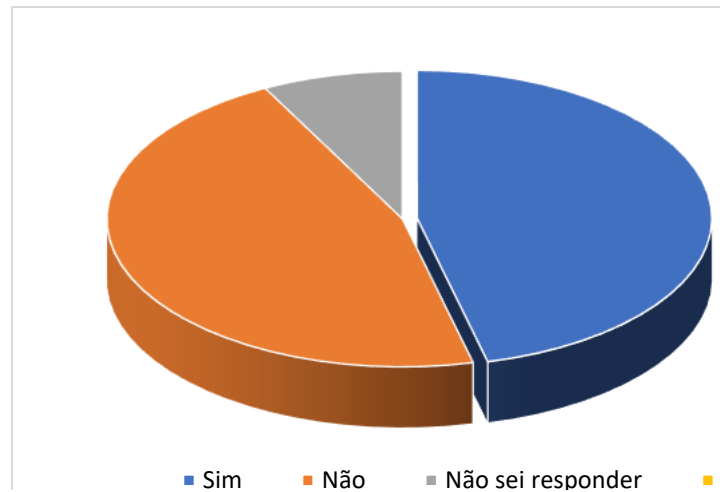
**Gráfico 02 – Gênero**



Fonte: elaboração do autor

Já para o Gráfico 03, como indicador da Necessidade da Construção da Barragem, decidiu-se, por uma maior investigação na segunda fase da pesquisa, na busca de uma resposta no tocante à obrigatoriedade da construção da barragem de Sobradinho-BA, pois, para os entrevistados das famílias atingidas na primeira fase da pesquisa, há um empate entre o SIM e NÃO (Gráfico 03 de 46,2%).

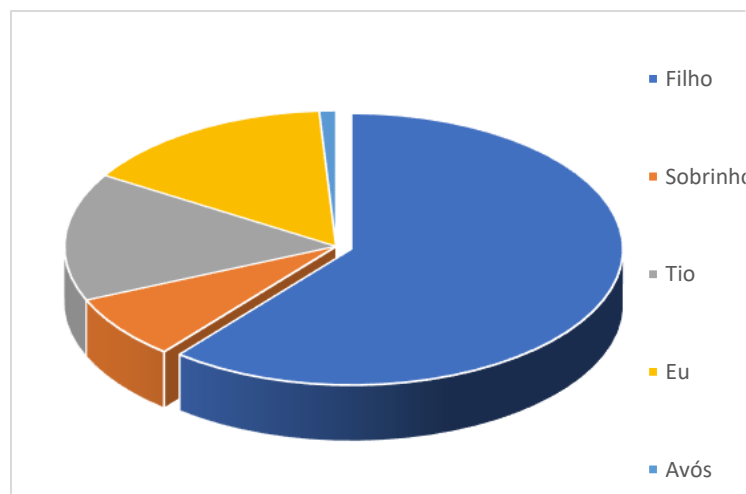
**Gráfico 03 – Necessidade de Construção da Barragem**



Fonte: elaboração do autor

O Gráfico 04, o indicador de 61% do Grau de Parentesco de filhos, ou seja, uma relação direta com o objeto da pesquisa.

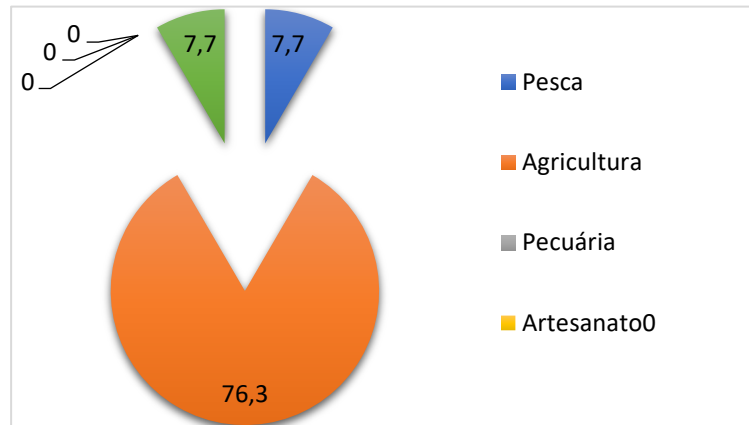
**Gráfico 04 – Parentesco com a família atingida**



Fonte: elaboração do autor

Partindo para o aspecto de indicador atividade econômica, a maioria das famílias confirmou que seus parentes labutavam agricultura, às margens do rio São Francisco, como pode ser visto no gráfico 05.

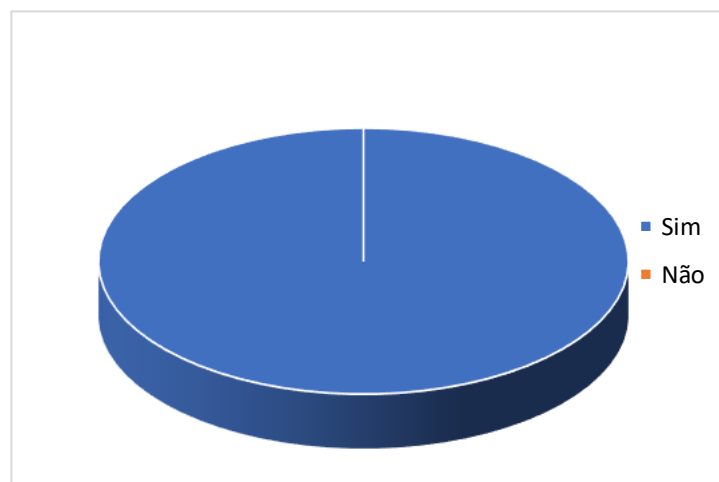
**Gráfico 05 – Atividade exercida pela família**



Fonte: elaboração do autor

No gráfico 06, os entrevistados entenderam que a construção da barragem, causou impactos sociais, ambientais e econômicos às famílias atingidas, isso, entre o planejamento inicial da obra e sua execução.

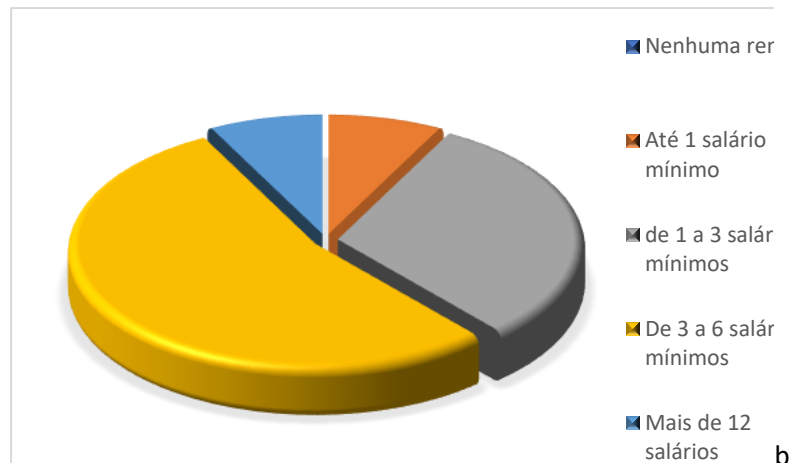
**Gráfico 06 – Causou Impactos Sociais, Ambientais e Econômicos**



Fonte: elaboração do autor

O indicador do Gráfico 06 e 07 demonstra que a construção de uma hidrelétrica precisa ser avaliada pela sua capacidade de produção de energia, mas, também pela sua capacidade de resolver as suas dificuldades de ordem social, ambiental, econômica, cultural e política que envolvem atores sociais.

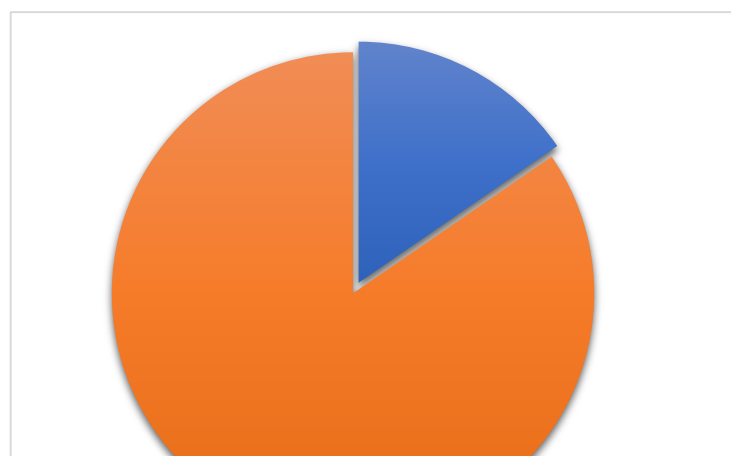
**Gráfico 07 – Renda mensal atual das Famílias**



Fonte: elaboração do autor

A dimensão econômica de benefício às famílias é relevante, para 84,6% das entrevistadas as ações executadas pelo movimento desenvolvimentista da década do milagre econômico, não trouxeram “a tal prosperidade e desenvolvimento” divulgada pelo governo militar.

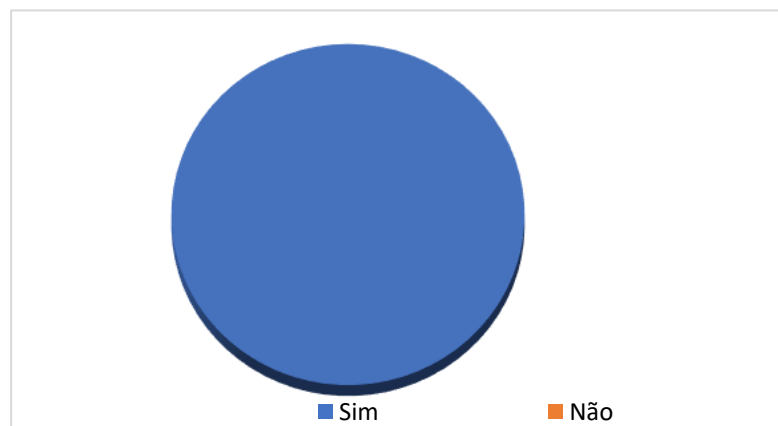
**Gráfico 08 – Retorno para Família Atingidas**



Fonte: elaboração do autor

Merece, destaque também, a dimensão social, que geralmente é abandonada nesses modelos de empreendimentos hidroelétricos e sempre, tendem a proporcionar o resultado contido no Gráfico 09 – Perda da Identidade. Já que, para “100%” das famílias atingidas a construção da barragem de Sobradinho-BA causou impactos ao meio ambiente da região atingida e a perda de laços familiares.

**Gráfico 09 – Perda da Identidade**



Fonte: elaboração do autor

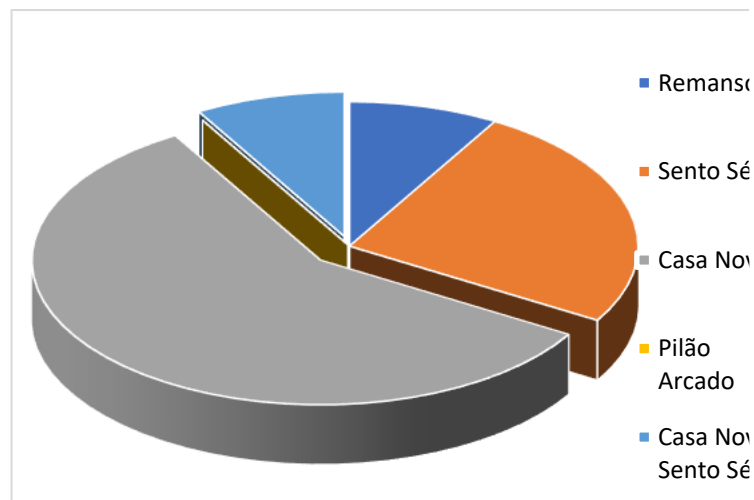
Esse indicador evidencia, as consequências para as famílias atingidas, tais como, a mudança da agricultura camponesa para a agricultura à base do agrotóxico, da concentração de terras nas mãos de poucos, da expansão dos agronegócios no território atingido e dos efeitos ecológicos e sociais originadas por essas construções, sequelas que já foram relatadas por Simonetti (2013), pois, como visto, esses territórios inundados, não tiveram como lutar contra as desigualdades socioambientais, que reproduziram a colonialidade do poder e do saber (ACSELRAD, 2003).

Nos gráficos 10 a 15, serão evidenciados **indicadores sociais** que são capazes de corroborar para a reorientação da implantação de políticas de desenvolvimento sustentáveis nessas territorialidades rurais, integrando as contribuições dialogadas com a população, entre os campos da administração política e desenvolvimento territorial dos territórios, considerando, que a administração é um elemento político e técnico integrado, que não pode ser dissociado desta inovação teórica.



No gráfico 10, identificam-se 53,8% de adesão da cidade de Casa Nova e esse diagnóstico foi constituído por famílias atingidas e que até os dias atuais, apresentam relações sociais sensíveis, circunscritas por conflitos de interesses e expectativas individuais e coletivas para o bem comum, neste território de lutas e movimentos sociais de resistência em 2022.

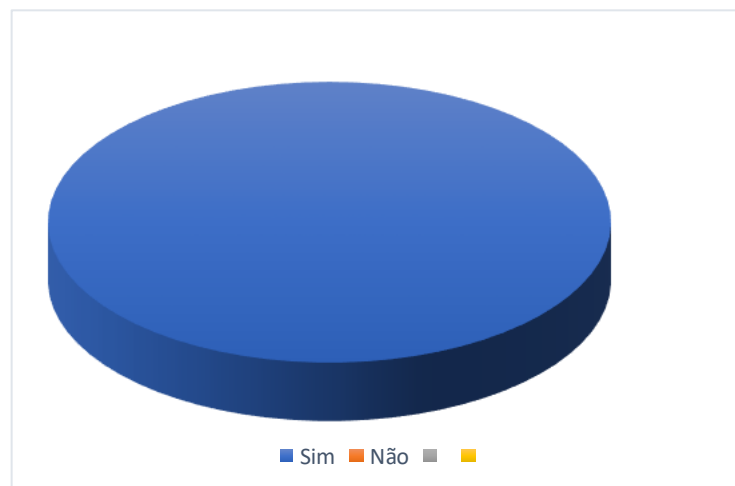
**Gráfico 10** – Cidade origem da Família Atingida



Fonte: elaboração do autor

Quanto ao Gráfico 11 é demonstrado que “100%” dos entrevistados já ouviram relatos sobre a origem de sua cidade, ou seja, conhecem um pouco de suas origens e memórias de seus descendentes.

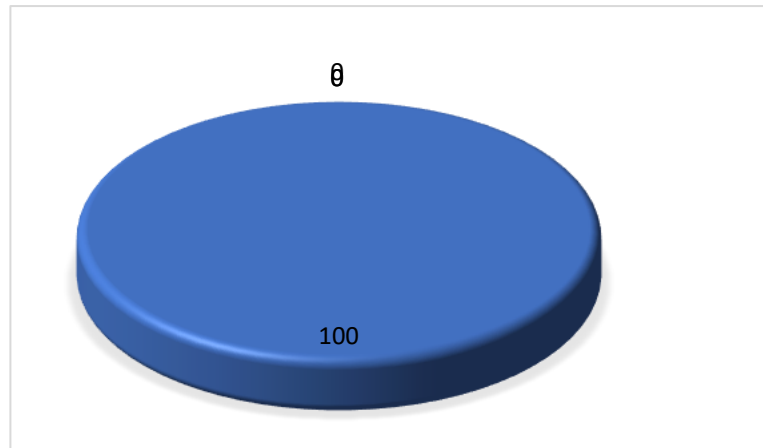
**Gráfico 11** – Já ouviu histórias de seus familiares



Fonte: elaboração do autor

Como pode ser visto, o indicador do Gráfico 12 - concebeu o princípio de responsabilidade individual e coletiva, com o social que faz parte das memórias, de cooperação mútua da coletividade de Scherenwarren (1998).

**Gráfico 12 – Perda de Identidade e Pertencimento**



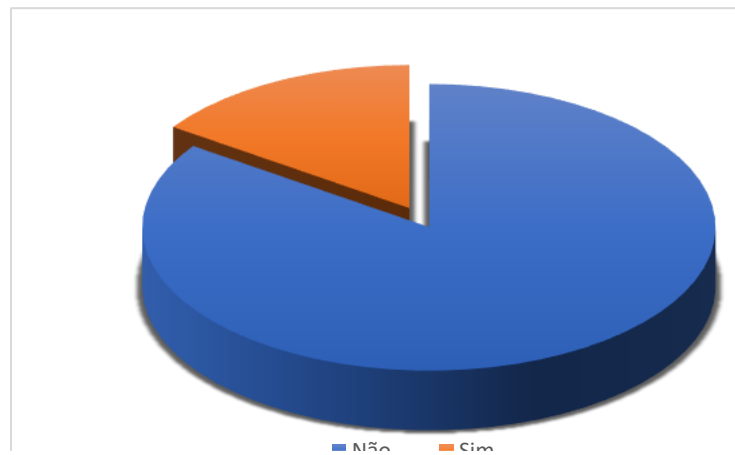
Fonte: elaboração do autor

O Gráfico 12, apresenta que para **“100” das famílias** após a construção da barragem de Sobradinho, pode ter Afetado Relações Familiares ou Perda dessas Relações Sociais, tende a ocasionar a perda de identidade e pertencimento com o território atingido e o ato de administrar um local ou território possui uma finalidade social, e com estratégias de participação social, por isso, Brunet (1990) descreve o território, como um local de relações sociais, com fortes vínculos de pertencimento entre seus atores.

Nos gráficos 13 e 14 abaixo, exibimos, os indicadores de retorno para as famílias e para as cidades atingidas, após a construção da barragem de Sobradinho-BA.

O Gráfico 13 apresenta danos, ou seja, os elementos são representados pela perda econômica, social, ambiental e cultural, conseqüentemente, trazendo sofrimento e desilusão para 84,6% da população, tendo em vista que, não houve benefício de renda para as famílias, após a desapropriação das terras, segundo os entrevistados da Fase 01.

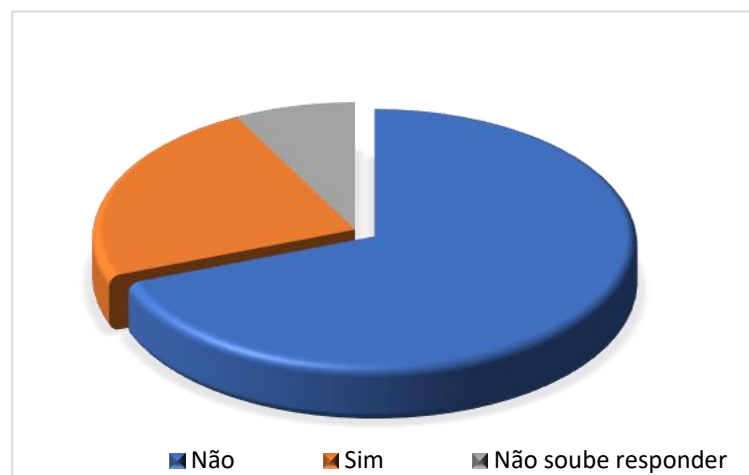
**Gráfico 13 – Retorno de Renda para as Famílias Atingidas**



Fonte: elaboração do autor

Enquanto no gráfico 14 para 69,2% das famílias atingidas, na aplicação do questionário, suas cidades de origens não foram beneficiadas, significando uma desilusão do que foi prometido de progresso na década de 1970.

**Gráfico 14 – Retorno para as Cidades Atingidas**

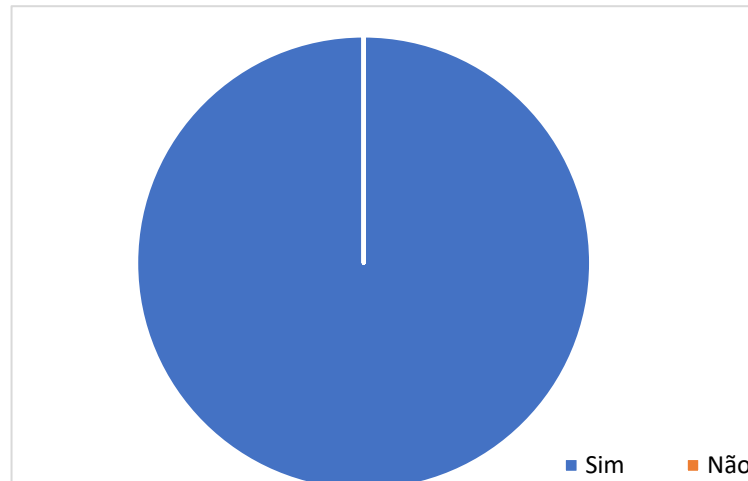


Fonte: elaboração do autor

Então, para concluir os resultados da primeira fase, seguem na sequência os Gráficos 15 a 17 e para isso, buscou-se o entendimento da problemática, partindo de um levantamento da realidade desses atores sociais, prevendo transformações através da relação entre a dinâmica da gestão de políticas e a produção de informações, devido à complexidade do campo pesquisado com a utilização de

indicadores sociais. Os dados obtidos, corroboraram com Rocha (2012), quando descreveu todas as consequências do deslocamento compulsório das populações localizadas ao longo de áreas atingidas por barragens, gerando sempre, uma nova configuração da realidade local, no aspecto físico, geográfico, ambiental e social.

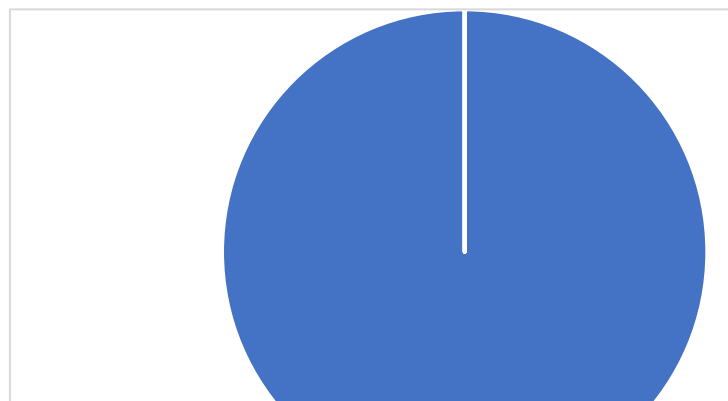
**Gráfico 15** – A construção da barragem e seus impactos Ambientais, Sociais e Culturais



Fonte: elaboração do autor

Percebeu-se, que devido a todos esses fatores de falha no planejamento na fase inicial de realocação das famílias para novas territorialidades, surgiu uma indigência de realização investigativa socioterritorial para conhecimento, pois, faz parte da dinâmica da gestão e planejamento, tendo em vista que, dificilmente, o que é desenhado nas políticas sociais se faz, tomando como base, um conhecimento sobre a realidade em que se deseja.

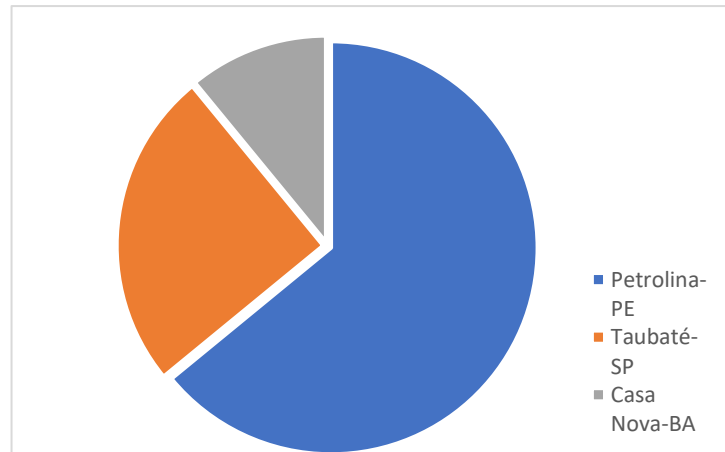
**Gráfico 16** – A construção da barragem causou impactos Políticos



Fonte: elaboração do autor

A maioria dos entrevistados, são adversos às políticas para a agricultura familiar praticada pelo governo federal nos dias atuais em 2022, e deste modo, destacamos que, todo empreendimento necessita averiguar os impactos para as comunidades que serão atingidas.

**Gráfico 17 – Destino das Famílias**



Fonte: elaboração do autor

Partiu-se, do pressuposto, de que os territórios fazem parte da economia globalizada e, deste modo, são inseridos por indivíduos e a sociedade civil e, precisam de autonomia e a valorização das suas identidades culturais, (CASTRO, 2010), sendo que foi estabelecido como estratégia da pesquisa para a fase 2 - a avaliação do pressuposto teórico do item 2.5.2 desta tese, considerando o destaque nesses tipos de conflitos e definiu-se, como estratégia metodológica, delimitar o objeto da pesquisa, a partir da segunda etapa, para o município de Casa Nova, balizado no Gráfico 17, destino das famílias entrevistadas na fase 1, acrescentando novas famílias participantes a partir da fase 2.

Desta forma, selecionamos outras famílias que caracterizaram esse contexto social de atingidos, que são habitantes da cidade de Casa Nova antiga e, que hoje, vivem na Casa Nova que foi construída, no seu interior (zona rural), como também, no município de Petrolina-PE e em Taubaté-SP.

A partir dos resultados, que obtivemos na fase de entrevistas e da roda de conversas, realizamos, em conjunto com esses atores sociais, um planejamento

estratégico participativo, com a finalidade de apresentar um processo de desenvolvimento territorial sustentável e apresentar o enfrentamento dos conflitos entre os diferentes grupos, que foram, direta ou indiretamente, afetados por ações locais, com a finalidade da produção solidária e de cooperação coletiva (GAZELLA, 2009).

## 4.2. RESULTADOS DA SEGUNDA FASE DA PESQUISA

Nesta seção, apresentam-se os resultados da segunda fase, expondo inicialmente o contexto histórico da cidade de Casa Nova. Em seguida, mapeamos todo o contexto sócio-histórico da barragem de Sobradinho-BA, por meio da ferramenta administrativa denominada 5W2H e estabelecemos um plano de ação, baseado em documentários governamentais da época. Por fim, realizamos uma correlação com os resultados dos questionários e entrevistas coletadas anteriormente.

### 4.2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE CASA NOVA-BA

Pela lei provincial n.º 1873, de 20 de junho de 1879, o município de Casa Nova foi criado a partir da separação de uma área do município de Remanso-BA, que, anteriormente, pertenceu ao município de Pilão Arcado e, posteriormente, pelos Decretos n.º 7455, de 23-06-1931, e n.º 7479, de 08-07-1931, o município de São José da Casa Nova passou a denominar-se simplesmente Casa Nova.

O município teve seu povoamento de território iniciado na primeira metade do século XIX, com a exploração das minas de cloreto de sódio que lá foram encontradas. Com a existência dessas minas de sal, segundo o IBGE (2017), esse território, convergiu para a formação de um povoado denominado de fazenda Riacho da Casa Nova. Há menções de algumas publicações que seu fundador foi um português chamado Viana.

A cidade encontra-se a 572 km de Salvador-BA, esse percurso, até parte do século XX, realizava-se de barco, vapor ou caminhão a cidade de Juazeiro-BA e, de lá, utilizava-se, o trem para sua capital Salvador, desativado em meados da década de 1990, e passou-se a atuar apenas com o transporte de cargas.

Com a desativação das ferrovias e o não aproveitamento da hidrovia pelo rio São Francisco, toda locomoção da cidade de Casa Nova com outras localidades necessita de ser realizada por rodovias. A partir de 1976, com a instalação da obra da barragem de Sobradinho, a cidade que, originalmente era localizada no final de uma rodovia, tornou-se, uma cidade de beira de estrada da BR-235, trazendo benefícios e malefícios para seus moradores, como por exemplo, quando a rodovia BR-235 começou a ser utilizada como caminho alternativo por caminhões vindos do Maranhão e Piauí.

Segundo informações contidas no sítio de sua prefeitura municipal, suas terras que são banhadas pelo rio São Francisco, entre 1879 e janeiro de 1890, foram destacadas em viagens e escritas de artigos por Teodoro Sampaio, um engenheiro baiano da comissão de estudos da navegação no interior do Brasil, que percorreu o rio São Francisco da foz até Pirapora (MG), retornando por Cariranha, de onde partiu para explorar a Chapada Diamantina.

Em 1906, na elaboração do livro “O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina”, um dos capítulos do livro recebeu o título de “As Salinas de Casa Nova”, destacando a extração de sal como sua maior atividade econômica da época e, de igual modo, em 1867, Richard Burton, naturalista e explorador inglês, conhecido pelo esforço consagrado na descoberta da nascente do rio Nilo, que foi encontrado por um patriota inglês, percorreu o São Francisco, quando, nas proximidades de Santana, Burton (1941) escreveu “... o São Francisco (aqui) é um grande espetáculo, de imensa amplitude, lustroso como óleo, e refletindo, como um espelho sem aço, o céu e a terra” (BURTON, 1906, pag. 43, grifo nosso).

Segundo o sítio da Prefeitura de Casa Nova (2022), seu filho mais ilustre é o casa-novense, Luiz Viana, político brasileiro, promotor, juiz e conselheiro desembargador do Tribunal de Apelação de Revista que, atualmente, é o Tribunal de Justiça da Bahia, o qual presidiu. Posteriormente, foi senador e presidente do Senado Estadual, o equivalente ao atual deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, além de governador da Bahia de 1896 a 1900. Seu governo foi marcado pelo período da guerra de Canudos (novembro de 1896 a outubro de 1897).

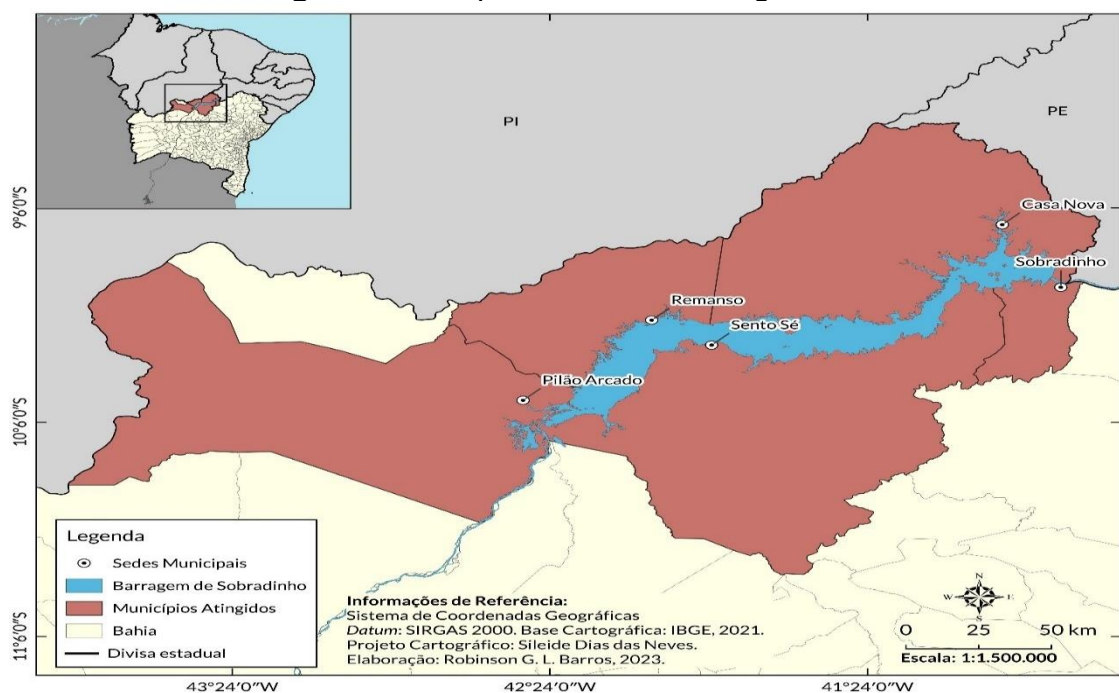
Da última década do século XIX até 1920, que foi seu falecimento, o conselheiro Luiz Viana exerceu grande influência na política baiana e teve um filho

que foi senador e governador da Bahia, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, nascido em Paris, de uma mãe alemã (segunda esposa do pai), registrado como Henrique Luiz Viana, ao fazer seu registro de emancipação no Cartório da Sé, em Salvador, passou a se chamar oficialmente Luiz Viana Filho, (ACADEMIA.ORG.BR, 2022).

Para a Prefeitura Municipal de Casa Nova, são dois fatos históricos que mais marcaram a cidade ao longo desse período de existência. Primeiro, foi o massacre denominado de Pau de Colher, em 1938, e, o segundo, a inundação da cidade antiga em 1976, com sua mudança para uma nova cidade, devido à construção do lago da barragem de Sobradinho, como consequência do alargamento da área original de toda Casa Nova antiga na sede e interior (PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA, 2022).

Na década de 1970, pela Lei Federal n.º 3.347, de 23 de dezembro de 1974, Casa Nova transferiu sua Sede Municipal para um local distante 37 km da cidade velha, que foi inundada pelas águas da barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco, sendo que a nova cidade foi planejada e construída pelo Governo Federal sem a participação dos moradores do território atingido.

**Figura 13 - Mapa das cidades atingidas**

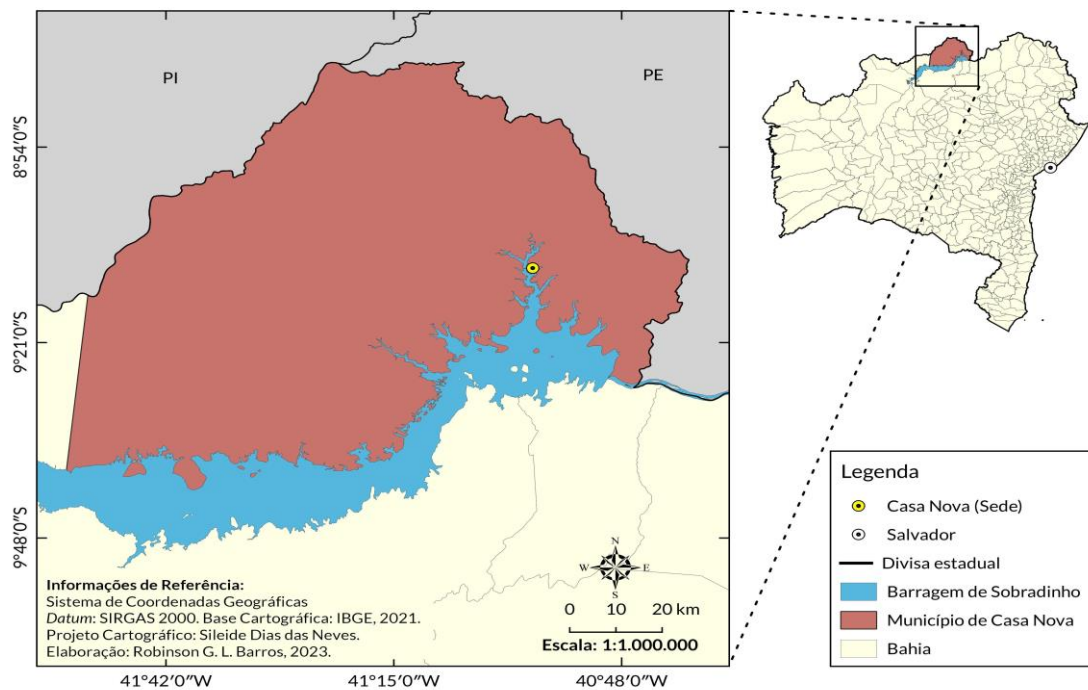


Fonte: Dados da pesquisa (2023)



Desta maneira, buscou-se o entendimento da problemática, partindo de um levantamento da realidade desses atores sociais, prevendo transformações através da relação entre a dinâmica da gestão de políticas e a produção de informações, devido à complexidade do campo pesquisado com a utilização de indicadores sociais. Os dados obtidos, corroboraram com Rocha (2012), quando descreveu todas as consequências do deslocamento compulsório das populações localizadas ao longo de áreas atingidas por barragens, gerando sempre, uma nova configuração da realidade local, no aspecto físico, geográfico, ambiental e social.

**Figura 14 - Mapa da Cidade de Casa Nova – BA**



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

De acordo com informações municipais, é natural serem colhidas duas safras de uva por ano, para a produção de vinho, mas a quantidade importa menos que a qualidade, pois a produção de bons vinhos a um preço competitivo é um desafio para o Brasil em geral, e para a região do Baixo Médio São Francisco em particular e a Prefeitura Municipal de Casa Nova, corrobora que se trata de um mercado com enorme potencial de crescimento, porque o consumo per capita anual da bebida no Brasil é de modestos 1,61 litros/ano por habitante (PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA, 2022).

A cidade de Casa Nova, atualmente, faz parte da Microrregião de Juazeiro, Região Integrada de Desenvolvimento de Petrolina e Juazeiro, e produz mais de 1 milhão de garrafas de vinhos. Segundo a prefeitura municipal, essa produção de vinhos é avaliada como relevante, considerando que o Rio Grande do Sul, produtor de 85% do total nacional.

O município possui o maior rebanho de caprinos da Bahia, com 403.410 cabeças (dados da pesquisa Produção Pecuários Municipal, realizados pelo IBGE em 2005), enquanto a Bahia, por sua vez, tem o maior rebanho de caprinos do Brasil. A caprinocultura, tradicionalmente associada à subsistência no Brasil, só recentemente começou a auferir, na região de Casa Nova, um maior zelo em relação ao avanço da qualidade do rebanho, medidas, que incorporadas ao beneficiamento local da carne e o leite de cabra, podem, em médio prazo, multiplicar o potencial econômico da criação de caprinos no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA, 2022).

Seus habitantes são chamados de casa-novenses, sua extensão é de 9.647 km<sup>2</sup>, o que o torna um dos maiores territórios na Bahia e, segundo o último censo realizado antes de 2022, sua densidade demográfica é de 7,5 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município, e tem a cidade de Petrolina-PE localizada a 71 km a Sul Oeste, onde situa-se o aeroporto mais próximo (PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA, 2022) e seu turismo está estritamente condicionado ao rio São Francisco, composto de praias de água doce como as Dunas do Velho Chico, onde situava-se a cidade velha e a Ilha dos Moisés, além da vinicultura, que, também, é um atrativo turístico no município.

#### 4.2.2. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA

Para descrever o contexto sócio-histórico da barragem de Sobradinho-BA, utilizamos a ferramenta de gestão designada 5W2H (Quadro 1), cujo objetivo é o planejamento das ações de como serão executadas e por quem. As informações foram oriundas dos documentários oficiais denominados Região de Sobradinho (BA), antes da construção da barragem Documento histórico e Serra do Ramalho: Assentamento de colonos de Sobradinho pelo INCRA – 1976.

Com base nas informações apresentadas no Quadro 1 - Planejamento das Ações pelo 5w2h, partiu-se em buscas desses “novos tempos” e “elevação de vida dos sertanejos”, após a construção da barragem de Sobradinho-BA.

Deste modo, elaboramos questões para as entrevistas com alguns atores sociais envolvidos diretamente com a problemática.

**Quadro 1 – Planejamento das Ações pelo 5W2H**

<i>que? (What) – Objeto</i>	<i>Por que? (Why?)</i>	<i>Onde? (Where?)</i>	<i>Quem? (Who?)</i>	<i>Quando? (When)</i>	<i>Como? (How?)</i>	<i>Quanto Custa? (How Much?)</i>	<i>Objetivo a ser alcançado</i>
Construção da Barragem de Sobradinho -	Necessidade de regularização para que se tornasse instável os fluxos das águas do Rio São Francisco e garantisse os funcionamentos das usinas hidroelétricas que dependem a população nordestina	Casa Nova (BA), Sento Sé (BA), Pilão Arcado e Remanso (BA)	CHESF financiado pela Eletrobras	1973 a 1979	Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso	Impacto social, ambiental e econômico	Elevar o nível de vida no Nordeste
Maior lago artificial da América Sul	Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco	Sobradinho-BA	CHESF financiado pela Eletrobras e capital estrangeiro	1973 a 1979	Remoção de 72.000 pessoas na época que viviam nas cidades atingidas e correspondiam a 12 mil famílias das quais 8.619 viviam no interior.	Atingimento das Dimensões (social, ambiental, econômica, cultural e política das comunidades atingidas)	Benefício da região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.
Deslocamento das famílias	Remoção para pré-construídas	Casa Nova (BA), Sento Sé (BA), Pilão Arcado e Remanso (BA)	CHESF e moradores da região	1973 a 1979	Moradores levantar sua própria casa e participar como cidadão de esforço comunitário que cabe a toda comunidade. Novo núcleo habitacional repleto de vida e progresso.	Participação dos moradores nas construções de suas moradias	Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma a qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos
Novos Tempos	A voz do progresso desperta no barranqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades	Casa Nova (BA), Sento Sé (BA), Pilão Arcado e Remanso (BA)	CHESF e moradores da região	1973 a 1979	Novas agrovilas abrigam os que fizeram histórias das velhas comunidades. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos. Nova mentalidade voltada para o futuro e o progresso.	Impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos. Perda da identidade, pertencimento e provocação de êxodo rural, etc.	Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.
Projeto de Sobradinho - Área inundada de 4.214 km <sup>2</sup> .	Representa uma alta contribuição importante para o desenvolvimento do nordeste. As taxas de crescimento econômico da região são muitos superiores a média nacional e se mantinha no nível de 18% no período de 05 anos em 1976	Casa Nova (BA), Sento Sé (BA), Pilão Arcado e Remanso (BA)	CHESF	1973 a 1979	As Vilas de São Joaquim, Santana e São Francisco com suas residências modernas, ruas asfaltadas e jardins recordam o nascimento do homem novo que está acionando com as águas do velho chico as turbinas do progresso	Desigualdade social	Assistindo em seu esforço individual pela conquista de uma qualidade de vida mais elevada, o novo nordestino segue agora nas águas de um presente digno de ser vivido.]

					<i>nordestino. Uma nova geração nasce para a vida integrada nos padrões contemporâneos.</i>		
--	--	--	--	--	---	--	--

Fonte: Elaboração da autora

O Quadro 1 – Planejamento das Ações pelo 5W2H acima, apresentou por meio da ferramenta 5W2H o planejamento estratégico e de ações, apresentado como justificativa para a construção da obra da barragem de Sobradinho.

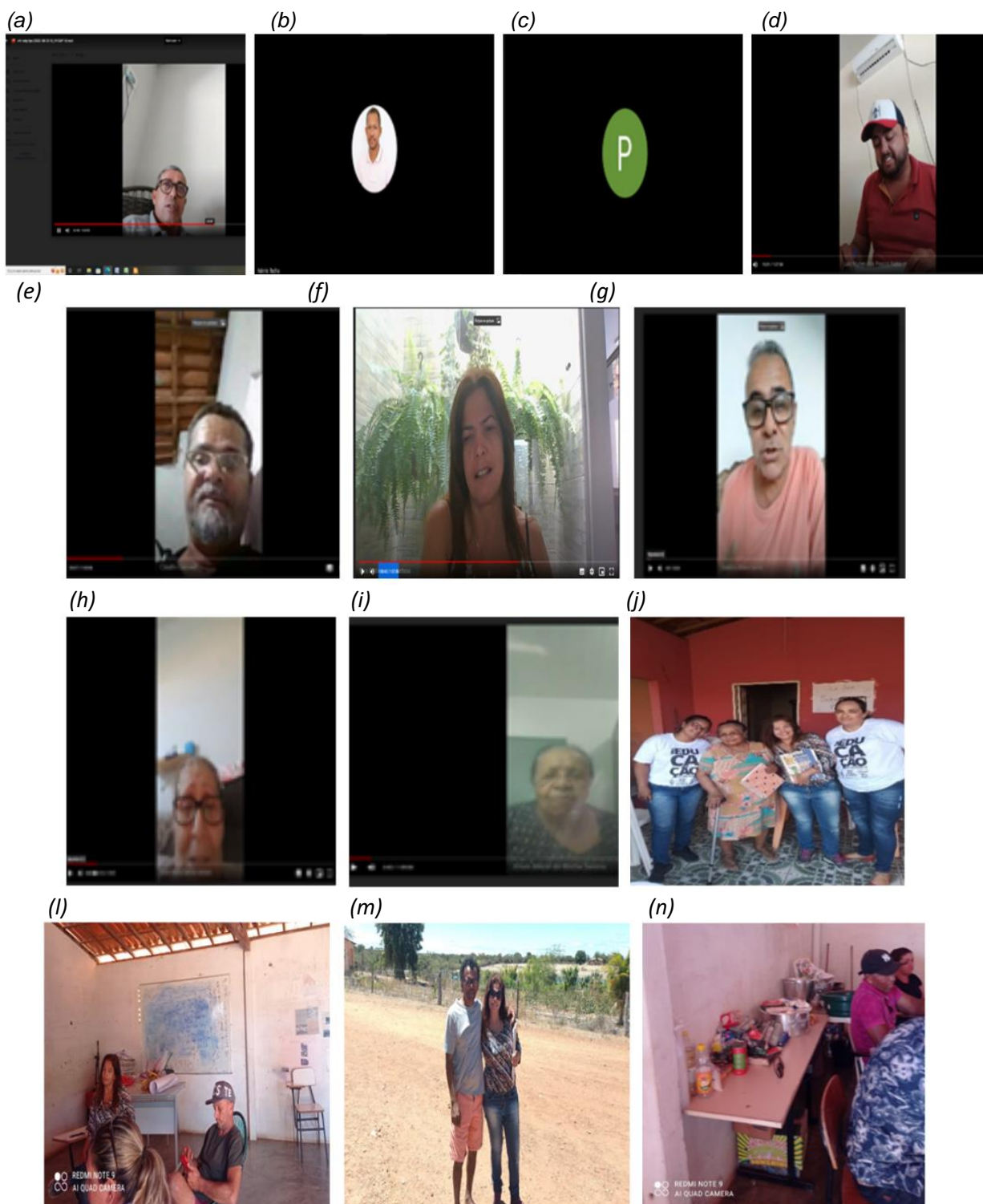
#### 4.2.3. PERCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PELOS ENTREVISTADOS REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA

Definiu-se a melhor técnica para nova fase das entrevistas, bem como, o formato da roda de conversa com atores sociais, que fizeram parte do movimento de resistência da época no povoado de Riacho Grande, para a construção de um instrumento participativo, que privilegie as expectativas dos familiares dos atingidos pela Barragem de Sobradinho-BA, na cidade de Casa Nova.

Nessa perspectiva, faz-se prudente repensar esse modelo de planejamento de cima para baixo, que advém das esferas de governo no nosso país, avaliando a percepção pelos atingidos dos impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos causados na construção da barragem de Sobradinho-BA; e apresentamos, de forma participativa um instrumento que inspirasse na concepção dessas famílias atingidas; a implantação de políticas inovadoras de desenvolvimento sustentável nessas áreas rurais.

Pelo motivo da pandemia do coronavírus, que atingiu todo o planeta no período de 2020 a 2022, algumas dessas entrevistas foram virtuais e outras presenciais, conforme pode ser visto na figura abaixo:

**Figura 15:** Atores Sociais da segunda fase da pesquisa

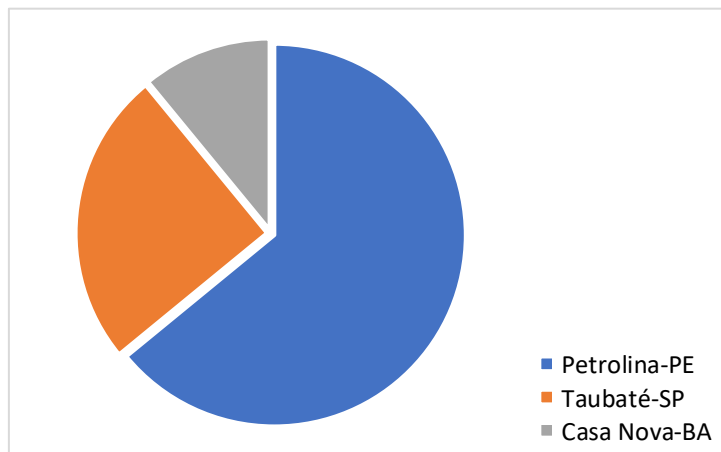


Fotos: Neves (2022)

A seguir serão apresentadas a caracterização do perfil dos respondentes virtuais que ocorreram através da plataforma Google Meet com duração entre uma hora e trinta minutos e duas horas, com os representantes de mais de 08 famílias

que habitavam a cidade e vivem atualmente no município de Petrolina-PE, Casa Nova, na sede e no interior (zona rural) do município, na cidade de Taubaté-SP.

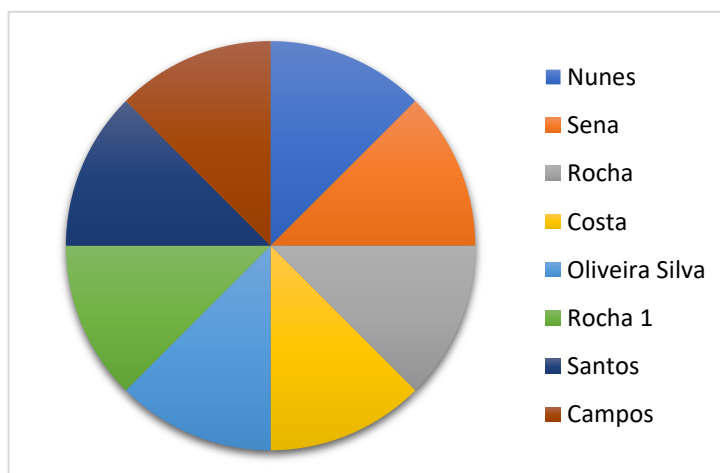
**Gráfico 18 - Faixa etária dos Entrevistados na Fase 2**



Fonte: elaboração do autor

No Gráfico 18 foi exposta a faixa etária atual dos atingidos que contribuíram com a fase 2 da pesquisa, fica, entre 30 e mais de 60 anos.

**Gráfico 19 – Família Representada na Fase 2**

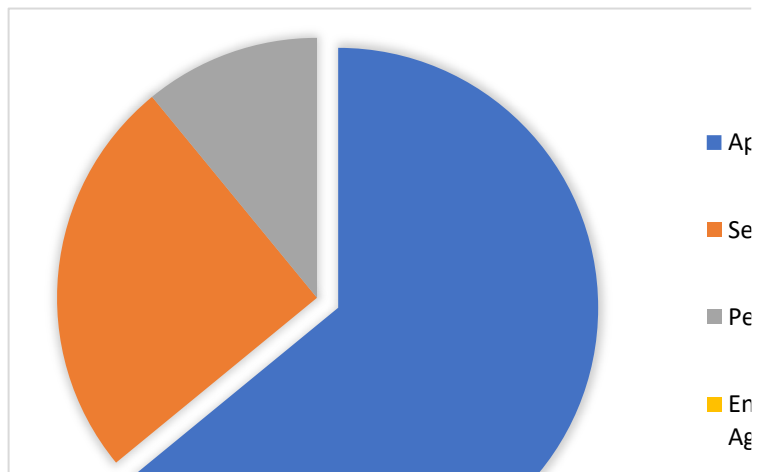


Fonte: elaboração do autor

No Gráfico 19 todas as famílias da fase 2 da pesquisa, demonstra que a maioria participou do acontecimento da barragem de Sobradinho, quando a cidade foi inundada em 1976.

Como pode ser visto no Gráfico 20, a maioria do entrevistados já se encontram aposentados.

**Gráfico 20 – Profissão do Atores Sociais na Fase 2**



Fonte: elaboração do autor

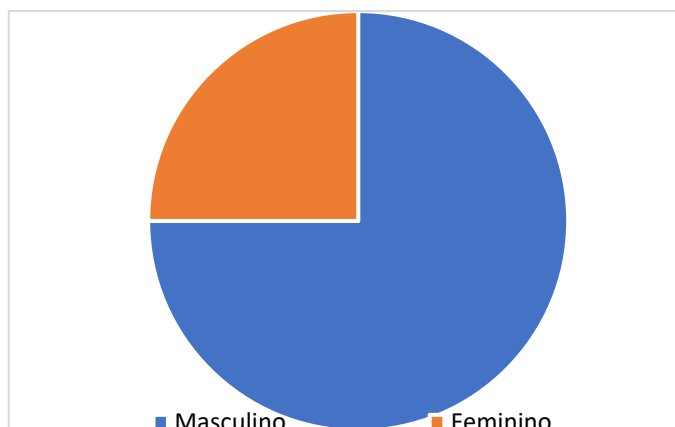
No tocante ao grau de parentesco, os entrevistados tiveram pai, mãe e tios atingidos pelas águas da barragem de Sobradinho.

**Gráfico 21 – Parentesco na Fase 2**



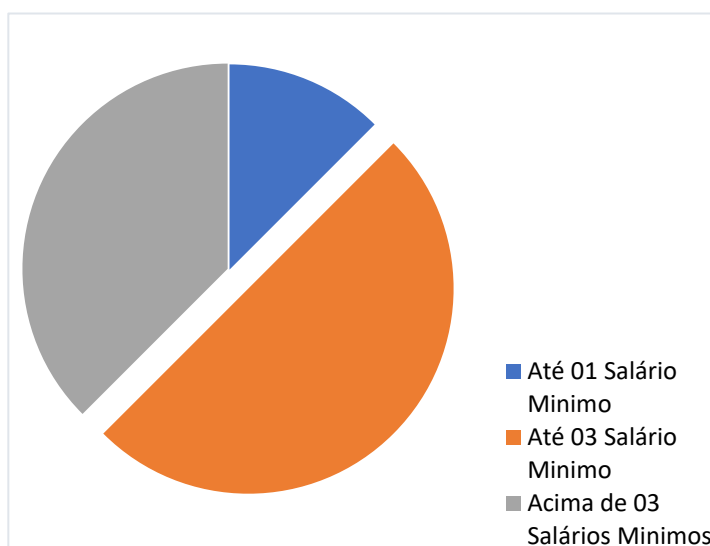
Fonte: elaboração do autor

O Gráfico 22 trouxe os elementos exibindo que, a maioria dos representantes das famílias atingidas sendo do gênero masculino.

**Gráfico 22 – Gênero dos Atingidos na Fase 2**

Fonte: elaboração do autor

No Gráfico 23, a renda atual dos membros das famílias atingidas, manteve o indicador da fase 1, ou seja, a maioria dos entrevistados possuem uma renda maior que 3 salários-mínimos.

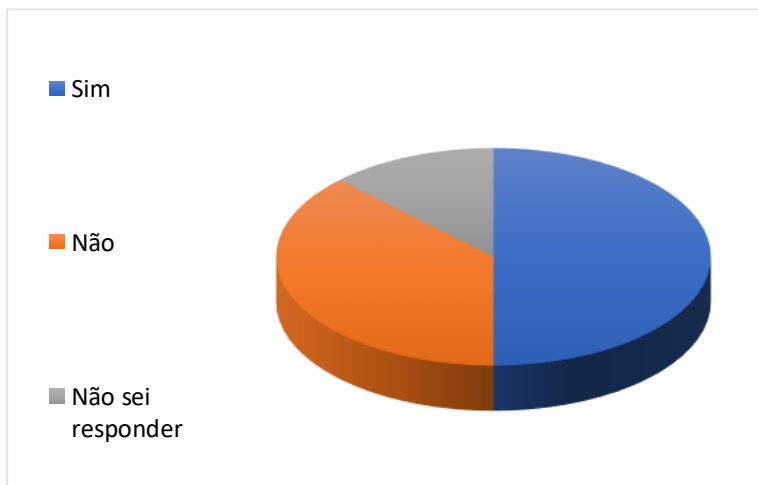
**Gráfico 23 – Renda Atual do Entrevistado na Fase**

Fonte: elaboração do autor

Esse indicador é diferente da fase 1, no qual, a maioria dos descendentes entenderam que houve perdas econômicas para suas famílias.



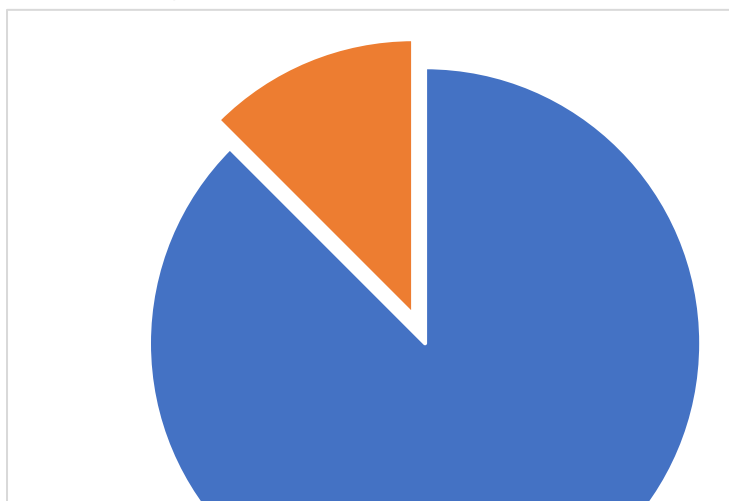
**Gráfico 24** – Necessidade da Construção da Obra da Barragem de Sobradinho



Fonte: elaboração do autor

O Gráfico 24 traz um indicador distinto da fase 1 da pesquisa, já que, na fase de entrevistas (fase 2), os participantes entendem, a necessidade da construção da barragem de Sobradinho-BA.

**Gráfico 25** – Retorno para as Famílias atingidas pela Construção da Obra da Barragem de Sobradinho na Fase 2



Fonte: elaboração do autor

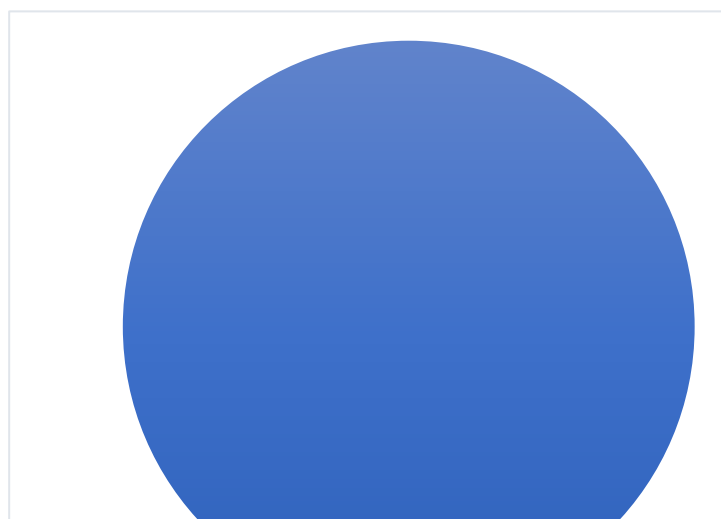
No Gráfico 25 a família entrevistada da Comunidade de Riacho Grande acredita que sim, pois, a comunidade foi beneficiada com as águas do Rio São Francisco, já que, seus moradores, anteriormente viviam em uma área de sequeiro e

hoje se encontram nas margens do largo. no, houve o ganho das águas para agricultura familiar e fundo de pasto<sup>28</sup> para suas criações.

No tocante à avaliação da percepção dos impactos sociais, econômicos, ambiental, cultural e políticos para esses atores, com o propósito de elaboração de um instrumento com a participação social e todos os entrevistados da fase 2 concordam que a construção da barragem de Sobradinho trouxe impactos ambientais, sociais e culturais para seus familiares atingidos.

Os Gráficos 26 e 27 apresentam unanimidade dos atores sociais acerca dos impactos causados aos moradores e da ausência de atuação política.

**Gráfico 26** – Impactos na Construção da Barragem de Sobradinho na Fase 2



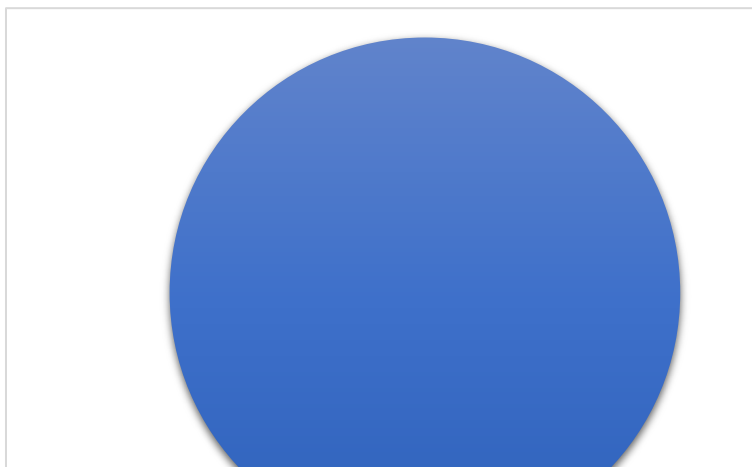
*Fonte: elaboração do autor*

Os entrevistados de Riacho Grande, apresentaram indicadores discrepantes dos demais entrevistados, ou seja, lutaram e permaneceram nas suas terras na beira do Lago de Sobradinho-BA, decidiu-se por essa comunidade, para realizar mais entrevistas, observação local e roda de conversa.

---

<sup>28</sup> Fundo de Pasto é definido para (GERMANI, 2009, p. 353) como uma questão agrária que tentar buscar a complexidade deste contexto e a maneira como os diferentes grupos sociais se insere nele e nos remete, para uma questão territorial. Ou melhor, vai ser a questão territorial que perpassa e articula a questão agrária com os grupos sociais em sua luta para “entrar” ou “permanecer” na terra, ou melhor, para garantir a conquista ou manutenção dos seus espaços de vida.

**Gráfico 27** – Falta de atuação política em benefício das Famílias atingidas



Fonte: elaboração do autor

Finalizando, os indicadores com os entrevistados da fase 2, todos os atores sociais, ou seja, da delimitação da cidade de Casa Nova-BA, concordam que, houve perda de identidade de seus descendentes, conforme demonstrado nos Gráficos 28.

**Gráfico 28** – Perda da Identidade dos Descendentes das Famílias Atingidas com os acontecimentos



Fonte: elaboração do autor

Após, análise das entrevistas e contextualização com a teoria pesquisada, ficou demonstrado que os indicadores que mais sofreram impactos foram da perda

de identidade e pertencimento, retorno para famílias, impactos ambientais e culturais, e falta de atuação política para defender as famílias atingidas.

Desta maneira, analisou-se, as entrevistas e, realizou-se uma contextualização com a teoria pesquisada, ficando demonstrado que os indicadores que mais sofreram impactos, foram da perda de identidade e pertencimento, retorno para famílias, impactos ambientais e culturais, e falta de atuação política para defender as famílias atingidas.

Assim, na comunidade rural tradicional de fundo de pasto<sup>29</sup> denominada Riacho Grande, no município de Casa Nova, foi possível realizar com os participantes uma imersão social, histórica, ambiental, econômica, cultural e política com as famílias atingidas pela barragem Sobradinho-BA, tendo como parâmetro a Tabela 01: Planejamento das Ações, que teve seu balizamento nos documentários oficiais denominados: Região de Sobradinho (BA), antes da construção da barragem - Documento histórico e Serra do Ramalho: Assentamento de colonos de Sobradinho pelo INCRA – 1976, ou seja, o planejamento estatal apresentado pelo governo da época (Gestão) e a execução da obra da barragem de Sobradinho-BA (gerência). Considerando as entrevistas e observação realizada na segunda fase da pesquisa, avaliamos a percepção dos atingidos sobre os impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos causados pela construção desta obra, conforme, pode-se ser visto, na figura 16.

---

<sup>29</sup> Angelina Garcez (1987, p. 21), define Fundo de Pasto as propriedades coletivas ocupadas, de modo geral, por uma comunidade de origem familiar comum, onde se realiza, como atividade predominante, um pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, uma precária agricultura de subsistência, representada, principalmente, pelos cultivos do milho, do feijão e da mandioca. (...) um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SANTOS, 1990, p. 122). Na Bahia, os pontos de expansão foram o Oeste Baiano com a entrada da soja e o Vale do São Francisco, no Baixo e Médio curso do Rio São Francisco, com a entrada da fruticultura e canaviais irrigados. São pontos específicos onde as condições naturais que outrora se apresentavam como inaptas para o desenvolvimento da agricultura, agora, com o avanço da tecnologia, somado ao desejo político, se constituem enquanto espaço de desejo da ação do capital, materializada nas agroindústrias que ali se estabelecem com uma produção voltada para o mercado externo. A construção das rodovias abre caminho para a valorização e o estabelecimento do conflito em toda sua extensão. As terras de uso comum passaram a ser ameaçadas pela valorização que ocorreu no lugar. Começa assim a luta pela resistência na terra e pelo direito de se reproduzir enquanto camponês. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan./abr. 2010.

**Figura 16** - Roda de Conversa na Comunidade de Riacho Grande



Fotos: Neves (2022)

obs.: imagens da oficina ocorrida na Comunidade de Riacho Grande

#### 4.3. RESULTADOS ENCONTRADOS, APÓS OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Do ponto de vista empírico-tecnológico, partiu da análise dos impactos causados pela barragem de Sobradinho, em Casa Nova-BA, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) para a construção da Barragem de Sobradinho – BA, com a utilização da pesquisa documental com acesso a jornais, fotos, filmes e vários documentários, etc. que relataram os acontecimentos, na época, a fim de serem analisados e realizados os cruzamentos das informações na fase de campo para com aspectos dos atingidos, privilegiando as seguintes conjecturas: (a) planejamento, como instrumento destacado da gestão, caracterizado pela multidimensionalidade; (b) da participação ativa dos cidadãos, que é fundamental para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável; (c) um instrumento co-construído e flexível, para que possa se ajustar aos variados tipos de organizações e redes de interorganizações sociais e produtivas; (d) que este instrumento de PEp deva priorizar a perspectiva dos beneficiários das ações públicas dirigidas ao alcance do bem-estar coletivo.

##### 4.3.1 – SUGESTÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DESTACADO DE GESTÃO INCLUSIVA

Nesta fase, foram analisados todo o planejamento e a divulgação da obra pelo governo da época, com as perspectivas de como foi realizado esse deslocamento pelas famílias atingidas, representando a compreensão do conceito

de temporalidade, na Administração Política, como um dos princípios e leis gerais que fundamentam a ciência administrativa, destacando uma reflexão teórico-metodológica de “continuidade administrativa”; que, aqui, se classifica como a compreensão sócio histórica dos atos e fatos administrativos e/ou dos saberes e práticas administrativas. Assim, na Economia Política deve-se responder, cientificamente, às questões: ‘O que, por que e para que fazer (produzir)’. À Administração Política cabe dar sequência, às perguntas levantadas pela Economia, respondendo às seguintes questões: ‘como realizar, como organizar, como executar esse modelo de materialidade social, concebido/idealizado no campo da Economia Política.

Considerando que o Quadro 01: Planejamento das Ações foi baseada nos documentários oficiais mencionados, partimos para avaliar o planejamento governamental apresentado na época (Gestão). Verificamos o objeto planejado x objeto realizado, que significa como foi realizado e objetivo a ser alcançado, após sua execução (gerência) na perspectiva dos atingidos.

Ademais, ao focar em um instrumento de inclusão das famílias dos agricultores atingidos pela barragem de Sobradinho-BA, poderão serem implantadas futuramente políticas inovadoras de desenvolvimento sustentável em áreas rurais e na atualidade e estamos contribuindo com a função da Universidade, já que, enquanto representante do corpo administrativo, buscando a produção de novos saberes e conhecimentos, além de fortalecer o papel social da Universidade no Semiárido, no Vale do São Francisco e na vida das famílias participantes, como visto no Quadro 02:

**Quadro 02 – Planejamento x Execução**

<b>Planejado – Gestão</b>	<b>Administração Política</b>			<b>Executado – Gerência</b>
<b>Objeto 1</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Construção da Barragem de Sobradinho	Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso	Elevar o nível de vida no Nordeste	Campos	<p>“Por mais que a gente acreditasse na barragem, a gente não tava preparado pra o impacto, o impacto emocional foi muito grande.</p> <p>Eles tratavam era a parte técnica, eles não tinham ligação, eles não tinham ligação com a terra, eu não digo nem com o povo, eu digo é com a terra. Tratavam de maneira fria, sabe? Ironizavam quando a gente falava de sentimento.</p> <p>Na época, eu estudava em Recife, eu quase morro no dia da mudança da cidade pra cá, que trouxeram as</p>

				<i>imagens, que foram implodir a igreja, eu pensei que eu fosse morrer de saudade”.</i>
<b>Objeto 2</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<i>Maior lago artificial da América Latina</i>	<i>Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco</i>	<i>Beneficiar região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.</i>	<i>Campos</i>	<i>“A gente sabe que a obra concluída não foi para beneficiar ribeirinho nenhum, desde o início a gente sabia que a barragem era para produção de energia, quem disse que era pra beneficiar ribeirinho, nunca foi, foi pra produção de energia”.</i>
<b>Objeto 3</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<i>Deslocamento das famílias</i>	<i>Remoção para cidades pré-construídas</i>	<i>Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos</i>	<i>Campos</i>	<i>“Nos mudaram pra cá com a cidade que não tinha calçamento, que não tinha esgoto, que não tinha nada. Então, vamos aqui, o respeito, e dá o tratamento justo. Nós não queríamos nada a mais, nada a mais, nem a menos do que a gente merecia”.</i>
<b>Objeto 4</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<i>Novos Tempos</i>	<i>A voz do progresso desperta no barranqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades</i>	<i>Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.</i>	<i>Campos</i>	<i>“Até dos maruins, você acredita que a gente sentiu falta até dos maruins, que eram os mosquitinhos que ficam picando a gente, a gente lembrava assim, do surubim seco que a gente comia na beira do rio com a farinha azeda, abóbora e batata, gente isso acabou não existe mais, não tem mais surubim, não tem mais vazante, pra gente acompanhar vazante, pra plantar, o bom era plantar na vazante Tinha gente que bebeu veneno para não se mudar e morreu. Casa Nova é uma cidade sem memória”.</i>
<b>Objeto 1</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<i>Construção da Barragem de Sobradinho</i>	<i>Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso</i>	<i>Elevar o nível de vida no Nordeste.</i>	<i>Costa</i>	<i>“Quando eu saí de Casa Nova, na verdade, fomos desapropriados entre aspas, porque para mim foi uma expulsão, porque quando você sai de uma região de origem, onde você nasceu e tem o seu convívio com todos os familiares e toda aquela comunidade ali, circunvizinha, os ribeirinhos né? Que você vem de surpresa, com uma novidade dessa, na época do governo militar, foi na época do Médici, que foi o governo da época, que iniciou a construção da barragem em 1973 e ela foi finalizada em 1979”.</i>
<b>Objeto 2</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>

<p>Maior lago artificial da América Latina</p>	<p>Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco</p>	<p>Beneficiar região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.</p>	<p>Costa</p>	<p>“A barragem não trouxe nenhum benefício para o povo, a não ser para o povo aqui de baixo, depois que a barragem foi construída, que trouxe água aqui para Petrolina, para os projetos novos. Essas terras deveriam ser para esse pessoal, (Sento Sé, Pilão Arcado, Casa Nova) não para forasteiro que chega de fora. Você sabe que pobre nesse país não tem vez na mão desse pessoal. Perdeu o laço familiar, porque as famílias “moravam tudo ali junto” e se espalharam. Depois que a gente veio embora pra aqui eu passei 10 anos para ver os meus avós”.</p>
<p><b>Objeto 3</b></p>	<p><b>Como</b></p>	<p><b>Objetivo</b></p>	<p><b>Família</b></p>	<p><b>Perspectiva do Atingido</b></p>
<p>Deslocamento das famílias</p>	<p>Remoção para cidades pré-construídas</p>	<p>Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos</p>	<p>Costa</p>	<p>“A CHESF construiu duas vilas só para eles, lá em Sobradinho, foi a Santana e a São Francisco, só casas boas e a pobreza colocou lá pra São Joaquim. As melhores terras não foram para os pequenos, porque aquelas terras ali eram para ter dado para os ribeirinhos de Santana. O que era para eles terem feito? Um projeto, Santana vai sair daqui e vai para aqui (agora a sua casa vai ser aqui e a suas terras de novo) era para ser feito dessa forma, não da forma que eles fizeram, “vocês estão expulsos daqui”.</p>
<p><b>Objeto 4</b></p>	<p><b>Como</b></p>	<p><b>Objetivo</b></p>	<p><b>Família</b></p>	<p><b>Perspectiva do Atingido</b></p>
<p>Novos Tempos</p>	<p>A voz do progresso desperta no barranqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades</p>	<p>Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.</p>	<p>Costa</p>	<p>“Eu acho que foi esse Regime militar, “né? Então ninguém podia falar nada, então era isso, eles chegaram de supetão nas casas, esse foi o problema, eles chegaram dizendo que as pessoas tinham que sair. Que iriam construir uma barragem, que ia ser para a geração de energia, entendeu? Para trazer o progresso do país, que progresso? Progresso destruindo o meio Ambiente? O Ibama, que era o órgão regulamentador, era o primeiro a andar junto. O Ibama tem que participar por causa das questões do meio ambiente da barragem para nós, ribeirinhos. O pessoal daquela época, não teve, não trouxe nada de vantagem, a não ser para a nova geração que chegou. Faltou os movimentos sociais agirem mais, certo? A Igreja, os sindicatos, etc.”.</p>
<p><b>Objeto 1</b></p>	<p><b>Como</b></p>	<p><b>Objetivo</b></p>	<p><b>Família</b></p>	<p><b>Perspectiva do Atingido</b></p>
<p>Construção da Barragem de Sobradinho</p>	<p>Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso</p>	<p>Elevar o nível de vida no Nordeste.</p>	<p>Nunes</p>	<p>“Prometeram muita coisa pra eles, então assim uma parte da antiga cidade foi “simbora” e a outra parte teve que se adaptar e veio uma mudança, né? Sondar de fato, estar com a comunidade antes fazer o projeto, fazer com a comunidade o projeto, então é uma coisa bem interessante também que tem que ser repensada nos poderes aí, quando se diz assim: vamos levar algo pra comunidade, o que é que eles querem, então tem que partir deles, né”</p>



<b>Objeto 2</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Maior lago artificial da América Latina	Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco	Beneficiar região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.	Nunes	"Muitas pessoas foram para as agrovilas né?! Bom Jesus da Lapa, teve gente que quando chegou lá não tinha mais nem condição de voltar, as promessas que tinham era que iam receber nesses locais, terras, energia".
<b>Objeto 3</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Deslocamento das famílias	Remoção para cidades pré-construídas	Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos	Nunes	"Onde eles demarcaram as melhores terras de Casa Nova e teve essa questão dos agricultores que trouxeram a cultura da cebola para o município, então todas as terras aqui de Casa Nova eram terras que cultivavam cebola, a nossa cultura principal aqui era a cebola. A barragem influenciou muito nisso, lá, diretamente ela fez isso mesmo, prejudicou, prejudicou nesse sentido (perda da identidade). Agora tiveram que readaptar novamente a fruticultura irrigada".
<b>Objeto 4</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Novos Tempos	A voz do progresso desperta no barranqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades	Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.	Nunes	"Como o lago, ele se expandiu muito, terras que eram muito férteis, boas de se trabalhar que não tinham água antes, que não eram cultivadas, foram, com a dimensão do lago elas passaram a serem áreas agricultáveis e isso abriu o olhar de pessoas de outros municípios, onde aconteceu de fato isso, onde eles foram chegando, foram se apropriando, teve a parte política também, do coronelismo, que ele também tinha muita visão de área de terra. Falta gestão, falta quem saiba fazer, o agricultor tá lá, ele sabe trabalhar, colocar a mão na massa, mas a gestão em si é a parte importante do trabalho, do projeto, porque se não chega e fica".
<b>Objeto 1</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Construção da Barragem de Sobradinho	Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso	Elevar o nível de vida no Nordeste.	Oliveira Silva	"A minha comunidade foi a que sofreu duas vezes, que foi com a vinda da empresa Camaragibe que se instalou aqui na região com a promessa de produzir álcool a partir da produção de mandioca e chegou já em 80 e começou a requerer todas as terras aqui da região, pois eram devolutas. Muitas comunidades inclusive não existem mais, aquelas comunidades que eram da beira do rio, muitas desapareceram, ficaram debaixo d'água, tinha Caiçara, tinha a Fazenda de Cima, tinha o povo dos Pau Branco que também deixou de existir, tinha o Ourucé que também deixou de existir,

<b>Objeto 2</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Maior lago artificial da América Latina	Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco	Beneficiar região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.	Oliveira Silva	não existe mais, então essas comunidades deixaram de existir”. “De início, sinceramente, não houve progresso para os ribeirinhos, de início, nós não tivemos nenhum benefício. Para você ter uma ideia, eu digo que a CHESF tem uma “dívida social” muito grande, essa luz aqui da minha casa, não é luz elétrica não, nós, 42 anos depois da barragem de sobradinho, nós fomos realocados com a intenção de produzir energia, mas até hoje não temos energia elétrica aqui na comunidade, é luz solar”.
<b>Objeto 3</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Deslocamento das famílias	Remoção para cidades pré-construídas	Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos	Oliveira Silva	“A gente diz aqui que quem vivia na beira do rio era rico, porque tinham tudo, no nosso caso aqui, as nossas terras aqui não davam nada, davam mal melancia, então pra eles, foi muito pior, certo? Porque pra eles, como a gente dizia aqui eles eram barriga cheia, eu digo isso porque meus pais falavam isso, as pessoas mais velhas diziam isso, que quem morava na beira do rio vivia de barriga cheia, porque tinha o peixe, tinha a farinha, tinha a mandioca, tinha tudo, tinha abóbora. E aqui, essa grande maioria vivia de caçar mel, de caçar peba, tatu, inclusive os tatus daqui tudo acabaram, porque aqui não tem”.
<b>Objeto 4</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Novos Tempos	A voz do progresso desperta no barranqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades	Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.	Oliveira Silva	“Nós não tivemos o direito de opinar, só foi chegado e foi implantado, olhe: vai chegar a água e vocês tem que ir, senão, vocês morrem afogado e acabou, então com certeza. Eles têm razão (pensamento coletivo de expulsão da terra). Temos relatos de pessoas aqui da região que morreram de depressão, na época não se falava em depressão, se falava em tristeza, teve gente que só saiu quando a água estava batendo no batente da porta”.
Construção da Barragem de Sobradinho	Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso	Elevar o nível de vida no Nordeste.	Rocha 1	“Pai, mãe, irmãos e todos os resto dos parentes, né? Porque, avós eu não tinha mais, mas pai e mãe e irmãos, todos os meus parentes que moravam nessa comunidade e também pessoas que moravam em outras localidades que também são membros de minha família. Essa comunidade era afastada do rio, nós chamamos de caatinga, a gente morava lá no interior, num lugar muito seco, não é? Que só tínhamos água de poço, escavado e também às vezes recebíamos água de carro pipa, porque na localidade não havia água. Era tudo familiar, moravam mais ou menos 100 e tantas pessoas. Já era

<b>Objeto 2</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<p>casada e já tinha 5 filhos”.</p> <p>Maior lago artificial da América Latina</p>	<p>Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco</p>	<p>Beneficiar região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.</p>	<p>Rocha 1</p>	<p>“O pessoal da CHESF chegou, com alguns Técnicos, Engenheiros, Agrimensores, esse povo todo e aí, primeiro, em primeiro lugar eles entraram em contato com as autoridades do município para anunciar a vinda da barragem e aí depois fizeram algumas reuniões com as pessoas que eles já sabiam que iriam ser atingidas, como no caso nós, então eles iam nas comunidades, faziam reuniões e explicavam o que ia acontecer, só que como toda obra que vem do governo, traz, apresentam muitas vantagens que não são verdadeiras, eles fizeram isso, era como se nós estivéssemos no inferno e fosse chegar ao céu. (risos) Muitas vantagens, né? E aí apesar de o povo não concordar porque, quem está morando no seu curralzinho não quer de jeito nenhum sair dali, então muita gente protestava, inclusive os mais idosos, não é? Que já tinha a sua vida ali. Mas não teve jeito, teve que acontecer”.</p>
<b>Objeto 3</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<p>Deslocamento das famílias</p>	<p>Remoção para cidades pré-construídas</p>	<p>Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos</p>	<p>Rocha 1</p>	<p>“Quando as águas subiram e atingiram as propriedades, antes um pouquinho, eles já haviam avisado a data que isso acontecia e providenciaram alguns meios de transporte para as pessoas saírem e apontaram a nova localidade para onde nós íamos, então indenizaram algumas propriedadezinhas que as pessoas tinham, inclusive as casas, residências, alguns optaram por receber em dinheiro, outros preferem que eles dessem a casinha pronta na nova localidade, e aí que foram o caso dos meus pais, e aí eles fizeram essas casinhas e a outras pessoas pagaram a indenização que foi irrisória, não dava de jeito nenhum pra pessoa se situar na nova localidade, mas aí como não tinha outro jeito, o povo aceitou e a gente teve que se mudar”.</p>
<b>Objeto 4</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<p>Novos Tempos</p>	<p>A voz do progresso desperta no barraqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades</p>	<p>Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.</p>	<p>Rocha 1</p>	<p>“Ao chegarmos aqui, nos deparamos com muita dificuldade, porque a cidade ainda não tinha sido, as melhorias que deviam ser feitas aqui pra nos receber, ainda estavam iniciadas pela CHESF, e aí a gente veio pra queles lugares cheios de lama, cheio de muita sujeira etc. E aí fomos lutar pra podermos nos situar melhor, foi muito difícil, muito difícil e doloroso, porque além da mudança, da saudade, tudo que nós tínhamos lá que foi destruído, ao chegarmos aqui fomos jogados como se fosse praticamente uns bichinhos, eles só fizeram as repartições públicas, como as escolas, já estavam prontas, a igreja, o fórum, essas entidades já estavam prontos, mas em termo de residência tudo foi o povo que veio de</p>

<b>Objeto 1</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Construção da Barragem de Sobradinho	Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso	Elevar o nível de vida no Nordeste.	Rocha 2	“Minha família toda, tanto da parte de meu pai quanto da parte de minha mãe foi atingida pela barragem de Sobradinho. Não era nascido. Sempre participei dos movimentos de associações fundo de pasto em Casa Nova e em toda Bahia. O pai era da comunidade Riacho Grande. Faço parte da diretoria da Cooperativa de Caprinos e Ovinos. Implementei as hortas orgânicas na comunidade de Areia Grande, com o outro aluno do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IF Zona Rural, inicialmente com 08 famílias que hoje é a maior de renda dessas famílias atualmente. Constituiu uma cooperativa da agricultura familiar - COAF que está com convênio assinado com o governo do estado da Bahia para a construção do abatedouro e a feira de animais”.
<b>Objeto 2</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Maior lago artificial da América Latina	Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco	Beneficiar região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.	Rocha 2	“Outra coisa é que na época eles diziam que iam trazer o desenvolvimento, o progresso ia trazer energia que era pra gerar energia pro povo, que vivia sem energia e nós até hoje estamos sem energia, a comunidade de Riacho Grande, não tem energia, Melancia não tem energia. Uma outra questão é água, meu pai sempre conta que lá onde eles moravam tinha água em abundância, quando o rio baixava muito, em qualquer lugar que eles cavavam no meio do Rio, do riacho, dava mineração e água boa. Hoje o rio enche naqueles riachos você vai cavar a água é salgada, é o sal vivo, então o pessoal vivia do extrativismo, naquela época, fabricava sal, fazia esteira vassoura, acabou tudo, o rio matou tudo isso aí. Naquela época o pessoal ficou sem estrutura, e aí chegaram os fazendeiros e tomaram conta de tudo né, das margens do rio, cercaram tudo e hoje tem pessoas que moram lá e não conseguem ter acesso a água, porque cercaram tudo e o povo não consegue chegar na beira do rio, a pesca é difícil naquela região pois o latifúndio chegou”.
<b>Objeto 3</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Deslocamento das famílias	Remoção para cidades pré-construídas	Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos	Rocha 2	“A comunidade de Poço foi extinta e foi realocada Eles ganharam assim, o mínimo do mínimo, tiveram uma indenizaçãozinha muito mixuruca, na época meu pai conta que eles disseram assim que era pra ir pra Serra do Ramalho, todas as famílias eram pra ir pra Serra do Ramalho que lá eles iam dá toda a estrutura e indenização sobre o realojamento, minha família decidiu não ir e sim pediram um afastamento e queriam ficar ali mesmo próximo de onde moravam, aí eles disseram que não davam nada, aí eles ficaram, mas mesmo assim, eles receberam uma

				quantidade mínima de arame, essas coisas assim, não foi dinheiro e nem terra na beira do rio”.
<b>Objeto 4</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Novos Tempos	A voz do progresso desperta no barranqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades	Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.	Rocha 2	“Mudança social e ambiental, perdeu a cultura da cidade, com a chegada da barragem (perda da identidade), dos relatos que a gente vem ouvindo do pessoal, naquele período o pessoal tinha uma cultura totalmente diferente e hoje mudou. Era necessário a construção da barragem, mas da forma que aconteceu para tirar o povo das terras, sem preparo social e falta de respeito com a cultura das pessoas que já estavam habitadas com seus costumes. Alguns foram para Serra do Ramalho e voltou de carona, pois não tinham com pagar seu retorno”.
<b>Objeto 1</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Construção da Barragem de Sobradinho	Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso	Elevar o nível de vida no nordeste.	Santos	“Eu saí de Casa Nova, eu tinha 12 a 13 anos. A gente que foi a base de Sobradinho, começou, teve uma certa resistência dos políticos locais para a gente fazer a mudança da cidade velha pra essa cidade nova, e aí a barragem uma das formas que ela encontrou para pressionar foi fechando as comportas né? Entrar naqueles ônibus, aqueles ônibus eram lacrados, para que as pessoas não pulassem, era só a porta quebrada, isso me chamou muita atenção e quando eu assisti aquele filme “A lista de Schindler” me chamou muita atenção a semelhança, mas minha família realmente veio muito cedo para aqui para a Casa Nova, tanto que eu estudei aqui apenas a sétima, oitava série no meu precoce”.
<b>Objeto 2</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Maior lago artificial da América Latina	Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco	Beneficiar região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.	Santos	“A parte ambiental foi a mais afetada, essa parte ambiental, na época não se tinha essa cultura né, essa visão do ambiente, a gente vê aí, se de um certo tempo para cá, há 50, anos atrás, 40 anos atrás e não tinha essa noção do que seria né? É mas é mais ou menos isso eu acho. Ao chegarmos aqui, nos deparamos com muita dificuldade, porque a cidade ainda não tinha sido, as melhorias que deviam ser feitas aqui pra nos receber, ainda estavam iniciadas pela CHESF, e aí a gente veio pra queles lugares cheios de lama, cheio de muita sujeira etc. E aí fomos lutar pra podermos nos situar melhor, foi muito difícil, muito difícil e doloroso, porque além da mudança, da saudade, tudo que nós tínhamos lá que foi destruído, ao chegarmos aqui fomos jogados como se fosse praticamente uns bichinhos, eles só fizeram as repartições públicas, como as escolas, já estavam prontas, a igreja, o fórum, essas entidades já estavam prontas, mas em termo de residência tudo foi o povo que veio de lá, os que receberam as casinhas pronta, receberam a

<b>Objeto 3</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Deslocamento das famílias	Remoção para cidades pré-construídas	Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos	Santos	casinha, entraram mas não tinha nada de melhoria na cidade”, “Santana do Sobrado, teve que vir imediatamente, porque mal fecharam as comportas, já ficou submersa, então ela teve que ser uma das primeiras a ser mudanças com rapidez e sem nenhuma estrutura também, então isso foi pra gente foi uma maneira assim horrível, o próprio comerciante daqui da velha cidade, quando o grupo daqui, não tinha estrutura de comércio, você não tinha nada, você não tinha rua, você não tinha, não tinha nada não tinha banco não tinha nenhuma estrutura nada, nada nada, tinha um esqueleto de uma cidade que estava sendo construída era a única coisa que você tinha”.
<b>Objeto 4</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Novos Tempos	A voz do progresso desperta no barranqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades	Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.	Santos	“Na verdade, essa obra foi feita pelo governo federal, na época também a gente também tava passando pelo aquele período de militarismo e com o progresso para o para o país, que seria mais uma Hidroelétrica, só que o que eu achei é que que foi feito não foi conduzido da maneira mais correta possível tipo, é qual era o progresso? “.
<b>Objeto 1</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Construção da Barragem de Sobradinho	Remoção dos habitantes de povoados decadentes para agrovilas dinamizadas pelo progresso	Elevar o nível de vida no Nordeste.	Sena	“Essa grande maioria foram iludidas a irem lá, pra essas agrovilas, no caso pra Serra do Ramalho e o que a gente sabe, depois, dos que voltaram, porque voltaram muitas pessoas. Muitas pessoas voltaram porque chegaram e viram que lá era pior do que aqui, disse que lá era muito distante do rio, não tinha água, a terra era toda de sequeiro, porque eram acostumados a viver dentro do rio São Francisco, foram levados para uma área de sequeiro, sem nenhuma estrutura. Sem condições pra plantar. Depois que veio, eles também não tiveram condições de produzir pelo alto custo que era”.
<b>Objeto 2</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
Maior lago artificial da América Latina	Alimentar com suas águas as usinas da CHESF no Rio do São Francisco	Beneficiar região, pois o velho dará lugar ao novo. A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos	Sena	“Economicamente para poucos foi excelente. Eram os grandes comerciantes, eram latifundiários dali. Para esses foi ótimo, mas para a maioria foi um desastre, foi assim”,

		<i>tempos.</i>		
<b>Objeto 3</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<i>Deslocamento das famílias</i>	<i>Remoção para cidades pré-construídas</i>	<i>Infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida nunca suspeitada pelos antigos povoados e vilarejos</i>	<i>Sena</i>	<i>“Antes da construção devia ter tido um entendimento com a sociedade com o povo ribeirinha, com o povo da terra, com o povo local, com o povo das cidades”.</i>
<b>Objeto 4</b>	<b>Como</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Família</b>	<b>Perspectiva do Atingido</b>
<i>Novos Tempos</i>	<i>A voz do progresso desperta no barranqueiro do São Francisco novas tarefas e responsabilidades</i>	<i>Sertanejo ingresso numa nova era de integração econômica e social que todos aspiram.</i>	<i>Sena</i>	<i>“Nós fomos expulsos da nossa terra, nós fomos escorraçados de lá, nós fomos jogados de lá para fora, nós viemos para cá obrigados, estamos morando aqui pois fomos obrigados a vir para cá. O que aconteceu, assim, pelo histórico os grandes agricultores do sul, do Sudeste, das capitais, do sul da Bahia, de Recife, de Alagoas, da Paraíba acamparam nesses projetos de irrigação. Se os grandes projetos fossem do pessoal da terra, eu batia palma, mas não é! E dos grandes latifundiários, é dos grandes investidores, é de quem tinha dinheiro, pois o pobre não conseguia fazer. Então eles foram comprando (dando migalhas”.</i>

Fonte: Elaboração do autor

Esses acontecimentos, foram durante o regime militar e toda essa população passou por um enigma social com a construção desse lago, que cobriu sua cidade original e os municípios de Pilão Arcado, Remanso e Sento-Sé, deixando mais de 76 mil pessoas desabrigadas nas quatro cidades atingidas, conforme relatos de seus moradores. Vejamos o depoimento do entrevistado da família Sena acerca da construção da barragem de Sobradinho.

*“[...] As cidades foram invadidas por carros da Gurgel, ainda hoje me lembro e da Toyota. Gente estranha para lá e para cá, gente que a gente não conhecia e nem sabia quem era. Bagunçavam as cidades e faziam o que bem entendiam e diziam o que entendiam. Foi uma invasão de privacidade, porque o povo não estava acostumado com aquilo. Gente de fora, gente diferente, cultura diferente. Pessoas que chegavam e achavam que eram donos da cidade e se achavam os “Bambam”, os melhores da vida e falavam que “nossos somos da CHESF”. Eu ouvi muito: você sabe com quem você tá falando? Eu trabalho na CHESF, e o povo e daí? O que é CHESF? O povo nem sabia quem era essa CHESF, confundiam com chefe e falavam: você é chefe de quem meu amigo? Não sei nem quem é você, imagine quem é seu chefe. Não, eu trabalho na CHESF, que vai construir a barragem de Sobradinho, que barragem é essa? Vai construir nada, você tá falando besteira. Os camaradas espalhando o “terror” na cidade e o povo*

*não estava preparado para isso, foi uma invasão, “terrorismo puro”. (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA SENA, 2022, s.p.).*

Ainda, no relato desse entrevistado, que difere do entendimento dos demais na segunda fase da pesquisa, a construção da barragem não tinha razão para ser construída naquele momento, ou seja, foi um modo de planejamento que agiu, simplesmente, de cima para baixo, sem interpretar e valorizar a sociedade e seus reflexos, utilizando-se apenas dos olhos técnicos da execução para gastar os recursos públicos na construção de uma grande obra.

*“[...] Aqui em Casa Nova, nessa cidade a gente tinha mais progresso do que a outra, isso é óbvio, a gente cresceu no progresso, realmente, mas em contrapartida a gente perdeu muita coisa, perdemos nossa cultura, perdemos nossos costumes que se tinha de festa culturais, e em relação aos ribeirinhos por exemplo, foi feito de maneira tão prática até que no começo da conversa que a gente tava tendo estava falando para você, eles eram tirados e levado para as antigas, antigas não, as novas agrovilas que não era dentro da região, era na região ali da Lapa, né? então essa pessoa era tirado e levado para lá, sem nenhum benefício, sem nenhuma estrutura, sem saber se eles queriam ir ou não, então foi meio trágico. Sem falar que realmente, foi uma maneira assim, bem horrível mesmo, você não tem nem adjetivo. Eu posso usar para dizer o quanto foi prejudicial principalmente para esse pessoal ribeirinho” (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA SANTOS, 2022, s.p.) ...*

*Família Santos – Primeira família que habitou a nova cidade.*

Nesse implemento da construção da barragem de Sobradinho, na cidade de Casa Nova, não foi prevista a participação social como elemento central, que requer forte concentração nas ações implementadas no território e apresenta uma relação direta entre Gestão Social e Desenvolvimento Territorial, cujos fundamentos são a cidadania, o compartilhamento de ideias e o bem comum. Essa dimensão foi lembrada pelo entrevistado da família Sena:

*“[...] Antes da construção devia ter tido um entendimento com a sociedade, com o povo ribeirinha, com o povo da terra, com o povo local, com o povo das cidades. Vivíamos em comunidade., da agricultura familiar, sem a utilização de veneno, era uma sociedade cooperativista. Não tinham costume de comprar e vender entre eles; pois matavam um cordeiro, porco etc., e dividiam entre eles. Compravam tecido, óleo etc. Eles tinham o que produziam: açúcar, farinha, tinham gado. Era um cooperativismo e depois virou cada um por si, numa terra seca que não produzia nada. Depois veio o veneno e tiveram doenças como o “câncer”. Através do produzir “mais” trouxe doenças e chegaram até a morrer envenenado”. Não tinham esse costume de veneno e não sabiam como se defender, alguns mais esperto amarravam um lenço. Mas, era na época do governo militar, do autoritarismo né? (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA SENA, 2022, s.p.).*

A família Sena traz as consequências da falta da participação social e compartilhamento nas decisões que foram tomadas de forma unilateral:



*“[...] Você foi jogado, sem instrução nenhuma, povo com pouca leitura, outros nem leitura tinham, analfabeto de tudo, não sabia ler, não sabia escrever, não sabia nada e você pega e joga assim: vai para cidade! Que opção que tenho? Nenhuma! Meu amigo vou fazer o que lá? Eu não tenho o que fazer na cidade, mas você tem que ir para lá! É obrigado a ir para lá! Mas, moço eu não sei nem ler. Por que você não me deixa na minha roça aqui? Criando meu porquinho, meu carneirinho, meu cabritinho, não lhe foi dado essa opção. Alguns se endividaram, pois foram para a cidade e não tinham como fazer nada. Começaram a alugar terras dos que foram mais espertos e se apoderaram de grandes glendas de terras.” (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA SENA, 2022, s.p.) ...*

Essa grande obra hidroelétrica e suas mazelas, aconteceu no período do crescimento econômico, regido por um governo militar, realizada de forma não planejada, do fazer por fazer, sem foco nas pessoas e causando diversos impactos perversos, pois, só vislumbraram os benefícios da gigantesca e faraônica construção, financiada com o capital estrangeiro do Banco Mundial, deixando a população que possuía, no rio, sua vida e seu sustento, sem alternativas. Logo, esses relatos demonstram o formato de uma família atingida pela barragem de Sobradinho-BA, na cidade de Casa Nova-BA, a partir do ano de 1974, sem planejamento participativo com as pessoas atingidas.

*“[...] Alugaram, pegaram empréstimos para cultivar. Mas, não tinham noção do que estavam fazendo, pois estavam acostumados a plantar na margem do rio que enchia e voltava e a terra ficava fertilizada. Foram para uma terra arenosa e cheia de pedras, que não tinham perspectivas. E aí começou: vai ter que adubar, vai ter que irrigar e vai ter que bater defensivo agrícola. Se quiser ter alguma coisa, era com empréstimos, essa era a forma para cultivar. E muitos ficaram envidados, chegaram a se suicidar pois devia tanto que não tinha o que fazer. O povo era um povo de caráter ficava envergonhado de saber que estava devendo e não tinha como pagar e por essa situação se suicidou” (SR. PEDRO SENA COSTA, 2022, s.p.).*

Como percebe-se pelo relato do entrevistado, essa comunidade tinha um modo de viver agroecológico, com sustentabilidade, primando-se pelas tradições e crenças populares e essa obra foi capaz de tornar esses territórios totalmente adequados ao modus operandi da Revolução Verde com inclusão de maquinários e utilização de agrotóxicos, com a perda da cultura popular.

*“[...] O que se manteve de cultura em relação a parte religiosa, foi a festa de São José, nosso querido e amado São José, só que o nosso São José é o São José operário e que é engraçado isso, porque só existe um São José que a festa dele é no dia 19 de março, mas o nosso a gente comemora no dia primeiro de maio, que é o dia do trabalhador, e por que aconteceu isso? Pouca gente sabe disso, o nosso padroeiro é igual ao padroeiro de Pilão Arcado, então o Bispo da época tinha que ir para os dois eventos, então ficava incomodado, um ano ele ia pra um, no outro ano ele ia pra outro, então se criou, na verdade, não foi criado, mas foi desmembrado, digamos assim o São José, nós ficamos com o operário que é primeiro de maio,*

*imagina? E o São José real, o São José de Maria, o São José normal ficou dia 19 de março, então até isso nós perdemos nessa mudança, você tá entendendo? Mas é uma curiosidade que pouca gente sabe” (REPRESENTATE DA FAMÍLIA SANTOS, 2022, s.p.).*

Essa forma de administração do pensar no outro, de uma gestão social inclusiva, corrobora com a premissa da Administração Política, que possui uma visão mais ampla da coisa pública, que preconiza a administração como um campo da ciência social, que precisa de uma construção do conceito multidisciplinar com outras formas de conhecimentos, incluindo as demais ciências sociais. Deste modo, seus atos e fatos administrativos aproximaram-se do campo da filosofia política, e sua ‘virtude ‘é um valor social fundamental para o pensar (filosófico do planejar) e o fazer da administração (executar).

*“[...] Pessoas e animais ilhados. Faltou conscientização verdadeira com o povo do que aconteceria. No lado político teve falha, da diocese, dos bispos, dos padres também no início, pois o povo era instruído por eles. Deveriam ter falado que realmente aconteceria para que continuassem em comunidade, pois a maioria partiu para lugares distantes e perderam seus vínculos. Faltou sabedoria na hora de orientar o povo da região para se preparar, pois o Estado quer que aconteça” (SR. PEDRO SENA COSTA, 2022, s.p.).*

Por isso, a administração política objetiva contribuir na construção de novas abordagens críticas, com vistas, a sistematizar informações da conjuntura em Administração, para que os acadêmicos e profissionais que atuam no campo administrativo reflitam, não somente, em relação à concepção e resultados das ações públicas e governamentais, mas, especialmente, sobre o processo e dinâmica que fundamentam a dimensão do como estão sendo gestados e gerenciados (operacionalizadas) os atos e fatos administrativos.

*“[...] A CHESF foi autoritária e não deu opção de escolha. Talvez, se fosse hoje, teria um diálogo mais decente, com reuniões e manifestações, para se adequar o projeto à sociedade e não chegar e inundar tudo, matar tudo, destruir tudo e você aqui não tem direito a nada. Faltou uma opção de escolha, pois, eles tinham tudo mapeado e sabiam onde a água ia parar. Deveria ter distribuído melhor as terras nas margens do rio e indenizar o restante para não sair de qualquer jeito, pois você está acostumado a viver de certa maneira” (REPRESENTATE DA FAMÍLIA SENA, 2022, s.p.).*

A gestão social envolve todos os atores sociais, organizacionais e institucionais de um dado espaço e essa foi a atividade final, estabelecida pelo Decreto-lei n.º 1316, de 12 de março de 1974 (últimos dias do governo do General Médici), decretando que as cidades de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento-Sé eram municípios de interesse da segurança nacional, categoria em que já se encontravam, por exemplo, aqueles localizados na fronteira do Brasil ou possuidores

de instalações estratégicas, como refinarias de petróleo. Dessa maneira, os prefeitos dos quatro municípios deixaram de ser eleitos diretamente, conforme relatado pelo entrevistado Oliveira Silva. Os quais passaram a ser indicados pelo governador da Bahia que submetia os nomes dos seus escolhidos ao Presidente da República, por meio do Ministro da Justiça. Caso um selecionado pelo governador fosse rejeitado, este teria dez dias para escolher outro. Apenas em 1985, estes municípios voltaram a eleger diretamente seus prefeitos.

*“[...] O que aconteceu em Sobradinho-BA foi fruto da ditadura militar. Em 1973, vivíamos sobre uma ditadura militar e era difícil lutar contra uma ditadura militar. Pegando um povo despreparado, sem cultura, um povo mal instruído e jogaram do jeito que eles quiseram. Enfiaram, goela abaixo do povo, um prospecto de desenvolvimento que não existia! Um prospecto de desenvolvimento que não ia atingir a ele, porque ele não tinha essa condição, ele não tinha esse perfil do desenvolvimento que era oferecido, porque ele não tinha instrução para isso, ele não foi instruído para isso, ele não criado com esse pensamento, ele não foi educado dentro dessa cultura (REPRESENTATE DA FAMÍLIA SENA, 2022, s.p.).*

Por isso, a ciência da administrativa, necessita de metodologias que busquem estruturar-se como fenômenos administrativos que despontam elevado grau de especulação filosófica e de subjetividade de seus conteúdos antes, pois o ato de administrar, ou seja, da gestão, não é simplesmente o fazer por executar, mas, sim, envolve todo um lado, filosófico do pensar a coisa administrativa e seus reflexos na sociedade.

*“[...] A gente vivia da agricultura familiar, aquelas rocinhas, aquelas criatoriozinho de cabras, principalmente, que os caprinos aqui no município de Casa Nova até hoje são referência. E era disso que a gente vivia. Era quase assim como a história que a bíblia conta dos primeiros cristãos, quem tinha dividia entre eles. Devido à dificuldade da água, nós não tínhamos condição de produzir muito, porque na época de seca, nós sofríamos muito, carregando água dos poços distantes de casa e, também, faltando água pros animais e para as plantas, nesse particular a chegada das águas da barragem, nos beneficiam, agora lá mesmo na localidade onde eu moro não falta água, porque tem a água da represa e melhorou bastante o modo de vida das pessoas (Sra. GEORGINA ROCHA, 2022, s.p.).*

Muitas são as falas de moradores que cantam a Música “o sertão vai virar mar” e lembram que ninguém acreditava, quando a CHESF chegou afirmando que aconteceria a construção e que as águas de Sobradinho significavam a ruptura com suas raízes. Preferiram sair para não ver o lago destruir o local que nasceram, cresceram e verem a sua infância ser alagada, já que, nunca mais, retornariam essas imagens, como podemos verificar abaixo, no relato do entrevistado da família Santos:

*“[...] E começa a água subir, mas, antes disso, a gente teve um período meio que drástico, porque muita gente não aceitava a mudança da cidade velha para a cidade nova, se tinha uma previsão ou pelo menos um, digamos assim, uma história, dos antigos que o sertão viraria mar, era uma premissa do lobo conselheiro e se achava que era um dos fins do mundo. Seria o fim do mundo essa água, esse sertão virar mar. Então, muita gente não aceitou. Teve gente que cometeu suicídio, teve gente que matou a família toda, e uma coisa que muito me chamou a atenção foi, porque eu era pequeno, como eu disse a você eu tinha 10, 11 anos, quando começou essa transição, foi as pessoas ter que vim embora no pulso mesmo (SR. GLENO SANTOS, 2022, s.p.)”.*

Segundo os entrevistados, a maioria dos moradores viviam nos terrenos e não eram legalizados, não tinham o documento da terra, e isso gerou um grande problema na hora de serem indenizados. Ademais, a CHESF tirou o pessoal que estava enraizado. Viviam de sua propriedade e foram deslocados para onde não lhes deram condições de sobrevivência decente, pois, o povo era acostumado na roça, a plantar, colher e criar. Foram deslocados, forçadamente, para outras cidades, sem empregos e sem condições de trabalhar, pois, não estavam acostumados com aquele meio de vida, nem com aquele meio econômico e cultural, como bem destacado pela família Santos, abaixo:

*“[...] Nós perdemos praticamente tudo de cultura. A gente perdeu tudo. Acho que não foi só em Casa Nova, mas, aqui, a gente sente mais por ser uma cidade pequena, de fraternidade, de você desejar o bem ao próximo, de como eram os carnavais, a inocência que se tinha, porque sempre teve a malandragem, mas era mais contida, o respeito com o professor que, hoje, se perdeu. Hoje, você não pode reclamar com um aluno que você leva um tapa na cara. Antigamente, você respeitava o professor como a sua segunda mãe. Então nós perdemos tudo isso e não foi só aqui, no país inteiro; mas a gente sente mais na nossa cidade, a parte religiosa também. Em Santana, ainda mantém a cultura das caretas na Semana Santa. É linda a festa dos Caretas, muito bonito! Se você tiver o privilégio de assistir ano que vem, vale a pena você passar o domingo em Santana” (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA SANTOS, 2022, s.p.).*

Para os entrevistados, os latifundiários foram comprando as terras e dando migalhas ao povo. Assim, esses pequenos agricultores foram para a cidade, não se adaptaram e voltaram para a roça, para trabalharem de empregados para novos proprietários. Questionam de quem são hoje, as grandes propriedades irrigadas do Vale do São Francisco?

*“[...] Ninguém teve opção de opinar nada, não só nós aqui. Pra você ter ideia, eu considero também porque a maioria das pessoas eram analfabetas ou semianalfabetas, não tinham orientação nenhuma. Então, eles chegaram aqui e, simplesmente, já foram dizendo: ó vocês vão ter que sair, que vai ser feita a barragem, vai encher de água aqui tudo. Se vocês não saírem vai morrer afogado e simplesmente vocês vão sair; e a CHESF vai, o Governo, não era a CHESF era o governo, o governo vai indenizar vocês. Mas aí, essa*

*indenização que eles falavam, não seria pela terra, seria só pela estrutura que as pessoas tinham, era o que eles chamavam de benfeitoria, a benfeitoria que as pessoas tinham, naquela época. A maioria das casas aqui, eram feitas de taipa, então, as roças não existia arame, a grande maioria das roças ou era de madeira ou era de ramada que é um amontoado de ramos, então só foi indenizado isso daí, indenizado não, foi dado uma esmola (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA OLIVEIRA SILVA, 2022, s.p.).*

Esse discurso nos revela a importância do planejamento governamental/institucional para se dimensionar a noção de espaço-tempo que um Projeto de Nação necessita para ser executado e concluído. Incluindo-se, nos seus objetivos e metas planejadas, sociedade e/ou organização. Segundo os atingidos pela barragem na cidade de Casa Nova, a construção da barragem de Sobradinho não trouxe benefícios para o povo atingido, mas, sim, acabou escravizando o povo, porque muitos já partiram e não deixaram nenhum legado para que seus descendentes viessem a entender o que aconteceu naquele período e suas consequências. Vejamos o relato do entrevistado Rocha 2:

*“[...] Com a chegada da barragem, aumentou (grilagem de terras), principalmente com a especulação né?! Um exemplo é um projeto antigo e bem conhecido da região toda que era a Camaragibe. Foi com a barragem que esse povo teve essa insistência desse pessoal que grilaram muita terra naquela região de Areia Grande. E aí na margem do lago, teve esse processo de grilagem e não foi pouco. O município de Casa Nova-BA é quase todo vendido e mapeado para o agronegócio, mineração e energia eólica” (RPRESENTANTE DA FAMÍLIA ROCHA, 2022, s.p.).*

Além das consequências da grilagem de terras que a comunidade necessita lidar, o entrevistado da família Rocha 1, ainda, questiona a falta de valorização da agricultura familiar que é a maior fonte de renda da população da cidade de Casa Nova, vejamos:

*“[...] Os representantes políticos têm a visão da agricultura irrigada, não valorizam a agricultura familiar que é a maior fonte de renda da agricultura familiar por meio da caprinovinocultura, criada no fundo de pastos de Areia Grande, nas margens do rio. Na beira do Lago, uma boa parte das terras que está na beira do lago foi grilada assim: foi chegando e foram grilando, porque expulsaram o povo. O povo ficou com medo, e, aí, a CHESF dizia que tinha 300 metros era área de proteção ambiental, ninguém podia mexer. Aí, o nosso povo que todo mundo tem medo e respeito e naquela época respeitava as autoridades, ficaram com medo e recuaram pra bem longe. Aí, os fazendeiros chegaram e foram engolindo e cercando. Quem tinha poder de barganha foi e cercou muita terra e a outra forma foi, eles compravam 10, 20 hectares e cercava 300 mil hectares. A cidade tem muita área, o povo da fruticultura é todo de fora e o povo fora a reboque” (SR. VALÉRIO ROCHA, 2022, s.p.).*

Para o Sr. Pedro Sena Costa, de 65 anos, foi uma desolação o que aconteceu naquela época, fazendo críticas ao modelo adotado e perguntando “que tipo

planejamento foi esse”, já que “o povo ficou sem pai e sem mãe”. Alega que têm primos que eram “do meu convívio diário até 1976, que nunca mais viu e nem sabe por onde anda. Mas, era primo que brincava, jogava bola juntos, pescava no rio juntos e não tem, como ficar contente com isso”.

*“[...] Ainda tinha que escutar: “manda quem pode” e obedece quem tem juízo “. Culturalmente, devido até pela falta de instrução dos atingidos, não foi passado para outras gerações, como era a vida na Casa Nova velha, sua convivência, sua vida, o seu dia a dia, o seu modo de viver, a família, seus vizinhos, seus amigos. As pessoas que foram abarcadas por este empreendimento da CHESF na década de 70, crescerem com essa mentalidade que as crianças não podiam participar e nem se envolver no diálogo dos adultos, se entrasse seriam corrigidas. As crianças não tinham essa interação, diferente da cultura da cidade que tem um desenvolvimento intelectual, pois a criança da cidade começa a mostrar para os outros de onde ele veio, como ele é, o que ele deseja ser e o que ele quer que a família seja. Hoje meus filhos sabem tudo isso pois cresceram na cidade, mas, os ribeirinhos não passaram essa cultura para seus filhos” (SR. PEDRO SENA COSTA, 2022, s.p.).*

Nesse sentido, o planejamento e a execução da construção da barragem de Sobradinho, que teve início no ano de 1973, na avaliação dos entrevistados, serviu, para **“deixar quem era rico mais rico; quem era pobre mais pobre, separar famílias e deixar o povo iludido, com um ápice de desenvolvimento que não foi”**, pois, quem já tinha posse e situação financeira definida, eram os latifundiários, que se aproveitaram da situação. Enquanto isso, as famílias pobres, que tinham suas roças e sítios na “margem do rio São Francisco - os ribeirinhos” - que plantavam, colhiam e já tinham o direito da água; não tiveram mais esse acesso, considerando que a maioria dessas pessoas foram deslocadas para um local seco e os ricos tomaram conta das margens do rio.

*“[...] Eduque-se, para que não aconteça isso novamente, para que você não seja enganado, ludibriado, enrolado, por alguém que só pensa nele. Pensou-se só no bem de quem tinha condições financeiras, estudados e doutores ensinados para enrolar o povo. Para passar o povo mais pobre, carente e necessitado para trás. Isso levou desespero, separação e destruição, um caminho que não tem volta. Separando você do seu convívio social, da sua família, das suas raízes, da sua terra, do seu povo, da sua gente, da sua cultura, da sua convicção, da sua religião. Pobre sim, mas com dignidade, com educação!” (SR. PEDRO SENA COSTA, 2022, s.p.).*

Esse modelo de planejamento questionado pelo entrevistado, remete-nos a importância da teoria da Administração Política de Santos e Chagas (2009), que estabelece o ato de administrar com duas dimensões articuladas e integradas entre si: a dimensão da gestão, como a concepção das formas de condução das relações sociais de produção, circulação, realização e distribuição – observadas em quaisquer níveis (individuais e/ou coletivos) que denominam de objeto científico

deste novo campo de conhecimento; e a dimensão da gerência, definida pelos referidos autores, como sendo, a capacidade de execução da ação administrativa, o ato de fazer, isto é, a materialização daquilo que fora concebido no plano da gestão, elementos que caracterizam o conceito de Administração Profissional, ou seja, para que não haja uma desarticulação entre o que foi planejado e o que foi executado. Mas, diante do apresentado, questiona-se: será que realmente não foram planejadas essas consequências abruptas para os atingidos na construção da barragem? Ou o Estado capitalista apenas assegurou essa lógica de produção, não representando a maioria da população atingida, e, sim, o poder da classe dominante, desprezando-se os interesses e a cultura dos menos favorecidos? A resposta a abaixo, traz a opinião do Sr. Cláudio Cascavel – residente na Comunidade de Melancia – Areia Branca.

*“[...] Então, Casa Nova deixou também de ter liberdade política, teve intervenção que durou uns 10 anos. O meio ambiente e a parte cultural, os reisados eram muito fortes no mês de janeiro. O mês de janeiro, pra você ter ideia, era o mês todo, não era só o dia 6 de janeiro, era o mês todo de “Reis”. E isso praticamente está extinto. A reza de São Lázaro também acabou. Botava as esteiras no chão, as esteiras feita aqui mesmo na comunidade, de palha de carnaúba, eu sei fazer. Mas, hoje, ninguém trabalha mais com confecção de esteira, nem bocapiu, nem nada. Eu era contador de história, isso também é uma tradição que não existe mais, nas casas de farinha, onde tinha aquele monte de farinha e tinha o contador de história que passava ali”.* (SR. CLAUDIO CASCAVEL, 2022, s.p.)

No tocante ao pertencimento, a maioria entende que não há essa ligação com a cidade atual e que houve uma perda de Identidade dos descendentes, pois, grande parte da população atual nem sabe a forma e como tudo aconteceu, tendo em vista que, quase todos os idosos que eram enraizados já faleceram, e não tiveram o hábito de instruir os filhos e os netos do que tinha acontecido e como tinha acontecido.

Muitas vezes, perguntavam para eles: “vovó nós viemos parar aqui por quê? - Porque construíram a barragem de Sobradinho”. Para os entrevistados, essa não deveria ser resposta e, sim, um entendimento e um esclarecimento “para explicar que viemos para aqui, porque aconteceu isso, isso e isso. Nós fomos expulsos da nossa terra. Nós fomos escorraçados de lá. Nós fomos jogados de lá para fora. Nós viemos para cá obrigados, estamos morando aqui, pois fomos obrigados a vir para cá”.

*“[...] Eu acho que os jovens de uma maneira geral, eles estão se perdendo, porque a cultura hoje é uma cultura mais informatizada, não é por causa de Petrolina, não é por causa de Juazeiro, eu acredito que até aqui mesmo, com a influência que tem a internet, essa coisa meio que do imediatismo, que você tudo é Dr. Google. Simplesmente perdendo toda a identidade que*

*ele tem, sem falar que a própria música, a própria cultura musical lhe dá isso, hoje o que mais prevalece são músicas que não tem nem sentido, eu digo por mim, porque não tem letra, só tem um certo ritmo e que você ouve a música e você não sabe nem o que tá dizendo, não tem nada na música, diferente, não querendo fazer uma comparação, mas se você pegar umas músicas de antigamente como Caetano, Elis, Nelson Gonçalves, esse pessoal, Maria Bethânia, Gal - você via que a música era outra coisa, então isso influencia o jovem também” (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA SANTOS, 2022, s.p.).*

A partir disso, percebe-se, a importância do papel da interdisciplinaridade nas ciências sociais aplicadas, da compreensão da vida social desses indivíduos, da necessidade de implementação de instrumentos participativos de planejamento estratégico, da inclusão, da concepção de territorialidade, identidade, bem como, da compreensão do cenário do qual faz parte o indivíduo; e de sua concepção de planejamento (gestão) e gerência (execução), que teve como consequência a perda da identidade com este território.

Destaco e corroboro com Andrade Neto (2019), pois o “chamado progresso da década do milagre econômico” baseou-se e concentrou, ainda mais, o poder nas mãos de poucos que possuíam o capital econômico. A maioria dos grupos domésticos que habitava naquele território, decidiu permanecer nas terras próximas à represa que se formaria e, teve que arcar com as consequências da operação que não foi planejada pela CHESF.

Isso, causou diversos transtornos às famílias, pois, em março de 1976, o fluxo das águas do “Velho Chico” foi parcialmente bloqueado para iniciar a formação da barragem e, desse modo, as águas começaram a avançar rapidamente, frustrando os cálculos que previam um período maior para o alagamento das localidades.

O processo de “desterritorialização” causou a ruptura definitiva das famílias com esse modelo de organização espacial do território às margens do “Velho Chico”. Foram deixadas nos espaços destinados à construção de novas comunidades, as quais tiveram que construir com as adversidades de lugares inóspitos, “levantaram” suas novas casas e ainda tiveram como abrigo as árvores da caatinga: faveleiras e umbuzeiros, segundo relatos das entrevistas, percebendo-se uma falta de gestão social e planejamento participativo.

#### 4.3.2 - RIACHO GRANDE A HISTÓRIA DE UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E ESPÍRITO AGROECOLÓGICO



Visando à contribuição de atores sociais pertencentes às famílias que viviam da agricultura familiar e tiveram suas vidas diretamente afetadas, em consequência dos deslocamentos forçados pela barragem, considera-se, que suas raízes e laços de territorialidade ficaram inundados e arrebatados à força. Suas histórias de vida foram interrompidas por falta de planejamento do governo da época, que buscou o tão desejado “desenvolvimento econômico”, beneficiando a globalização e originando uma problemática na identidade dos descendentes, ou seja, causou um enigma social nas gerações futuras desses atores sociais envolvidos.

Nesse contexto, verificamos durante a revisão da literatura e na fase de entrevistas, que a comunidade de Riacho Grande<sup>30</sup> foi distinta, como também, foi referência na luta para permanecer com seu povo habitando nas margens do rio São Francisco, durante a construção da barragem de Sobradinho. Também, é um local caracterizado pela predominância da luta e resistência dos movimentos sociais<sup>31</sup>, mesmo durante todo período brasileiro do governo atual, que, em pleno ano de 2022, tenta barrar e desqualificar as lutas agrárias, especialmente, em defesa da agricultura familiar.

Diante disso, primeiramente, buscamos conhecer, o conceito das comunidades de fundo de pasto, entendermos sua relevância para a economia familiar nestes territórios habitados. Após, percebemos que essa comunidade, necessita de políticas públicas que respeitem seu modo de viver, sua cultura, o meio ambiente em que vivem e sua forma de produção; ou seja, carece de inclusão de políticas que valorizem a conservação do meio ambiente, a cultura local, suas práticas tradicionais, os saberes populares dos seus habitantes, considerando que essa população vive da utilização de pequenas áreas de terras.

Esse grupo de famílias é habituado a viver da exploração de minifúndios, em condições de extrema pobreza, geralmente, ao lado do agronegócio, fazendo uma concorrência no formato econômico discrepante com a tecnologia utilizada pelo

---

<sup>30</sup> Havia imprecisão nas posses reconhecidas e várias porções de terras não possuíam apossamento, desta maneira, favoreciam a criação do bode solto, bem como a apropriação de fronteiras de uso comum entre diversos membros de uma ou mais comunidades e diversas fronteiras. Ademais, fatores históricos, climáticos e legais foram centrais para que a exploração comunitária da terra fosse a melhor “relação necessária do homem com o meio” e como fator central para que os camponeses, a caatinga apresenta reserva forrageira para a manutenção do rebanho (GARCEZ, 1987, p. 34).

<sup>31</sup> O motivo pelo qual as comunidades de Fundo de Pasto se formaram no semiárido brasileiro e os processos que levaram à persistência destas comunidades, consideram as formas da apropriação da terra e da instituição de um território diferenciado, organizado pelo capital agrário e algumas formas mais presentes de economia camponesa. Ferraro Jr. (2008)

grande capital. É, nesse formato de território, que residem no município de Casa Nova, Bahia, desde 1860. A comunidade tradicional de fundo de pasto denominada de Riacho Grande, conhecida pelo seu potencial arranjo integrador entre o querer fazer de seus agentes e as riquezas naturais presentes na comunidade. Deste modo, corrobora com Andrade Neto (2019) que, nesse tipo de comunidade, há possibilidades de geração de renda de forma sustentável, utilizando-se da **produção de alimentos, como a introdução de hortas orgânicas nas áreas ribeirinhas, produção de mel etc.; assim, pode estabelecer um potencial de integração e progressos significativos da qualidade de vida dessa população.**

O fundo de pasto, desenvolvido na comunidade de Riacho Grande<sup>32</sup>, localiza-se em terras devolutas da União, nas margens do rio São Francisco, e as famílias que habitam essa região atualmente, na sua maioria, tiveram seus parentes firmando resistência contra desocupação de suas terras, no final da década de 1970, contra a CHESF, na barragem de Sobradinho. Hoje, segundo Almeida Neto (2019), a comunidade utiliza-se o ecossistema caatinga para criar seus animais na caprinovinocultura, bovinocultura e produção de mel, dividindo o fundo de pasto com comunidades circunvizinhas.

Desta forma, o uso da terra é utilizado como um bem comum a todos que residem nas comunidades, contudo, essa comunidade e seus ribeirinhos convivem com a grilagem de terras, oriundas de mineração, empresas de energias solares e eólicas, especialmente, após a construção da barragem de Sobradinho-BA, que trouxe o grande capital para a região e tentam expulsá-los de seus territórios novamente. Uma dupla expulsão de suas terras.

Após análise do conteúdo contido nos relatos dos entrevistados dos descendentes dos atingidos pela barragem de Sobradinho-BA, no município, realizamos a pesquisa em campo no povoado denominado de Riacho Grande com o objetivo de analisar as perspectivas dessa comunidade atingida, no tocante ao movimento de resistência e práticas agroecológicas, que foi a comunidade que resistiu contra esse modelo de desenvolvimento e desapropriação de terras, imposto pela CHESF.

---

<sup>32</sup> Podemos dizer que são populações que se definem pelo uso sustentável da terra, pelo destino da sua produção e o seu vínculo territorial, incluindo sua situação fundiária, pela importância que os ciclos naturais têm nas suas práticas produtivas, pelo uso que fazem dos recursos renováveis e as práticas de uso de tecnologias de baixo impacto ambiental, por sua organização social, na qual a família extensa representa papel importante, também por suas expressões culturais e as inter-relações com outros grupos da região. (INCLUSÃO SOCIAL, 2007, p. 7-9).

Esses pequenos territórios que fazem parte da economia globalizada, segundo Castro (2010), mas que são inseridos por indivíduos e a sociedade civil, precisam de autonomia e valorização das suas identidades culturais; desta forma, nessa comunidade, iniciou-se, em 2014, uma ação de práticas extensionistas do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - Campus Zona Rural, com o auxílio de alunos da comunidade, com a finalidade de promover ações de caráter agroecológico, de comunicação e extensão rural com grupos de mulheres da comunidade tradicional de fundo de pasto de Riacho Grande; prevalecendo-se da agroecologia como potencializador das ações para o desenvolvimento local e regional de maneira sustentável e da permanência das famílias nas comunidades.

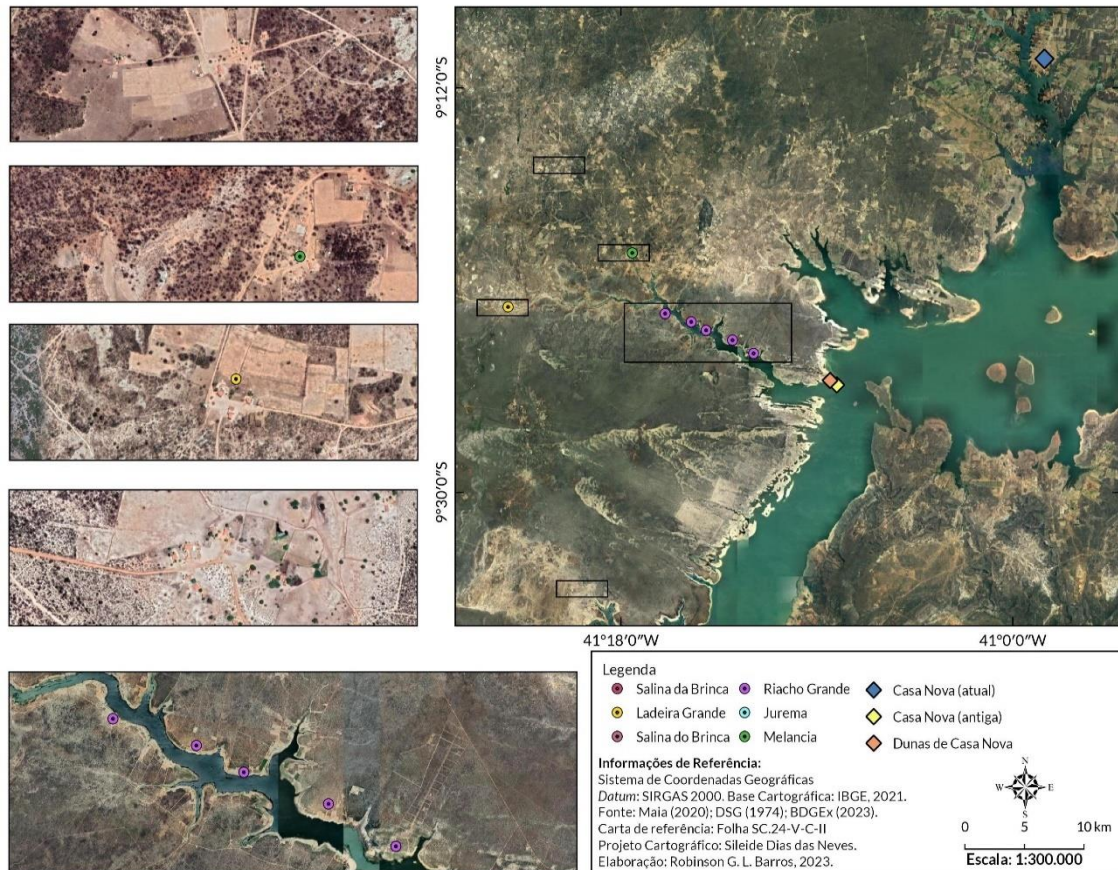
*“[...] Fomos, também, menosprezados pelas autoridades locais, porque nós, lá de Casa Nova, da localidade de Casa Nova e alguns municípios, tínhamos condição de ser afastados um pouquinho da nossa localidade e ficarmos por ali mesmo, mas como o chefe político da época, do tempo do coronelismo, né? Da ditadura, dessas coisas, o chefe político da cidade era ligado muito a essa questão da ditadura, do coronelismo essas coisas, aí achou por bem nos trazer pra mais distante de onde nós morávamos, nós ficamos muito distante, por quê? Por causa de interesse, que eles tinham suas coisas, seus sítios, suas fazendas, nessa nova localidade que nós nos encaixamos hoje, e aí ele sabia que trazendo a nova cidade para cá, eles iam ter um ganho assim, das propriedades deles que elas iam ficar um pouco mais valorizadas e assim aconteceu. Então nós saímos de lá e estamos hoje na nova Casa Nova, porém na ocasião da mudança, definitivamente nós saímos em 20 de junho de 1978” (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA ROCHA 1, 2022, s.p.).*

Para Luiz Nunes, 30 anos, funcionário da Agência Defesa Agropecuária da Bahia - ADAGRO, engenheiro agrônomo, recém-formado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF Sertão PE, sua segunda casa, como ele descreve, morador da Comunidade de Junco, vizinha à comunidade de Riacho Grande, filho de agricultores, neto de vaqueiro, sempre gostou da lida do campo e considera a falta de assistência técnica nas comunidades, bem como, o formato como grande parte dos projetos governamentais são introduzidos nas comunidades, sem a participação de seus moradores, o motivo que ocasiona o desinteresse da população. Com isso, a maioria desses grandes projetos, torna-se sem “uso” pela comunidade.

É deste modo, que o entrevistado Luiz Nunes, relata seu amor pelas coisas da terra, que, sempre que podia estar na comunidade, procurava ficar presente, pois morava em Casa Nova para estudar, mas tinha vocação para ingressar num curso técnico de agricultura ou agroecologia, o que foi possível no ano de 2010, em Tecnólogo em Agricultura Irrigada, no IF Sertão PE, e, em 2013, ingressou em

Agronomia, também no IF SertãoPE, situado a, aproximadamente, 40 km do município de Casa Nova.

**Figura 17 - Mapa da Comunidade de Fundo de Pasto de Areia Branca em Casa Nova**



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O entrevistado Luiz Nunes, relata seu amor pelas coisas da terra, que, sempre que podia estar na comunidade, procurava ficar presente, pois morava em Casa Nova para estudar, mas tinha vocação para ingressar num curso técnico de agricultura ou agroecologia, o que foi possível no ano de 2010, em Tecnólogo em Agricultura Irrigada, no IFSertãoPE, e, em 2013, ingressou em Agronomia, também no IFSertãoPE, situado a, aproximadamente, 40 km do município de Casa Nova.

*"[...] Na década de 70, surgiu o projeto da barragem de Sobradinho que seria pra, na cabeça deles, né? Era pro desenvolvimento, para o progresso, pra geração de energia e hoje a gente se pergunta, progresso pra quem? Energia pra quem? Porque a comunidade aqui quando é a noite a gente enxerça a iluminação lá em Sobradinho, a gente tá iluminando a hidrelétrica, a gente não tem energia. Então pra quem era esse progresso e esse desenvolvimento?" (SR. ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA, 2022, s.p.).*

Descreve sua relação com a comunidade de Riacho Grande, que se dá pelos movimentos sociais, pela organização da comunidade viva e tradicional de fundo de pasto, fazendo da agroecologia, uma realidade que se dá pela organização da comunidade, de seus representantes, bem como das pessoas que gostam da luta contida nos movimentos sociais e querem ver melhorias para a comunidade. Segundo o entrevistado, esse território é diferenciado, como pode ser visto na resistência, à época da construção da barragem de Sobradinho. De acordo com o Sr. Zacarias Ferreira da Rocha – Lider do Fundo de Pasto - Roda de Conversa em Riacho Grande:

*“[...] Quando chegou no Riacho Grande, o pessoal ofereceu resistência: não, a gente quer ficar aqui, a gente sabe viver é aqui, aí os técnicos da CHESF que vinham disse: não, aqui não pode ficar ninguém, não pode ficar aqui não, tem que sair, e aí o pessoal que não ia sair, que não ia sair, eles iam, voltavam e chegaram até a dizer: não, que se vocês ficarem aqui, o governo não ajuda vocês, mas o pessoal não conhecia governo, então naquela época, não existia o que tem hoje. Então, a juventude hoje, as crianças e grande parte da juventude pensa que toda vida sempre foi assim. Então, antes não existia essa questão das políticas públicas, que, hoje, ainda não está a contento, mas deu uma guinada, avançou”. (SR. ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA, 2022, s.p.).*

Na busca de avançar em ações que articulem diversos setores da sociedade, os discentes Luiz Nunes e Valério Rocha, do IFSertãoPE, trabalharam, a partir de 2014, com um projeto denominado de “Busca Ativa das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto” no município de Casa Nova, fazendo um autoconhecimento desses povos, com uma sensibilização dos povos e de sua vivência de mais de 300 anos de comunidade, zeladas nas histórias, nas casas etc. Após a busca ativa das comunidades, foram identificadas 14 comunidades de fundo de pasto no município. Desta maneira, foi solicitado, à Secretaria de Desenvolvimento e Igualdade Racial do município, o autorregistro dessas pessoas, identificando-as como comunidade tradicional de fundo de pasto.

Outro questionamento importante que nosso entrevistado faz é com a quantidade de benefícios que os governos e alguns órgãos competentes disponibilizavam para algumas comunidades, os quais, por muitas vezes, são encontrados obsoletos, como: casa de abelhas, kit de irrigação, casa de mel, casa de farinha desativada etc. Nosso engenheiro agrônomo, Luiz Nunes, se pergunta por quê?

Segundo o autor, esses benefícios chegam por meio de projetos e muitas vezes se encontram inutilizados nas comunidades, já que, há carência de gestão nos projetos, ou seja, começam e não continuam, pois existe uma desarticulação entre o que se planeja e o que se executa, pela falta de assistência técnica na comunidade e outro fator importante que é a total ausência de uma pessoa da comunidade, com sentimento de pertencimento nesses projetos.

Com esses pressupostos de pertencimento e inovação, esses dois alunos (Luiz Nunes e Valério Rocha), que faziam parte desta realidade local, começaram um trabalho voluntário, por meio da d demanda da comunidade das mulheres de Riacho Grande que queriam gerar renda, considerando que estavam passando por um período crítico na cultura de vazante de mandioca semestral, principal fonte de renda da comunidade no ano de 2014.

Iniciou-se, a partir daquele momento, um projeto de extensão de cultivo de hortas orgânicas na comunidade de Riacho Grande, no qual foram implementados todos os aprendizados dos discentes nos projetos do PIBEX e PIBIC do IFSertãoPE, criando oportunidade de geração de renda por meio do manejo agroecológico, embora, houvesse um certo receio dos esposos naquele momento inicial, considerando que era algo novo para aquela comunidade e inovador para aquele grupo de 8 mulheres empreendedoras.

Com as hortas orgânicas, a renda que era semestral, passou a ser semanal, quinzenal, etc., e gerou mudança, também, nos hábitos alimentares, daquelas famílias de Riacho Grande, foram alterados para melhor, começando pela introdução de hortaliças na alimentação, a partir da produção de hortaliças em um formato diferenciado, com sustentabilidade, trazendo retorno financeiro para si e ganho para a sociedade.

Segundo Luiz Nunes, a comercialização foi o momento mais importante do trabalho empreendedor, porque, de fato, aquele grupo de mulheres de Riacho Grande entendeu a importância de sua produção. Expuseram seus produtos sustentáveis na feira local da cidade, às sextas-feiras, que é o comércio local. Sentiram-se valorizadas quando as pessoas lhes perguntavam se, na próxima semana, teriam aquele produto novamente. Com isso, outras comunidades começaram a procurar os alunos para dar assistência naquele tipo de agricultura sustentável.

Desta forma, o modelo que foi iniciado em Riacho Grande, de forma voluntária, foi multiplicado para mais cinco comunidades, em menos de 1 ano, por 10 técnicos que passaram a prestar esse serviço de forma voluntária em Casa Nova, sem apoio do município e das instituições.

Com essa parceria de sucesso, os alunos idealizaram, em 2018, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Socioambiental – IDEA, com o objetivo de organizar a cadeia produtiva e buscar projetos com órgãos de fomento, porém devido à pandemia e à ausência de apoio político para esses jovens de talentos, o instituto está paralisado, porém, acreditando no poder da educação como fonte de transformação da realidade local através dessa ideia.

Partindo da dimensão das parcerias e redes intersetoriais, tanto práticas como de conhecimentos, são formas de pensar e operacionalizar a gestão social da importância da articulação entre **universidades, organizações não governamentais, pesquisadores, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros, para operar a transformação na sociedade, de forma que a atividade econômica seja o meio e, o bem-estar social, o fim.** Este trabalho apresenta, também, as tradicionalidades e resistências desta comunidade integrante do Fundo de Pasto, que passa por dinâmicas de conflitos de terras e do uso de agroecologia como forma de produção em seu território após a construção da barragem de Sobradinho.

### **Imagem 18**– Comunidade de Riacho Grande



Fonte: Neves (2022)

O território estudado, de fundo de pasto, remonta a uma ocupação de meados do século XIX, segundo Maia (2020), quando, de uma grande seca no



sertão, tornou-se o refúgio de camponeses. Hoje, são as terras conhecidas como Areia Grande. Um século depois, os habitantes sofreram desapropriações em massa, abordagens policiais excessivas e o assassinato de liderança comunitária – discussões que necessitam ser aprofundadas, apresentando as questões da grilagem de terra na região.

Diante deste contexto, apresentamos a Comunidade Riacho Grande, dista 40 km da cidade de Casa Nova, onde foi tivemos a honra de participar de uma roda de conversa com esse grupo de moradores localmente. Para chegar à comunidade, é necessário percorrer por estradas de chão, de difícil acesso. Com isso, contamos com a colaboração de moradores que conheciam a região, bem como, autorização para participação de reunião na comunidade, previamente agendada para um domingo pela manhã, na primeira semana de setembro de 2022, com a presença de todos os adultos e crianças da comunidade, em torno de 30 pessoas.

Vivenciamos, primeiramente, um culto ecumênico católico, no qual o conducente da reunião, que é o líder comunitário na Bahia, fazia uma correlação da palavra pregada com os problemas da comunidade.

*“[...] A barragem não trouxe retorno nenhum, o que trouxe foi muita discórdia, um exemplo da nossa família, das comunidades de Melancia e Riacho Grande, e, logo em seguida, trouxe foi confusão. Logo em seguida, veio o pessoal de Camaragibe grilando as terras que sobrou, então, de lá, de quando iniciou a barragem pra cá, não tivemos sossego - porque sempre foi com esses conflitos. Veio a Camaragibe. Camaragibe faliu, foi “simbora”. Pegaram essas terras, o banco hipotecou. O banco, agora, no início de 2000, o banco vendeu pra uns empresários e esses empresários estão hoje, até hoje perturbando a comunidade” (SR. VALÉRIO ROCHA, 2022, s.p.).*

Após esse encontro, realizamos uma entrevista com o líder comunitário, senhor Abraão da Costa Rocha, e uma roda de conversa que foi liderada, e teve a participação da maioria dos moradores da localidade, bem como, como o apoio de duas professoras, que são do sindicato de professores da cidade de Casa Nova, e descendentes da comunidade de Riacho Grande.

A reunião foi iniciada pelo líder comunitário, o senhor Abraão Rocha, que, depois, passou a palavra para o senhor Zacarias Ferreira da Rocha, líder do fundo de pasto na Bahia e conhecedor de toda história de lutas da comunidade, sobrinho do comunitário Zé do Roque, personalidade de grande importância para manutenção da comunidade de Riacho Grande e vizinhanças na região durante as lutas de terras contra a CHESF e grileiros na região, no início da década de 1980, descrita na fala da família Rocha 1:



*“[...] Foi bom, porque espelhados em nossa luta, teve outros povoadozinhos também que conseguiram resistir às investidas dos grandes, mas até hoje, de quando em quando, aqui no município de Casa Nova aparece uns grileirozinhos. Tem, de vez em quando aparece uns querendo ser donos das terras e tudo, só que o povo agora tá mais esperto né?! E, também, devido à pequena evolução que nós conquistamos, através da chegada das escolas, dos colégios, das coisas que ofereceram oportunidade de pobre estudar e se informar melhor, aí o povo atual não é mais como aquele, já é um povo esclarecido, já é um povo que sabe procurar os seus direitos” (SR. ABRAÃO DA COSTA ROCHA, 2022, s.p.).*

A comunidade, que fica a 40 km da cidade atual de Casa Nova, ao norte do Lago de Sobradinho, habitada por um povo quilombola, desde 1860, que mantém suas tradições e resistências, atuando no Fundo de Pasto; além da agricultura de vazante, é uma comunidade conhecida por lutas de resistência até os dias atuais, fica bem próxima da antiga cidade inundada, onde, atualmente, encontra-se situado o maior ponto turístico da região, denominado de Dunas do Velho Chico. Segundo o líder do fundo de pasto em Riacho Grande:

*“[...] Chico Roque nessa época era meu Tio, quando eles vieram, quando ele chegou, aí tinha meu tio e a mãe e a avó da Cintia que era irmão de meu pai...aí meu Tio, esse Chico Roque, ele tinha uma escritura de posse, então só ele tinha uma escritura de posse em toda a comunidade. Aí, eles vieram logo procurar ele, porque sabiam que ele tinha esse documento. Então, ele tinha o documento, era fácil, então queria porque queria comprar ele, porque, comprando-o, mais uma vez, comprava todos e tomava conta” (SR. ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA, 2022, s.p.).*

Na Comunidade de Riacho Grande, são desenvolvidas atividades políticas em defesa do seu território, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo como uma forma de identificação (positiva) e de sua efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”.

*“[...] A comunidade mais uma vez ofereceu resistência, nessa época aí que a briga foi feia, então em pleno período ditatorial, os coronéis, a Família Viana de Castro, em Casa Nova os Coronéis, era Prefeito e foi essa família que vendeu as terras pra essa empresa, então eles tinham posses, no município aí com isso eles transformaram aquelas posses antigas em vários hectares e aí vendeu tudo e a todos, venderam a terra com a gente dentro, vendeu a terra e o povo” (SR. ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA, 2022, s.p.).*

Diferentemente das demais comunidades que deixaram suas terras para a construção da barragem de Sobradinho-BA, a comunidade de Riacho Grande, permaneceu e lutou, em primeiro lugar, pela permanência na terra e o respeito às comunidades envolvidas no conflito expondo “a relevância e magnitude dos

impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens.

*“[...] A gente fica aqui mesmo sem ajuda do governo. A gente não conhecia o governo. O governo nunca ajudou a gente mesmo. A gente fica aqui, sem ajuda dele. Eles foram, depois voltaram, aí levaram várias pessoas aqui da comunidade pra Serra do Ramalho, pra Bom Jesus da Lapa, pra olhar a terra, as Agrovilas, pra levar o pessoal pra lá, pro pessoal olhar, ver a terra, ver a questão da produção, que o lugar era bom, que era rico, melhor do que aqui, que era pra as pessoas irem pra lá. Mas o pessoal voltou e disse: não, a gente sabe viver é lá, então ficamos” (SR. ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA, 2022, s.p.).*

Foi-se, também, conhecer as Dunas de Casa Nova, que é o ponto turístico atual na cidade, onde era localizada a cidade antiga, a 37 km da cidade nova, já que identificamos, na fase de entrevistas, como um local que representa as memórias e pertencimento para alguns entrevistados.

*“[...] É uma ligação com a terra que a gente não sabe explicar. Nas dunas de Casa Nova - Lá tinha um cruzeiro, que era o marco da cidade, de longe os barqueiros da cidade avistavam e diziam “já estamos chegando na Casa Nova” e tinha uma caixa d’água que, quando eu era menina, eu subia aquele morro de areia pra ficar pulando da caixa d’água. Eu só não, tudo quanto era menino, que não tinha parque. A diversão da gente era subir o morro de areia e pular da caixa d’água. Um juiz deu uma ordem lá, a mulher, além de destruir duna, a mulher arrancou, “meu Deus do céu, quando eu soube que aquela mulher meteu uma máquina e derrubou os pés de Murici, pense, e eu soube que a caixa d’água hoje, não sei o que ela fez que agora é piso de um bar dela, destruiu o cruzeiro” (REPRESENTANTE DA FAMÍLIA CAMPOS, 2022, s.p.).*

**Imagem 19 - Riacho Grande** X  
(a)



**Dunas de Velho Chico**  
(b)



Foto 1 e 2: Neves (2022)

Como, verifica-se pelas imagens acima, há uma discrepância social, econômica, ambiental, política e cultural entre a comunidade visitada de Riacho Grande e o ponto turístico das Dunas do Velho Chico. Isso foi relatado pelo entrevistado Valério Rocha:

*“[...] A comunidade de Riacho Grande fica nas margens do rio São Francisco, não apresenta nenhum sinal desse tal desenvolvimento, do progresso prometido na construção da barragem, após quase 50 anos do início da construção da barragem” (SR. VALÉRIO ROCHA, 2022, s.p.).*

Para ser ter uma ideia da deficiência e abandono pelos entes governamentais na comunidade envolvida nessa lide, Riacho Grande e as demais comunidades de fundo de pasto circunvizinhas não possuem energia elétrica até os dias atuais. Um contraste com o objetivo da construção da barragem de Sobradinho, que é a geração de energia para Nordeste.

*“[...] Outra coisa é que na época eles diziam que iam trazer o desenvolvimento, o progresso ia trazer energia que era pra gerar energia pro povo, que vivia sem energia e nós até hoje estamos sem energia. A comunidade de Riacho Grande não tem energia, Melancia não tem energia. Uma outra questão é água, meu pai sempre conta que, lá onde eles moravam, tinha água em abundância, quando o Rio baixava muito, em qualquer lugar que eles cavavam no meio do rio, do riacho, dava minaçoão e água boa. Hoje, o rio enche naqueles riachos você vai cavar, a água é salgada, é o sal vivo, então o pessoal vivia do extrativismo<sup>33</sup>, naquela época, fabricava sal, fazia esteira vassoura, acabou tudo. O rio matou tudo isso aí” (SR. VALÉRIO ROCHA, 2022, s.p.).*

A comunidade tem vista para o lago de Sobradinho, vive da agricultura de vazante, da produção de mel, da produção de horta comunitária, fruto do projeto de extensão do IFSertãoPE - Campus Zona Rural, do qual, nossos entrevistados eram discentes: Luiz Nunes e Valério Rocha, e, hoje, atuam como profissionais na região e na defesa dessas comunidades.

*“[...] Eu tive a oportunidade de trabalhar, justamente com o amigo Valério Rocha. Ele é da comunidade de Riacho Grande, onde nós trabalhamos com o projeto de busca ativa das comunidades tradicionais de fundo de pasto do município de Casa Nova, fazendo um autorreconhecimento, né? Desses povos, uma sensibilização deles, como a vivência deles, com mais de 300 anos de comunidade, os relatos, as histórias, as casas. Então, assim, nós identificamos 14 casas de fundo de pasto aqui no município de Casa Nova, das quais, junto ao CDA, nós levantamos e solicitamos da SEPRONI, da Secretaria de Desenvolvimento e Igualdade Racial, para essas pessoas*

---

<sup>33</sup> Os camponeses têm como valores basilares a família, a terra e o trabalho e utilizam-se de uma incipiente agricultura e de atividades extrativas voltadas ao autoconsumo e, principalmente, utilizam-se da prática do pastoreio extensivo, compartilhado de caprinos e ovinos, em terras de uso comum, de grandes extensões, localizadas no semiárido baiano, como mecanismo estratégico de reprodução social do grupo (SANTOS, 2010, p. 80).

*terem o autorregistro, né, e se identificarem com Casa Tradicional de Fundo de Pasto” (SR. LUIZ NUNES, 2022, s.p.).*

**Imagem 20 - Projeto de Extensão IF Sertão PE- Campus Zona Rural**  
(a) (b)

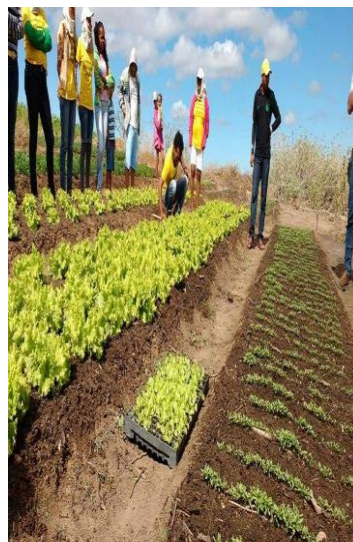


Foto 1 e 2 pessoal do entrevistado Luiz Nunes

Esse projeto de extensão rural demonstra a importância da necessidade de interação de entes da sociedade com movimentos sociais e a educação superior, na formação de seus discentes para o desenvolvimento social e econômico da região, especialmente dessas comunidades tradicionais que mantêm vivas suas raízes.

Luiz Nunes reforça a relevância da participação social, da importância de sondar de fato a comunidade rural, do que seus moradores querem fazer, antes de iniciar qualquer projeto, pois, segundo o entrevistado, há desperdício de recursos públicos em várias comunidades oriundos de projetos, que, simplesmente, são jogados de cima para baixo, planejados sem a participação da comunidade local.

*“[...] Estar com a comunidade antes fazer o projeto, fazer com a comunidade o projeto, então é uma coisa bem interessante também, que tem que ser repensada nos poderes. Aí, quando se diz assim: vamos levar algo pra comunidade, o que é que eles querem, então tem que partir deles” (SR. LUIZ NUNES, 2022, s.p.).*

Fruto da participação com a comunidade, a horta orgânica em Riacho Grande, foi construída com assistência técnica e saberes populares dos moradores da região. O entrevistado relata em setembro de 2022, que a falta uma gestão dentro das comunidades, da **necessidade de uma assistência técnica** para evitar **desperdícios de recursos dos projetos**, precisam da **inclusão da comunidade**

**no seu planejamento e da sua participação social na execução**, para que não se tornem, “elefantes brancos”, ou seja, sem atingir sua finalidade social para as comunidades.

**Imagem 21** - Horta em plena produção em Riacho Grande em 2017



Foto pessoal entrevistado Luiz Nunes

Essa racionalidade pode se tornar obsoleta, quando não há o diálogo e a participação da parte envolvida.

*“[...] A comunidade da Melancia que eu moro, além da criação de caprinos, planta mandioca, milho, feijão e tem as hortas comunitárias orgânicas, que começou com um projeto de extensão do IF Zona Rural, no final de 2015, eu estudava lá e o Luiz. Estava funcionando bem e eles têm renda mais forte hoje é da horta” (SR. VALÉRIO ROCHA, 2022, s.p.).*

Essa discussão demonstra e só valida os estudos da administração, especialmente, nos concentrados no campo da administração pública, que tem como referência teórica e metodológica central a Ciência Política, quando são introduzidos elementos da chamada administração científica, baseados nas teorias weberianas (com ênfase na racionalidade instrumental ou burocratização da administração estatal).

Os produtores vendem suas colheitas na feira da cidade, toda sexta-feira. Também, comercializam na comunidade e na Dunas do Velho Chico. Atualmente, são 5 pessoas trabalhando com hortas comunitárias em Melancia.

Ou seja, essas famílias conseguem tirar da agroecologia sua fonte de renda e ainda, mantêm a sustentabilidade ambiental, cultura e política de seus descendentes.



**Imagem 22** - Horta em Riacho Grande em setembro/2022



Foto 1 e 2: Líder da comunidade do Riacho Grande

Por outro lado, os entrevistados trazem a lume, a questão do agronegócio, que começa a tornar incisivo nas comunidades, em tudo, “na televisão, quando liga, e que diz que só produz se colocar o veneno, o feijão só produz se botar veneno, então, o pessoal, já têm muitas pessoas que estão começando a usar aqui, que antes não existia isso. Então o rio subia, descia e, quando descia, a gente plantava lá no minado, que a gente chama, a mandioca, batata doce”.

*“[...] Hoje, a produção de goiaba está aumentando na comunidade e começando a chegar o veneno, embora alguns estão com consciência de orgânico, mas quando eles verem a praga entrar, eles não vão querer perder a produção. Estou assustado com isso, mas, por enquanto, eles ainda estão bem conscientes com a utilização de esterco e não de adubos químicos” (SR. VALÉRIO ROCHA, 2022, s.p.).*

Desta forma, o fundo de pasto destina-se a criação de caprinos com a comunidade local denominada de Areia Branca, já começam a se preocupar com a expansão dos agrotóxicos, além da grilagem de terras que persistem neste território.

Do mesmo modo, em setembro de 2022, a grilagem de terras apresentada pelos pesquisadores do MAB (2018) continua tirando o sono dos moradores do Riacho Grande e comunidades circunvizinhas, dessa vez por causas de energias renováveis.

*“[...] Agora, novamente com a história de energia (eólica) aí são as fontes renováveis, disse que, em 2050 - 50% das fontes de energia no mundo é pra ser das fontes renováveis e Casa Nova, tá sendo o centro dessas coisas. Tem essa história aí que vai ser o maior parque da América Latina” (SR. ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA, 2022, s.p.).*

O líder do Fundo de Pasto na Bahia, durante a roda de conversa, informa que a comunidade de Riacho Grande e nenhuma outra que compõe a Areia Branca “é contra o desenvolvimento não, a gente não é contra desenvolvimento nenhum, desenvolver é preciso, mas agora, a gente é contra a forma que é feito, e ressalta a importância do atendimento da comunidade”.

*“[...] Mas, antes de tudo, quando você fala de fonte renovável, você também fala de fontes que vá atender o social, você não pode falar de fonte renovável tirando o povo do lugar, porque é o mesmo caso que a barragem fez. Vamos supor, vou botar 500 torres de energia aqui, mas vou ter que deslocar todo mundo aqui. Não foi o mesmo impacto? (SR, ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA, 2022, s.p.).*

No tocante aos grileiros na região, o líder de Fundo de Pasto Valério Rocha nos informou que mataram um primo dele, em Areia Grande e deixaram 9 cartuchos no pé do corpo e que, segundo o pessoal que tem experiência, falou para ele que eram mais 9 na lista e foi questionado se ele tinha medo de morrer.

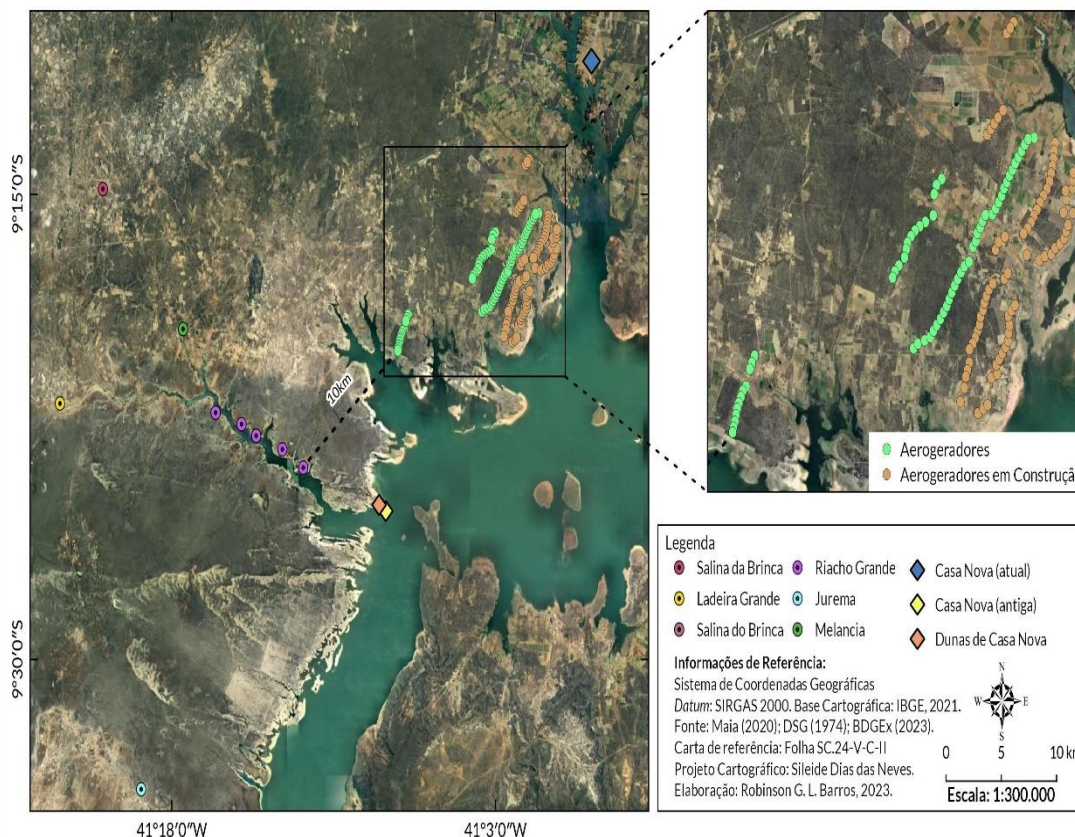
*“[...] Se eu morrer me defendendo e defendendo o que é meu e fazendo o que eu gosto, eu morro satisfeito, mas não é fácil as ameaças. Teve um tempo que passaram 30 minutos dando tiros no meio da gente, mas eu enfrentei de cabeça erguida”. (REPRESENTANTE DE FUNDO PASTO NA BAHIA, 2022, s.p.).*

Foram encontrados vários problemas na comunidade, como a escola sem energia elétrica, água encanada, banheiro para os alunos. A merenda escolar é realizada no mesmo local da sala de aula, bem como as condições do bebedouro escolar são insalubres. Ficamos com a pergunta: como podemos educar crianças em um ambiente escolar sem as mínimas condições de oferecer o digno para pessoas em idade escolar?

As condições precárias que são oferecidas para a comunidade de Riacho Grande fazem parte do depoimento do comunitário Cláudio Cascavel, quando trouxe que a dívida social com esses ribeirinhos é vivenciada, na prática, por essas comunidades que vivem na beira do lago de Sobradinho até os dias atuais. Aguardam o desenvolvimento e o progresso que foi prometido na construção da barragem de Sobradinho-BA há 50 anos atrás.

Como pode ser visto, a energia nem chegou nessas comunidades, após 50 anos do início da construção da barragem de Sobradinho, e seus moradores ainda precisam, continuar lutando pelo seu direito de permanecer no seu local de identidade há mais de 300 anos.

**Figura 23-** Mapa das Usinas Eólicas construídas e em andamento em Casa Nova



Fonte: Dados da Pesquisa

Alguns dos entrevistados sugerem a construção de cisternas em regiões sequeiras e o fornecimento de mais placas solares para que se tenha energia, considerando que, a placa atual não abastece o fluxo mínimo de consumo de energia, conforme relatado. “A geladeira só é ligada durante o dia, e, à noite, se desliga, pois não há energia suficiente para manter os aparelhos ligados continuamente como prometido pelo governo” (ENTREVISTADO, 2022, s.p.).

A comunidade não tem água para se beber nas torneiras, mesmo morando nas margens do rio, e nós e os moradores ficamos com mais outro questionamento: Qual o objetivo político dessa falta de respeito com esses moradores? Será pela resistência e lutas? Ou como forma de tentar expulsá-los pela carência de uma estrutura mínima para si e para seus descendentes? Até quando prevalecerá essa dívida social com essa população atingida?



**Imagem 24 - Estrutura Escolar**

Neves (2022)

*Essas são as condições da escola do território habitado pelos moradores do Riacho Grande.*

**Imagem 25 - Merenda e Bebedouro Escolar**

(a)



(b)



Foto 1 e 2: Neves (2022)

A Comunidade de Riacho Grande, aguarda o desenvolvimento e o progresso que foi prometido na construção da barragem de Sobradinho-BA há 50 anos atrás, pois a escola não tem energia, água potável, banheiro e a merenda fica dentro do local da sala de aula, bem como são péssimas as condições do bebedouro de água.

## 5.SÍNTESE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

Após 50 anos do início da construção da barragem de Sobradinho na cidade de Casa Nova, encontramos indicadores de infraestrutura precários nas comunidades elencadas, conflitos sobre regularização fundiária constantes e baixo nível nos indicadores sociais da juventude, principalmente, aqueles relacionados à educação para esses atingidos pela Barragem de Sobradinho-BA. Mas, como indicador positivo, a comunidade de Riacho Grande apresenta uma identidade coletiva, ou “identidade de resistência”, concebida pelos movimentos sociais, sendo o mais importante tipo de construção de identidade na nossa sociedade, já que há um contexto de relações de poder, que gera conflitos e tensões no âmbito da defesa dos ideais da coletividade.

A Administração Política traz, na sua essência, que, quando se opta por preservar os interesses de determinados grupos, os interesses dos demais ficam inevitavelmente contrariados, total ou parcialmente. Nesse sentido, a política de estabilização (de curto prazo, que atende a interesses específicos) se incompatibiliza com a política de expansão (de médio e longo prazo, supostamente de interesse mais geral), e que a expectativa de vida dos pobres é bem mais baixa em relação à dos ricos — as condições sociais impõem um modo de vida bastante precário; assim, adoecem e morrem mais cedo do que deviam e, certamente, queriam! Ou acreditam que esse fato seja um desígnio de Deus? Pois, na área das Dunas, já começaram a receber energia pelo governo do Estado da Bahia.

Para aquelas famílias que habitam neste território, o tempo que vivem nas localidades não é uma dimensão abstrata, nem apartada do espaço, haja vista que sua passagem está estreitamente relacionada com as mudanças ambientais, motivadas pelos movimentos naturais de enchentes e vazantes do “Velho Chico”, os quais sinalizavam a alternância cíclica entre dois períodos, sintetizada na expressão de “seca e a verde” (COSTA, 2013, p. 109). Da mesma forma que a atingida, moradora de Sento-Sé, Maria Júlia de Carvalho Souza ajudou na construção da metodologia do Diagnóstico e recebeu a equipe na sua casa para a aplicação do questionário, e conta que luta pelos direitos dos atingidos pela Barragem de Sobradinho há anos, vê na pesquisa uma importante ferramenta e destacou que essa pesquisa é uma luta nossa: “E, enquanto eu for viva, vou seguir lutando, pelo

bem da juventude. Antes de morrer, eu quero ver nossos jovens tendo uma cultura, uma coisa pra eles verem que têm futuro”, anseia (MAB, 2018).

Como resultado alcançado, apresentamos um modo de viver no nosso Sertão, do atingido pela barragem de Sobradinho e morador da cidade de Casa Nova, no povoado de Melancia, que diz ser “razão e emoção, defensor da cultura popular” e nos apresentou seu modelo sustentável na caatinga, em Casa Nova, com a presença da cisterna que tanto fez falta para pequenos agricultores, nos últimos quatro anos como política governamental para as pequenas propriedades.

O comunitário utiliza a água da cisterna para sua produção, cozinha e necessidades higiênicas de seus moradores. Como a água da sua localidade é salobra, os moradores fazem o “uso de potes de barro” para filtrar a água.

Por isso que, na luta pelo direito dos atingidos por barragens no Brasil, a (CDDPH, 2006) informa que o MAB não tem como objetivo, apenas, as indenizações, mas, em primeiro lugar, na permanência na terra e o respeito às comunidades envolvidas no conflito, expondo “a relevância e a magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens”.

**Imagem 26** - Sitio Cascavel – Desenvolvimento Territorial

(a)

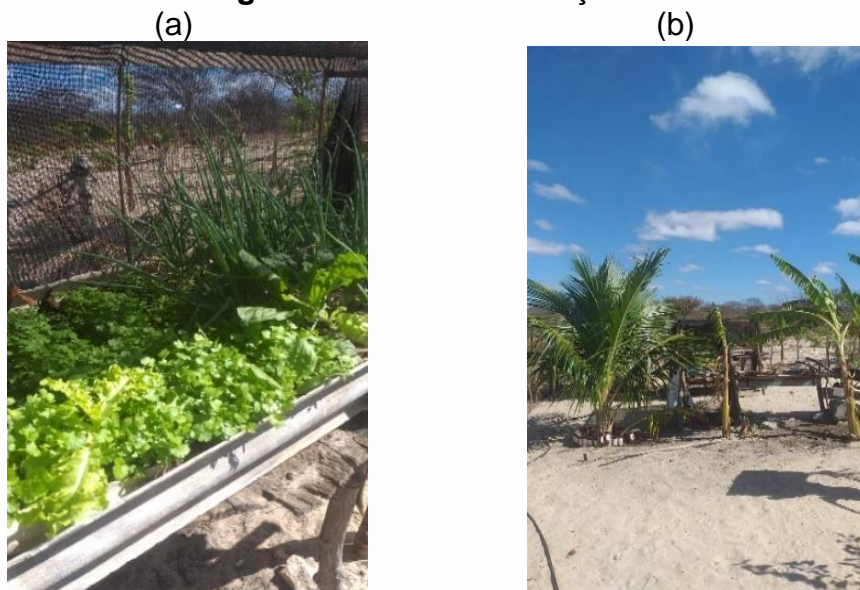


b)

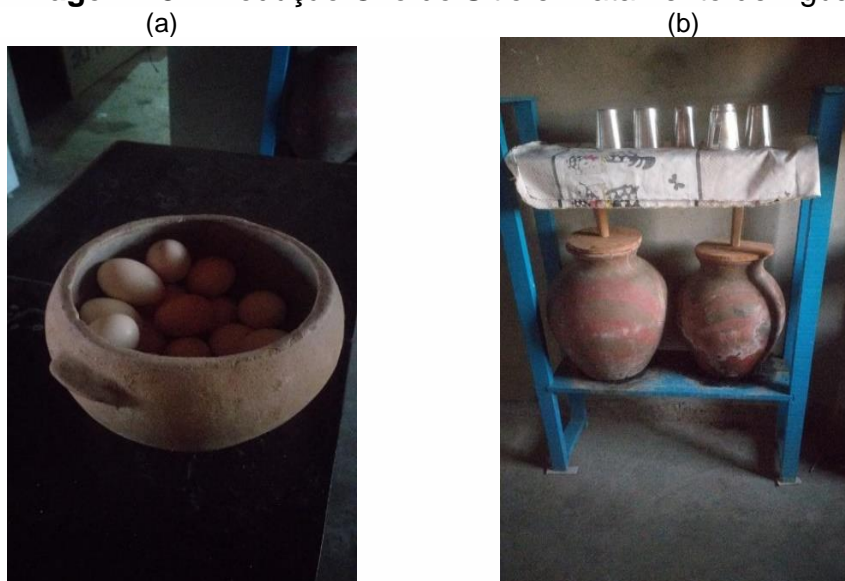


Foto 1 e 2: Cascavel (2022)

O comunitário apresenta na sua propriedade o modo de viver na caatinga e aproveitando seu desenvolvimento de forma sustentável de sua pequena propriedade familiar em Casa Nova.

**Imagem 27 - Horta e Produção Sitio***Foto 1 e 2: Cascavel (2022)*

E, na contramão das problemáticas dessas comunidades atingidas, conforme, a obra literária de Sá e Guarabyra, de 1977, da música “Sobradinho”, que retratou o drama vivido pela população expulsa das antigas cidades baianas para a formação do lago de Sobradinho, no estado da Bahia, que os poetas-cantores trouxeram, com poesia e política, a tristeza vivida pela população expulsa dos seus territórios e privados, de forma dramática, de seus espaços de convivência, referência, sociabilidade e sustentabilidade material

**Imagem 28 - Produção Ovo do Sitio e Tratamento de Água***Foto 1 e 2: Cascavel (2022)*



Para manter os modos de vida tradicionais, preservar bens culturais, materiais e imateriais dos povos tradicionais; que são vulneráveis, à proteção especial de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; à reparação por perdas passadas; de proteção a família e a laços de solidariedade social ou comunitária, o sítio mantém sua capela em pé de Umburana.

**Imagem 29 - Capela Santa Dulce**



Foto 1 e 2: Cascavel (2022)

Finalizando, exibimos as “Dunas do Velho Chico”, em Casa Nova, local turístico localizado nas ruínas da cidade antiga, as quais representam, para os idosos que foram atingidos, um local santo, onde foram depositadas sua identidade, cultura e pertencimento. Todavia, para a sua descendência, é sinônimo de prosperidade do capital, de turismo, diversão, riqueza para a cidade de Casa Nova-BA e a energia já está chegando.

Por isso, a ferramenta estratégica teórico-metodológica como instrumento de inclusão deste contexto social rural, trará a visão estratégica do desenvolvimento territorial sustentável destes atores sociais que compuseram a obra da construção da barragem de Sobradinho, não serão, simplesmente, participantes, pois, fazem parte desta obra, como consequências positivas a ampliação de conhecimento referente a uma determinada temática.

**Imagem 30 – O Sertão virou Mar**



Fonte: Neves (2022)

Como instrumento estratégico de análise dessas mazelas do capitalismo, que só valoriza a iniciativa privada, ou seja, os donos do poder; e, ainda, mantém com essa população atingida pela barragem de Sobradinho-BA, uma dívida social, que busquem um diálogo com essas comunidades, como forma gestão social, através da formação de parcerias com Órgãos Governamentais, Universidades, Movimentos Sociais e demais entidades privadas e parcerias público-privada.

Uma forma de dialogar e atender, na medida do possível, as necessidades de infraestrutura, educacional e regularização de conflitos fundiários, que esses atingidos são impactados até os dias atuais.

**Imagem 31 – Dunas do Velho Chico e o Sertão virou Mar**

(a)



(b)



Foto 1 e 2: Neves (2022)

Essa inclusão, pode ser reverberada em políticas públicas educativas como instrumento reparadoras que podem mudar a realidade desses participantes e para academia, por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar que aborda a percepção do papel das ciências sociais, como instrumento de compreensão da vida social dos indivíduos, da concepção de territorialidade e identidade, do cenário do qual fazem parte os sujeitos estudados, e, como produto resultante desse estudo, requer atenção especial a dimensão histórica, tanto para a recuperação de memórias e tradições, como para a sua reinvenção permanente, como dinâmica de desenvolvimento territorial, e o seu grau de sustentabilidade nas esferas identitárias, social, econômica, técnica, política, institucional e ambiental, bem como, seu grau de autonomia e relação com escalas superiores de organização e gestão, como ações de extensão como programas de capacitação para agricultores familiares sobre práticas agroecológicas e de educação ambiental nas escolas e comunidades, com atividades práticas voltadas para o conhecimento dos processos agrícolas sustentáveis, incentivando a alimentação saudável e a valorização dos produtores locais e assistência técnica para esta população atingida que vivem da agricultura familiar.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa cumpriu seus objetivos, identificando, um referencial teórico-metodológico que fundamentasse e amparasse-se a contraposição da perspectiva de análise proposta, com a inclusão da participação social no debate entre vários atores da sociedade civil, tendo em vista que as ações do Estado e da sociedade, contribuindo para que não ocorra a má alocação desses recursos, por conseguinte, o não atingimento da finalidade para que foi planejada.

O estudo destacou o aporte do território, na busca de um processo de construção social, envolvendo diferentes atores e da sociedade civil, que procuram sempre a cooperação e o trabalho em parceria, com o compartilhamento das ideias e a garantia das representações dos diferentes grupos que integram o território, e por meio desta pesquisadora, iniciou-se canais de comunicação com a sociedade

civil, como a criação de rede sociais da comunidade atingida, horário em rádio local, canal de Youtube como forma de manter a história viva e dialogar com outros meios.

Outra contribuição relevante da tese foi a importância da necessidade de se contextualizar o entendimento sobre as concepções de gestão social, no cenário das mudanças ocorridas nas últimas décadas na sociedade brasileira. Estado e sociedade devem partilhar, democraticamente, o espaço público, sem esquecer que, nestes, estão em disputa os projetos do Estado, seus corpos técnicos e os da sociedade civil; das organizações não governamentais; dos sindicatos; das igrejas; dos movimentos sociais; dos partidos políticos e outros, cabendo ao estado o seu papel de regulador e à sociedade exercer o controle social, a fim de assegurar os direitos de cidadania (LESSA, 2013) e da necessidade de parcerias público-privadas para o atingimento do bem-estar da comunidade.

Como descritos pelos atingidos pela Barragem de Sobradinho, na cidade de Casa Nova-BA, a obra realizada pelo governo federal em pleno período militar, com a promessa do progresso para a região, só trouxe indicadores de infraestrutura precários nas comunidades elencadas, conflitos sobre regularização fundiária constantes e baixo nível nos indicadores sociais da juventude, principalmente, aqueles relacionados à educação para esses atingidos pela barragem de Sobradinho-BA e não foi conduzida da maneira mais apropriada para aquele tipo de empreendimento.

Questiona-se: qual era o progresso? Se esse progresso era levar energia para quem, pois, as comunidades rurais à beira do lago de Sobradinho-BA, vivem sem energia até hoje e na pobreza, em embate com o progresso do capital ao lado, pois, o sinal do desenvolvimento que essas comunidades apresentam, são estradas de terras de chão, ausência de estruturas básicas de energia elétrica, água tratada, internet, escolas, etc., contestando-se, com a promessa do progresso há 50 anos.

No tocante à economia, o município não oferece um projeto de irrigação local, e no que se refere, ao sentimento de identidade e pertencimento ao território, são poucos os casa-novenses que têm orgulho da cidade, - a maioria dos jovens querem sair da cidade para locais mais desenvolvidos, já que, não se sentem pertencente àquela cidade, que tem menos de 50 anos de existência e não há registro de sua história tão recente, necessita preservar sua cultura, identidade e pertencimento.

Importante observar que esta pesquisa apresenta limitações, relacionadas à construção com os familiares dos agricultores atingidos pela barragem de



Sobradinho-BA, especialmente, pela dificuldade de participação destes atores, no entanto, nossos indicadores foram compatíveis com a realidade baseada pelos outros atores e estudos anteriores e outras relacionadas ao evento, da não averiguação de estudos para elaboração de políticas públicas locais da caprinovinocultura, apresentada como economia mais importante do município de Casa Nova pelos atores sociais da agricultura familiar, e que necessitam de tecnologias mais inovadoras para seu efetivo retorno social a longo prazo, bem como, de pesquisas de conservação da caatinga, - merecendo destaque por alguns entrevistados, deste modo, pode ser mais aprofundado em trabalhos futuros.

A aplicação para o estudo/avaliação de uma prática administrativa interdisciplinar por meio de várias ciências, como administração (com ênfase na administração política), geografia (com ênfase na geografia política), agroecologia (saberes populares) e desenvolvimento territorial (participação social), desempenhou o objetivo de um doutorado profissional e nota-se, como conveniência de estudo futuro em torno da validação desse modelo, a fim de que possa subsidiar outras pesquisas nessa direção.

Percebe-se, assim, uma oportunidade de Gestão Social participativa, por meio de políticas locais, na Comunidade de Areia Branca, que envolve comunidades tradicionais de fundo de pasto de Riacho Grande, Melancia, Ladeira Grande, Salina da Brinca, Jurema, bem como, de demais comunidades rurais, com o objetivo organizar a cadeia produtiva e buscar projetos com órgãos de fomento por meio da educação e transformação da realidade local, pois, essas comunidades rurais tem com o objetivo organizar a cadeia produtiva sustentável, busca projetos com órgãos de fomento por meio da educação, desta maneira, podendo transformar a realidade local, e necessitam de assistência técnica.

Há perspectivas dessa população atingida pela barragem de Sobradinho, de realização de convênios e parcerias com outras entidades, como o Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF SertãoPE, no Campus Zona Rural no tocante à desenvolvimento de práticas agroecológicas, e da utilização de sementes crioulas, que dará aos pequenos agricultores, melhores condições de produção sustentável ao seu habitat natural, adequando-se ao bioma da caatinga, e preservando sua cultura local.

Necessita-se, ainda de parcerias dos movimentos sociais e associações que possuem uma excelente relação com os Programas de Mestrado em Extensão Rural

e do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial na Univasf, avançando, desta forma, nas reflexões sobre a temática de desenvolvimento rural sustentável, propondo uma gestão social que articule empresários, e as universidades, organizações não governamentais, pesquisadores, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros, para operar a transformação na sociedade, de forma que a atividade econômica seja o meio e o bem-estar social o fim.

Esse estudo ainda, possui uma relevância acadêmica, social e profissional envolvendo os campos de conhecimento da administração política e da gestão social com vistas a contribuir para a concepção de um novo padrão de gestão, sustentado em uma perspectiva interdisciplinar, como conceitos centrais para o desenvolvimento territorial, privilegiando bases epistêmicas e teórico-metodológicas críticas comprometidas em interpretar de forma mais compreensiva a multiplicidade e complexidade dos fenômenos sociais que as políticas de desenvolvimento envolvem, dando voz aos atores sociais que têm sido invisibilizados e silenciados desde o processo de desapropriação ao qual seus pais foram submetidos.

Questiona-se: “qual era o progresso na construção da barragem de Sobradinho? Se no planejamento da obra, esse progresso era para trazer energia para o povo, então, qual o motivo de não ter chegado até hoje? Já se passaram 50 anos e o sinal do desenvolvimento que essas comunidades apresentam; são apenas de estradas de terras, sem estruturas básicas, como energia elétrica, água tratada, escolas, creches, postos de saúde, internet, etc., contradizendo, com a promessa da construção da barragem de Sobradinho-BA, já que, o município de Casa Nova gera energia para o Brasil e suas comunidades rurais com menos de 40 km da sua sede, ainda hoje, utilizem placas solares deficitárias.

Como sugestões futuras, há várias indagações, como: por que o Projeto Nacional Desenvolvimentista não foi capaz de assegurar o desenvolvimento social e o bem-estar do povo brasileiro, do pressuposto da construção da barragem de Sobradinho, de que forma a teoria da Administração Política possui subsídios para esclarecer esse descompasso entre o planejar e executar, já que na década de 1970 não havia a teoria da administração gerencial e qual a relação da Administração Política fundamentada na (Gestão, Gerência, Bem-estar e o modelo conceitual).

Recomenda-se ainda, a elaboração de uma proposta conjunta contendo um Plano de Reparação de Danos Sociais que deve conter (Resumo Executivo,

Sumário, Metodologia, Diagnóstico Situacional, Descrição do Público-Alvo, Objetivos e Metas, Estratégias de Enfretamento (Econômica, Social, Cultural e Ambiental), Plano de Ação, Avaliação Financeira, Análise do Retorno Sobre Investimento e Implementação e Controle, elaboração de documentários e canais de comunicação com esta população, como forma de participação popular e uma “audiência pública com os atores sociais envolvidos”.

Logo, é crucial apresentar ferramentas com perspectivas inclusivas que possam promover a agricultura familiar e desenvolvimento territorial, através de uma política pública para essa população atingida pelo Governo do Estado da Bahia, Governo do Município de Casa Nova-BA, MAB e Universidades, Instituto Federal Sertão Pernambucano, Campus Zona Rural e integrantes da sociedade civil, com **um olhar da gestão social sobre estas famílias** e os efeitos da construção desta barragem, contendo uma metodologia de Planejamento Participativo e Plano de Reparação dos Danos Sociais, ocasionados pela instalação da construção da hidroelétrica.

Como, acadêmica de um Doutorado Profissional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, espera-se, que uma Política de Gestão Social de Inclusão para essa famílias atingidas na década de 1970, contemple um mínimo de “reparação” para os impactos motivados pelas dimensões sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais, mas que, especialmente, não precise aguardar um século para serem “avaliadas” e “acolhidas” pelos entes governamentais, academia e sociedade civil, já que, temos, a Administração Política como campo do conhecimento das ciências sociais e, deste modo, um campo multidisciplinar, em que, atos e fatos administrativos aproximam-se do campo da filosofia política e sua ‘virtude’ é um valor social do pensar (filosófico do planejar) e o fazer da administração (executar).

Portanto, os fenômenos administrativos são representados por demandas filosófica, de subjetividade no seu planejamento (gestão), mas, necessita ser articulado com a dimensão (gerir), assim, se não houver um “planejar (gestão) o “executar”, dessas ações articuladas, os relatos e demandas testemunhadas por esta amostra da população de Casa Nova, que foram os verdadeiros autores desta obra, ficarão para sempre eternizadas no planejamento e subjetividade; deste modo, necessita-se, desenvolver a gerência da academia na execução da ciência nordestina e dos saberes populares do nosso povo, objetivando-se, uma ação

conjunta, para o atingimento do bem-estar social, **“como a construção de um “Museu dos 50 anos Barragem” nas Dunas de Casa Nova que é um ponto turístico e poderá, incluir a comunidade gerando renda por meio de sua cultura local.**

Concluo, com o seguinte questionamento dos pequenos agricultores atingidos pela barragem de Sobradinho na Comunidade do Riacho Grande: **“desenvolvimento de quem e desenvolvimento para quem?** Não somos contra o desenvolvimento, pois o progresso é necessário, mas contra a forma como é feito, sem consultar às comunidades”.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRÖDER, M. **A agricultura familiar entre o setor e o território. Relatório final para o projeto As forças sociais do novo território – o caso da mesorregião grande fronteira do MERCOSUL.** Programa de pesquisa: movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial RIMISP/IDRC. 2013.
- ALBAGALI, S. **Território e territorialidade.** In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Brasília: Sebrae, 2004.
- ALBANO, M. L. C. Barragem de Sobradinho e a inundação da cidade de Casa Nova/BA: uma (outra) narrativa a respeito do “desenvolvimento” no sertão baiano. In: Encontro Anual da ANPOCS, 42., Caxambu, 2018. **Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu. ISSN 2177-3092 Disponível em BARRAGEM de Sobradinho. Rivale, Juazeiro, ano 2, n. 30, p. 1, 15 abr. 1973.
- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo.** 8 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005, p. 14
- ALIMONDA, H. (org). **La Naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina.** CLACSO, Buenos Aires - Argentina v.1, ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3 Ed. Revista e ampliada, São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 400p., 2012.
- AMARAL, A.. R.P. Sento-Sé **Memórias de Uma Cidade Submersa.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro (BA): 2012.
- ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão no Nordeste.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE NETO, Guilherme Ernesto de. **De "beradeiros" a pequenos produtores rurais: as transformações induzidas pela construção da barragem de sobradinho no modelo de produção agrícola das famílias que viviam às margens do rio São Francisco.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, 27, dez. de 2019. Disponível em: [Nas margens da resistência: uma análise dos impactos causados pela construção da barragem de Sobradinho/BA na vida das famílias beradeiras da comunidade de Brejo de Fora | Guilherme Ernesto de Andrade Neto Andrade - Academia.edu](#). Acesso em: 03, ago. de 2021
- ARAÚJO, E. T. **Gestão Social.** In: BOULOSSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em Gestão Social.** Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.
- ALTIERI, M.A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture.** Boulder: Westview Press, 1987. Disponível em: Agriculture Westview/dp/0813372844. Acesso em: 10, Jan. 2021. \_\_\_\_\_. Agroecologia: bases

científicas para uma agricultura sustentável. 3 Ed. Revista e ampliada, São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 400p., 2012.

BANCO MUNDIAL. **Governance: The World Bank's Experience**. Washington D.C.: World Bank, 2015.

BANCO MUNDIAL. **A Decade of Measuring the Quality of Governance - Governance Matters 2006 - Worldwid Governance Indicators**. Washington D.C.: World Bank, 2006.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. 1991. Terras negras: Invisibilidade expropriadora. **Textos e debates 1(2)**: 7-24. Florianópolis: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, E. da R. **O que ficou sob as águas**. In: **Edmerson dos Santos Reis; Josemar Martins Pinzoh**. (Org.). O paradigma cultural: interfaces e conexões. 1ªed. Curitiba: CRV, 2016, v. 1, p. 1-220.

BARROS, E. da R.; RODRIGUES, R. S. **O discurso jornalístico a respeito do progresso no Rivale no tempo da construção da barragem de Sobradinho**. Revista Brasileira da História da Mídia. v. 10, n 2 (2021).

BECKER, B. K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

BENINCÁ, D. Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragem. São Paulo: Cortez, 2011.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As Regiões Ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BERMANN, C. **Impasses e controvérsia da hidroeletricidade**. Estudos Avançados, vol. 21, n. 59, p. 139-153, abr. 2007.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BÔA NOVA, A. C. **Energia e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

BORENSTEIN, C.R.; CAMARGO, C.C.B. **O setor elétrico no Brasil: dos desafios do passado às alternativas do futuro**. Editora Sagra, Porto Alegre, 1997.

BOULLOSA, R. de F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da policyanalysis e da abordagem social da aprendizagem. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, 11, 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador:

BOULLOSA, R.de F; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32, 2008. Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM. CIAGS/UFBA, 2009.

BOULLOSA, R. de F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da policyanalysis e da abordagem social da aprendizagem. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, 11, 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador:

BRANT CARVALHO, M. C. Gestão social e políticas públicas: uma questão ainda em debate no século XXI. In: JUNQUEIRA, L. A. P.; DIAS, S. L. F. G, WANDERLEY, M. B., MENDONÇA, P. (Org.). **Gestão social: mobilizações e conexões**. São Paulo. LCTE, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 73/2013 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2013. Brasília: Senado Federal, 2013.

BURTON, Richard Francis. Viagens aos planaltos do Brasil (1868). 1º. Tomo. São Paulo: **Companhia Editora Nacional**, 1941 (Coleção Brasileira, vol. 197).

BRUCKMANN, M. **Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BRUNET, R. **ê territoire dans ês turbulences**. Paris: Reclus, 224 p. 1990.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997 (Ensaio Latino-americanos, 1).

CANÇADO, A.C. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2. ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais**. Cadernos EBAPE. BR, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2015.

\_\_\_\_\_. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (ORGS.) **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília/DF: 2009, p. 65-111.

\_\_\_\_\_. (ORGS.) **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília/DF: 2009, 111p.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; MEIRA, Suzana G. Agricultura orgânica: **uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais**. Campo-Território, v. 9, n. 19, p. 149- 176, out., 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (ORGS.) *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília/DF: 2009, p. 65-111.

\_\_\_\_\_. (ORGS.) **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília/DF: 2009, 111p. CAPORAL, F.R... Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília; 2008. 35p.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (ORGS.) *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília/DF: 2009, p. 02-64.

CARVALHO, M. C. B. **Gestão Social: alguns apontamentos para o debate**. In: **Gestão Social - uma questão em debate**. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. Volume II. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZELLA, A. Especificação territorial e mediação de conflitos: desafios para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento territorial. **Apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Rural e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, agosto de 2005.

CEDRO, R.R. **Desenvolvimento rural e a OMC: a experiência do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2011.

Comissão Especial "Atingidos por Barragens" e soluções n.º 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07 - **Relatório da Violação dos Direitos Humanos na construção de barragens**. Conselho e Defesa dos Direitos da Pessoa Humana na / (CDDPH), Brasília/DF, CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA-CDDPH. Comissão Especial. Atingidos por Barragens. Brasília, 2006. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-Barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>. COASE, R. H. The Nature of the Firm. In: WILLIAMSON, Oliver E.; WINTER, Sidney G. (Ed.). *The Nature of the Firm*. New York; Oxford: Oxford University, 1991. p. 18-33.

COSTA, A. L. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do estado. In: VIANNA JÚNIOR, Aurélio (org.). **Hidrelétrica, ecologia e progresso: contribuição para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação.1990. p. 55-67.



COSTA, A. L. M. **Uma retirada insólita**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

COSTA, F. V. **Participação Social e Desenvolvimento Local: um olhar sobre a experiência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Petrolina** / Franklin Vieira Costa. – – Juazeiro, 2022. xv, 185 f.: il.; 29 cm. Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural, Juazeiro-BA, 2022.

COSTA, M.E. (1991). **Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade**. Lisboa: INIC.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 2, Ijuí, jul./dez., 2003.

Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens **O caso da UHE de Sobradinho (Ba) Relatório** I Ipea Março de 2017.

DOWBOR, L. A gestão social em busca de Paradigmas. In: **Gestão Social - uma questão em debate**. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.

ESTRELA, E. S. **Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho- BA**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

EVANS, P. B.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. **On the road toward a more adequate understanding of the State**. In: EVANS, P. B.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Orgs.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 346-366.

FAINZILBER, A. **Energia hidroelétrica**. Rio de Janeiro: Bloch. 1980.

FAO. **El nuevo modelo de gobernanza territorial en América Latina y el Caribe**. FAO, 2015.

FERRARO JR, L. A.; BURSZTYN, M. À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: razões dos Fundos de Pasto na história do Brasil e do Nordeste (1534 – 1982). In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Sociedade e Ambiente – ENANPPAS**, 5, 2008, Brasília, Anais... Brasília, 2008.

FISCHER, T. M D. Poderes locais, desenvolvimento e gestão uma introdução a uma agenda. In FISCHER, T. M D. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, p.12-32, 2002.

\_\_\_\_\_.; MELO, V. P. Gestão Social do Desenvolvimento e Interorganizações. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, 2003, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD ROM.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva. In FISCHER, T. M D.; ROESCH, S.; MELO, V. P. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, p.13-41, 2006.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F.; ARAÚJO, E. T. de. Avaliação de Programas de Pós-graduação em Gestão Social. In Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade - EnEPQ, 1, 2007, Recife. **Anais...**, Recife: ANPAD, 2007. 1 CD ROM.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Avaliação de Programas de Pós-graduação em Gestão Social. **Gestão.Org**, Número Especial I ENEPQ, p 48-58, nov., 2008

\_\_\_\_\_.; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R. de; JESUS, A. de; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Rev. Adm. Pública**, v. 40, n. 5, p.789-808, outubro, 2006.

\_\_\_\_\_.; ROESCH, S.; MELO, V. P. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

FONTANA, B. "Gramsci on politics and the state". **Journal of Classical Sociology**. Número 11, 2011

FORTINI, E., J. C. S; DIAS, M. T. F. **Políticas públicas possibilidades e limites**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. **Definindo gestão social**. In: Silva Jr, Jeová; Mâsih, Rogerio et FRANÇA FILHO, G.C. Gestão Social: um conceito em construção. In: IX Colóquio Internacional sobre Poder Local – II Colóquio Internacional em Análisis de las Organizaciones Y la Gestion Estratégica: perspectiva latinas, n.º 2, 2003. Salvador – Bahia, 16 a 18 de junho. **Anais** Salvador: CIAGS, 2013, p. 1-16.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: Silva Jr, Jeová; Mâsih, Rogerio et. al. (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. **Fortaleza**: Imprensa Universitária, 2008.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - The IMF's Approach to Promoting Good Governance and Combating Corruption — **A Guide**. **International Monetary Fund**. Disponível em [www.imf.org](http://www.imf.org), 2005.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GARCEZ, A. N. R. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo**. Salvador: INTERBA/CAR, 1987.

GERMANI, Guiomar I. Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais. In: **Cadernos de Geociências**, v.1, n.6, Salvador (BA), nov. 2001. p. 133-144.

GERMANI, Guiomar I. A Pequena Propriedade e o Meio Ambiente no Médio São Francisco. In MEDEIROS, R. M. V e FALCADE, (org). **Tradição Versus Tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.125-142z.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: ed Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed Atlas, 2008. 200 p.

GLIESSMAN, S. R.. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GOMES, F. A. M. **A eletrificação no Brasil**. São Paulo: Eletropaulo, 1985; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL [CMEB]. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil, Rio de Janeiro: Centro de Memória da eletricidade no Brasil, 1988.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.. Agroecología: bases teóricas para una história agraria alternativa. **Agroecología y Desarrollo**, n.4, p.22-31, dic. 1992.

GUERRA, J.; TEODÓSIO, A. D. S. S. Dialogismo e reflexividade: uma análise da contribuição dos centros e programas de estudos de gestão social no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n especial, p. 45-62, 2015.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E.. (coord.). **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HABERMAS, J. **Between Facts and Norms**. Cambridge: MIT Press, 1995.

HABERT, N. **A década de 70**. São Paulo: Ática, 1992.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.166-205.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Basil, 2008.

HICKS, J. R. **The Foundations of Welfare Economics**. The Economic Journal, v. 49, n. 196, p. 696-712, 1939.

HOCHSTETLER, K.; KECK, M. E. **Greening Brazil: environmental activism in state and society**. Durham: Duke University Press, 2007.

IANNI, O. O Estado e o planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, 5a ed., Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Produção Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: 2005.

IBGE CIDADES. Histórico de Casa Nova, 2020 História e Fotos. Disponível em: Acesso em: 15 de maio de 2022.

IBGE CIDADES. Histórico de Casa Nova, 2017 História e Fotos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

IPEA. Brasil em desenvolvimento: **Estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2018.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea/Puc-Campinas, 2001, 146 p.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

JUCÁ, Joselice. CHESF -35 Anos de História. Recife: CHESF, 1982.

JUNK, W. J.; NUNES DE MELLO, J. A. S. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. **Estud. av. [online]**. i 1990, vol.4, n.8, pp. 126-143. ISSN 0103-4014.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle 2ª Edição**. São Paulo: Ed Atlas, 1992. 725 p. LAFER, Betty Mindlin (org.). Planejamento no Brasil. São Paulo, 2a ed., Perspectiva, 1973.

LESSA, R. Governo, governabilidade e governança. In: DI GIOVANNI, G. E.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Fundap, Imprensa Oficial, 2013.

LEWIS. W. ARTHUR. 1958. Unlimited Labour: Further notes”. **Manchester School of Economic and Social Studies**, Vol 26 (1.). pp. 1-32.

LIMA, J. L. **Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80**, 1934-1984. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1995.

LINDBLOM, Charles E. “Still Muddling, Not Yet Through”, **Public Administration Review** 39: 517-526. 1979.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

LOCATELLI, C; ROCHA, H.J. Influência e efetividade do empreendedor e do MAB sobre as decisões de remanejamento pelos atingidos por hidrelétricas. In: **Democracia Local, Capital Social e Qualidade de Vida: O Caso dos Atingidos por Barragens no Brasil - BAQUERO, M; PASE, H (org.)** - Editora da UFRGS, 2013.

KAYANO, J.; CALDAS, E.L. PAULICA, V.; SPINK, P. (Org.). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania. São Paulo: FGV/EAESP, 2002. p. 291-308

MAB. **A luta dos Atingidos por Barragens contra as transnacionais pelos direitos e pela soberania energética**. Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos (MAB). São Paulo, 2008. Cartilha Pedagógica, Atingidos por Barragens (MAB). São Paulo, 2008. Cartilha Pedagógica. Uma História de Organização e Luta. Parte 01. [s.l.: s.n.]. História do MAB. Disponível em: [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br). Acesso em 29 de maio de 2011. Violação dos Direitos Humanos na Construção de Barragens. Síntese do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. São Paulo, março de 2011.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. 2018. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br>

McCarthy, John D., e Mayer N. Zald (1977), “Resource mobilization and social movements: a partial theory” *American Journal of Sociology*, 82, pp. 1212-1241. DOI: 10.1086/226464

MACHADO, L.M.O. **Sociedade civil e esfera pública: a participação social em debate**; 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MAIA, I. C. Contra cartografias do Fundo de Pasto de Areia Grande (Casa Nova, Bahia): **entre dinâmicas tradicionais e lutas territoriais. Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. MAIA, M. Gestão social: reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez., 2005.

MARQUES, J. **Cultura Material e Etnicidade dos Povos Indígenas do São Francisco Afetados por Barragens: Um Estudo de Caso dos Tuxá de Rodelas**. Salvador: UFBA, 2008. Tese de Doutorado

MARQUES, J.; WAGNER, A.; MENEZES, L. (Orgs). **Barrando as Barragens: O Início do Fim das Hidroelétricas**. Paulo Afonso-BA: Editora SABEH, 2018. [18]

MARTINELLI, M.L. Pensar a identidade: eis a tarefa. Um ensaio sobre a identidade profissional do Serviço Social. KARSCH, U. (Org.) **Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal**. Vol.2. São Paulo: EDUC: 2005.

MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**, 9ª edição, Livro I, Volume I, Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1986.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE (Ed.). **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil: Memória da Eletricidade no Brasil, 1988, p.186.

MENEZES, L. S. de.; MARQUES, J.A **Barragem de Itaparica e os Atingidos de Petrolândia** – PE. Juazeiro: 2017.

MOREIRA, R. M.; CARMO, J. D. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura**, v. 51, n. 2, p. 37-56, 2004.

NASCIMENTO, A. C.; ALVES, S. A.; MESQUITA, H. A.; MENDONÇA, M. R.; AVELAR, G. A. Do Global ao Local a Luta se Faz: A Territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens no Vale do Atingidos por Barragens no Vale do Rio São Marcos. **Pegada**. vol. 4 n. 2. São Paulo. 2003. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA42/catalaov4n2nov2003.pdf>>

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NITSCH, Manfred. 1994. "Riscos do planejamento regional na Amazônia brasileira: **Observações relativas à lógica complexa do zoneamento.**" In A Amazônia e a crise da modernização, M.A. D'Incao e I.M. da Silveira, orgs., págs. 501-512. Belém:Museu Paraense Emílio Goeldi...

NITSCH, Manfred. 1994. "Riscos do planejamento regional na Amazônia brasileira: **Observações relativas à lógica complexa do zoneamento.**" In A Amazônia e a crise da modernização, M.A. D'Incao e I.M. da Silveira, orgs., págs. 501-512. Belém:Museu Paraense Emílio Goeldi...

NITSCH, Manfred. 1994. "Riscos do planejamento regional na Amazônia brasileira: **Observações relativas à lógica complexa do zoneamento.**" In A Amazônia e a crise da modernização, M.A. D'Incao e I.M. da Silveira, orgs., págs. 501-512. Belém:Museu Paraense Emílio Goeldi...

OLIVEIRA, A. W. S. Agroecologia e inovação social. In: CARMO, D. L. et al. (Org.). **Diálogos transdisciplinares em Agroecologia: Projeto Café com Agroecologia**. Viçosa: FACEV, 2021. cap. 1, p. 15-23.

OLIVEIRA, N. C. C. **A grande aceleração e a construção de barragens no Brasil**: Centre d'Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines Université de Versailles, France, 2018.

ONU – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Gobernanza global y desarrollo: nuevos desafíos y prioridades de la cooperación internacional.** Argentina: Siglo XXI Editores, 2015, 287 p.

PACHECO, C. S. G. R. P. **Território Paleodunar em Casa Nova/BA: agroecologia, meio ambiente e (in)sustentabilidade.** – Juazeiro - BA, 2021. xv, 138 f.: il.; 29 cm. Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus, Juazeiro – BA, 2021.

PAIVA, Carlos Águedo. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** Porto Alegre: FEE, 2004. (Documentos FEE, n. 59).

PECQUEUR, Bernard. **Le Développement Local**, Ed. Syros, 2ème édition, Paris, 2000. Patrícia Aparecida Ferreira 3 Ana Alice Vilas Boas 4 Elias Rodrigues de Oliveira 5 Raquel Finamor Cardoso.

PEREIRA, J. R.; FERREIRA, A. F.; VILAS BOAS, A. A.; OLIVEIRA, E. R.; CARDOSO, R. F. Gestão social dos territórios da cidadania: o zoneamento ecológico econômico como instrumento de gestão do território noroeste de Minas Gerais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 724-747, 2011.

PETERS, Guy. La Capacidad para Gobernar: retrocediendo hacia el centro. Revista del CLAD Reforma y Democracia, n. 27, CLAD, Caracas, p. 1-15, 2003.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia – Associação de Geografia Teorética** - Rio Claro, SP: v. 31, p. 437-454, set./dez. 2006.

PIRES, E.L.S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, PIRES, E.L.S.; FUINI, L. L.. MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. P. **Governança Territorial: Conceitos, fatos e Modalidades.** Rio Claro: UESP – IGCE: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.

PIRES, E.L.S. A Governança Territorial no Estado de São Paulo: modalidades, formas de coordenação e princípios reguladores. Estudos Geográficos, Rio Claro, 14(2): 143-164, jul./dez. 2015.

SACK, R. PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, p. 16-50, jan/jul. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; QUENTAL, P. de A. Colonialidade do poder os desafios da integração regional na América Latina. Polis - **Revista Latino-americana**, 2012. Disponível em: <http://polis.revues.org/3749?lang=pt> 1/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA: Disponível em < <https://www.casanova.ba.gov.br/>

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A Produção das Estruturas Territoriais e sua Representação. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

ROCHA, H. J. **Relações de Poder na Hidreletricidade: a Instalação da UHE Foz do Chapecó na Bacia do rio Uruguai**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e ciências Humanas. Campinas, SP, 2012.

ROCHA, Geraldo. O rio São Francisco: Fator precípua da existência do Brasil. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/CODEVASF, 1983 (Coleção Brasileira, volume 184). D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, Marshall. 1997. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: **porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção**". *Mana* 3(1): 41-73 e (2): 103-150.

SANTOS, C. J. S. e. **Fundo de Pasto: tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês**. 2010. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

SANTOS, E. L.; RIBEIRO, E. M. ; GOMES, F. GUEDES; SANTOS, R. S. . Administração Política: ensino, pesquisa e prática. FAROL - **REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE**, v. 4, p. 505-523, 2017.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. A natureza do espaço – **Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, R. S. A administração política como campo do conhecimento. São Paulo/Salvador: **Hucitec/Mandacaru**, 2004.

SANTOS, R. D. S.; RIBEIRO, E. M.; CHAGAS, T. **Bases teórico metodológicas da administração política**. *Revista Brasileira de administração política*, São Paulo, v. 1, p. 19-43, outubro 2008.



SANTOS, R. S. **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Mandacaru, 2009;

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. Estranhos acontecimentos e a pesquisa em administração. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 6, n. 1, p. 5-12, 2013.

SANTOS, R. S. ; RIBEIRO, E. M. ; GUEDES, F.; BAPTISTA, J. M. P.; RIBEIRO, Mônica M. Outro modo de Interpretar o Brasil. **REBAP. REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA**, v. 8, p. 5-12, 2015.

SANTOS, R. S., RIBEIRO, E. M.; RIBEIRO, M. M.; PINTO, F. L. B. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. **CADERNOS EBAPE.BR (FGV)**, v. 15, p. 939-959, 2017.

SAQUET, M.A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHEREN-WARREN, I. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In: **Sociedade e Estado**. Volume XIII, número I: EDUNB, pp.55-70. 1998.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural** Santiago: Centro Latino Americano para o Desarrollo Rural, (Caderno Debates y Temas Rurales, n. 1), 2004

SEN, A. K. Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. **Philosophy and Public Affairs**, v. 6, n. 4, p. 317-344, 1977.

SEVILLA GUZMÁN, E. Ética ambiental y agroecología: **elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica**. Córdoba: ISEC-ETSIAM: Universidad de Córdoba, 1999.

SEVILLA GUZMÁN, E. **De la sociología rural a la agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional - UFRJ, 1986.

SILVA, E. M. da. Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e Desenganos. Salvador: 2010. In: SILVA, P. da. **A construção da Barragem de Sobradinho a partir da Diocese de Juazeiro:1962-1982**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2002.

SILVA, J.M.P. **Poder, governo e território na sociedade contemporânea**. Série Estudos e Ensaio/Ciências Sociais. FLACSO – BRASIL. 2009.

Disponível: [http://www.flacso.org.br/porta1/pdf/serie\\_estudos\\_ensaios/Joao\\_Palhet.pdf](http://www.flacso.org.br/porta1/pdf/serie_estudos_ensaios/Joao_Palhet.pdf).

SILVA JR, J. T. Descentrando a pesquisa: o laboratório interdisciplinar de estudos gestão social (LIEGS). In SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. O futuro da gestão social. In SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008b.

\_\_\_\_\_.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; SCHOMMER, P. C. Introdução. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008c.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; RAMOS, R. R.; MEDEIROS, A. C.; VIANA, T. de A. Articulando diferentes metodologias de aprendizagem no ensino de gestão social na graduação: uma proposta do Curso de Administração da UFC-Campus Cariri. In CANÇADO, A. C.; SILVA JR, J. T.; SCHOMMER, P. C., RIGO, A. S. **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas-TO: Provisão, 2008b.

SILVA, O.A. (Orgs). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SIMÕES, Bárbara Bruna de Oliveira; BITENCOURT, Daniella; PREVIDELLI, José Eduardo Aidikaitis (Orgs.) **Temas atuais de Direitos Humanos [recurso eletrônico]** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2008 179p. ISBN -978-65-81512-38-5.

SIMONETTI, M. C. L. **O pós-colonial e os movimentos sociais da América Latina**. Reencuentro de Saberes Territoriales Latino-americanos. EGAL, Peru. 2013  
SINGER, P. **Desenvolvimento e Crise**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982. 3ed.

SINGER, P. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In RICO, E. de M.; RAICHELIS, R. (Org.) **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999, 231p.

SNEDDON, L.. Pain in aquatic animals. **The Journal of Experimental Biology**, 218, 967- 976. 2015. doi:10.1242/jeb.088823.

SOBRADINHO. Intérpretes e Compositores: Luiz Carlos Pereira de Sá; Guttemberg Nery Guarabyra Filho. In: **Pirão de peixe com pimentai**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1977.

SUBIRATS, J. Cidadania e espaço público: a perspectiva da gestão social. (posfácio) in TENÓRIO, F. G. (Org). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUÍ, 2007, 632p.

TELLES, Lígia Guimarães. Fábulas familiares em narrativas de Judith Grossmann. *In*: FONSECA, Aleilton (Org.). **O olhar crítico de Castro Alves: ensaios críticos de literatura baiana**. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de letras da Bahia, 2008, p. 284-294.

TENDLER, Judith. **Electric power in Brazil: entrepreneurship in the public sector**. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

TENÓRIO, F. G. A. (Coord). **Gestão social: metodologia e casos**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TENÓRIO, F.G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. (Re)Visitando o conceito de gestão social. *In*: Silva Jr, Jeová; Mâsih, Rogerio et al (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2010.

TENÓRIO, F.G. Tem razão a gestão social? *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO. Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez. 2009.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. *In*: DI MEO, G. **Les territoires du quotidien**. Paris: L'harmattan, 1995.

VAINER, C. B. **Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil**. *In*: ACSELRAD, Henry; et. Al. (Eds.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VIANA, G. d. S... **O cooperativismo como alternativa para os assentamentos rurais coletivos dos municípios de Querência do Norte e Paranacity-PR**. 2003. Disponível em: <http://www.memoriadaeletricidade.com.br/artigos/historia-do-setor-eletrico/40467/ha-73-anos-a-chesf-comecava-sua-caminhada>.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

**WORLD COMMISSION ON DAMS (Ed.)**. **Dams and development: a new framework for decision-making**. London: Eart. **Dams (iied.org)**.

## APÊNDICE 1- QUESTIONÁRIO ONLINE DA PESQUISA:

### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE NOVAS TERRITORIALIDADES RURAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AS NOVAS CONDIÇÕES A PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA

1. Qual o nome da sua família que foi afetada pela Barragem de Sobradinho?
2. Qual a sua idade?
3. Qual o seu gênero?
4. Qual o seu grau de parentesco em relação a família atingida pela Barragem de Sobradinho? Se você foi o atingido, responda eu!
5. Você possui alguma lembrança em relação a cidade de origem antes de ser inundada pela Barragem de Sobradinho?
6. Você já ouviu relatos de seus familiares sobre a cidade de origem deles?
7. Na sua opinião, a construção da Barragem de Sobradinho era necessária?
8. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?
9. Na sua opinião, a construção da Barragem de Sobradinho causou danos ao meio ambiente?
10. Na sua opinião, a construção da Barragem de Sobradinho gerou algum benefício, em relação a renda para sua família depois que ela foi desapropriada?
11. De qual cidade atingida pela Barragem de Sobradinho a sua família pertencia?
12. A cidade de origem da sua família foi beneficiada com a construção da Barragem de Sobradinho?
13. Na sua opinião, a saída de sua família da cidade de origem por conta da construção da Barragem de Sobradinho pode ter afetado as relações familiares, ou a perda dessas relações sociais?
14. Qual o tipo de trabalho que a sua família desempenhava antes da construção da Barragem de Sobradinho?
15. Após a inundação por conta da Barragem de Sobradinho, qual cidade a sua família escolheu morar?

**ANEXO 1 - ROTEIRO PARA RODA DE CONVERSA SOBRE GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO A PARTIR DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO EM CASA NOVA – BA**



A roda de conversa é um momento de concentração e atenção ao outro, por isso o uso do celular, conversas paralelas e outras distrações devem ser evitados. O mais importante é que, durante a realização da roda seja mantido respeito entre os participantes, a fim de que todos sintam-se seguros e confortáveis para falar.

Para melhor delimitar o momento de fala de cada um, o mediador poderá escolher “um objeto, chamado de objeto da palavra, que é passado de pessoa para pessoa, a fim de regular o fluxo do diálogo (quem fala e quando)” (BOYES-WATSON, 2011, p. 36).

**A Quem se destina:**

**Grupo:** Familiares dos atingidos pela barragem de Sobradinho-BA na década de 70 na cidade de Casa Nova-BA em Riacho Grande. A roda de conversa será composta por no máximo 10 (dez) famílias pertencentes ao grupo objeto do estudo entre homens e de mulheres, com idade entre 20 e 85 anos, ou 20 (vinte) pessoas.

**Local:** Associação de moradores, sede de sindicatos ou outro local que represente essa coletividade e pela plataforma Google Meet para alguns orientadores da pesquisa convidados.

**Data:** 03 de setembro de 2022.

**Tempo estimado** 3 h Representante das Famílias Atingidas

Objetivo: Construção de um instrumento de planejamento estratégico participativo que privilegie a perspectiva dos familiares dos atingidos pela barragem de Sobradinho-BA na cidade de Casa Nova-BA e contribua para (re)orientar as políticas de desenvolvimento sustentável nas áreas rurais onde vivem atualmente os herdeiros da população que foi desterritorializada.

O planejamento participativo prevê a participação de vários atores sociais na tomada das decisões onde ocorre a valorização da linguagem, da comunicação e da opinião dos diferentes sujeitos dá espaço ao pensamento coletivo que tenta ganhar força perante o pensamento individual, que se reflete no trabalho em equipe, bem como da participação no planejamento das ações que seriam desenvolvidas neste território (Machado et al, 2015).

### **Momento Descrição / Objetivos Facilitador Recursos/Responsável**

#### **Preparação (dias anteriores)**

1. Estabelecer o contato com os representantes dos distintos grupos.

2. Fechar a data da roda de conversa e o lugar.

- Responsáveis pelo projeto Acompanhamento de Mediador (antes da roda).

1. O espaço do encontro deve ser disposto de maneira circular com a finalidade que seja efetivamente uma “roda de conversa”

2. Os membros da equipe do projeto deverão distribuir-se na roda com o grupo, de forma intercalada

3. Distribuir as funções da equipe de trabalho (relator, fotografia etc.)

- Responsáveis pelo projeto - Formatos de assistência - Cartas de apresentação do projeto Introdução (15 minutos)

1. Inicia-se com o agradecimento por aceitar participar da atividade, e se explica o que significa fazer uma roda de conversa e qual é o objetivo:

“Bom dia, queremos agradecer a vocês por ter aceitado o convite para participar desta roda de conversa, que é um espaço que nos permite compartilhar as palavras e faz circular as ideias”.

Para culturas antigas, os círculos e as espirais são símbolos do movimento. Hoje, nesta roda de conversa queremos convidá-los a

- Responsáveis pelo projeto – Um facilitador

- Espaço com boa iluminação – Cadeiras e compartilhamento de suas memórias e construção de um diálogo que permita nos aproximar dos acontecimentos” 2. O facilitador continua a falar sobre acontecimentos e sobre o projeto, como surgiu a ideia. Um relato desde a experiência

Explicação das fases do projeto e os propósitos do mesmo.

#### **Apresentação (20 minutos)**

1. O facilitador explica o projeto e os apresenta um com material pedagógico que foi distribuído entre os participantes e explica a dinâmica de apresentação.

Cada participante ganha um papel “em branco” para refazer o planejamento da construção da Barragem de Sobradinho – BA.

Finalizada a apresentação, tem os participantes em grupo, podem desenhar, escrever, etc., em um papel em branco fornecido pelo pesquisador, colocando seus objetivos, metas e resultados que deseja para o futuro daquele território.

2. Ao término fica no centro de todos uma rede. O facilitador faz uma reflexão sobre o material da memória, e a importância da participação de todos na construção da memória coletiva.

3. O facilitador pode pedir ao grupo para escolher dois membros para apresentar o cartaz. Na apresentação, a equipe deverá fazer perguntas para que o grupo identifique fotografias e objetos representativos.

5. Finalizada a apresentação, o facilitador perguntará ao grupo quais as atividades cuja organização realiza atualmente.

Observação: A equipe do projeto deve ficar atenta para identificar os membros do grupo que mais possam contribuir com as atividades futuras do projeto (por exemplo: informações, como fotografias, objetos e dar suporte a todo o grupo.

#### Encerramento da roda

(10 minutos)

1. Encerra com agradecimento pela participação da Roda de Conversa e convida para participar das fases seguintes do projeto. 2. Outro membro da equipe é responsável pelo registro audiovisual da sessão.

3. Explicar sobre o passo seguinte e a data do próximo encontro (para coleta de fotografias para digitalização e fotografar os possíveis objetos). Avaliação da atividade e o compromisso com a continuação por meio de palma, aplausos, risos etc.

- Facilitador – Responsáveis pelo projeto.